UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÁLIDA SANTOS DE SOUSA

TERRITÓRIOS EM ALICIAMENTO MINERAL-CORPORATIVO NO CEARÁ: A ATUAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL E DO MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO NA COMUNIDADE DE SANTA LUZIA

FORTALEZA
2025

ÁLIDA SANTOS DE SOUSA

TERRITÓRIOS EM ALICIAMENTO MINERAL-CORPORATIVO NO CEARÁ: A ATUAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL E DO MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO NA COMUNIDADE DE SANTA LUZIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.
Orientador: Prof. Dr. Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho.

FORTALEZA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sousa, Álida Santos de.
Territórios em aliciamento mineral-corporativo no Ceará: a atuação da Pastoral da Juventude Rural e do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração na comunidade de Santa Luzia/ Álida Santos de Sousa. – 2025.
154 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho.

1. Neoextrativismo mineral. 2. Território. 3. Pastoral da Juventude Rural. 4. Movimento Pela Soberania Popular na Mineração. I. Título.

CDD 577

ÁLIDA SANTOS DE SOUSA

TERRITÓRIOS EM ALICIAMENTO MINERAL-CORPORATIVO NO CEARÁ: A ATUAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL E DO MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO NA COMUNIDADE DE SANTA LUZIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semi-Árido.

Aprovado em 22/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Drª. Bruna Dayane Xavier de Araújo

Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA)

Prof. Me. Erivan Silva Camelo

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Código de Financiamento 001.

A Deus, por todo o seu amor misericordioso. A Jesus de Nazaré, que se fez periférico e camponês em sua vida terrena e em nossos corpos e almas. A Santíssima Virgem Maria, mãe fiel e protetora, que jamais me deixou sem consolo. Ao São José, pai amoroso e protetor.

Aos meus pais, Rita Cilene e Antônio Fernandes, que todos os dias me fortalecem com muito amor e paciência. Nunca me deixaram desistir dos meus sonhos, mesmo com as nossas dificuldades, são meus alicerces, meus maiores exemplos de vida.

A Sociedade de São Vicente de Paulo, minha rede de amigos e segunda família. Em especial à Yacira Maria Barbosa e Carlos Conde (Carlinhos), que me auxiliaram em muitos momentos de aperto.

Aos amigos do Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos (LEGES), pela parceria e carinho durante esses dois anos de mestrado: Silvia Heleny, Débora Raquel, Guilherme Oliveira e Yan de Abreu.

Aos meus amigos da turma de mestrado em Geografia 2023.2, Talisson Reis, Eula Carvalho, Douglas Ribeiro e Anne Katherine. Obrigada por compartilharem comigo momentos de devaneios e alegrias durante o trajeto da pós-graduação.

Aos meus santos/as e beatos/as de devoção, por suas intercessões e exemplos de perseverança: São Francisco de Assis, Santa Clara de Assis, Antônio Frederico Ozanam, São Vicente de Paulo, São Pier Giogio Frassati, São Padre Pio de Pietrelcina,

Ao meu querido orientador, professor Dr. Dirceu Cadena, por sua paciência e amizade durante estes dois anos de pesquisa. Por nunca ter se mostrado alheio e fechado as minhas perspectivas de fazer Ciência geográfica. Você abriu caminhos.

Ao Território Camponês de Santa Luzia, por todo amor, espiritualidade, compromisso, conhecimento e amizade que me ofereceram. Afirmo que tenho um novo lar no Ceará, e se chama Santa Luzia, tenho vocês como família.

A Sabrina, Samanda e Soraya, pela irmandade feminina e ancestral que guiou todo meu percurso de escrita. Vocês abriram os caminhos comunitários de Santa Luzia para que essa pesquisa fosse construída. Acreditaram e confiaram em mim, e sabemos que ser mulher e pesquisadora, é ter sempre seu conhecimento e capacidade sendo posto em dúvida, em desgastante descrédito, e ter vocês como base tornou o processo menos dificultoso. Posso

afirmar com convicção, que este trabalho foi transpassado por uma intensa energia feminina, que foi alicerce firme. Estendo os agradecimentos à Dona Maria e ao Sr Antônio Viola, pais dessas queridas amigas que nos prestaram acolhimento em sua casa com todo carinho.

A Professora Camila Dutra, que tanto me inspira e tenho muito carinho, enquanto pesquisadora da Geografia Agrária e militante. A disciplina de Espaços Agrários Contemporâneos foi como um respiro em meio à tantas dúvidas epistemológicas que surgiram em minha pesquisa inicial.

A Professora Marina Penido, na qual me inspiro como pesquisadora. Marina me ensinou a ousadia necessária para se fazer Ciência. A disciplina de Neoextrativismo foi um dos principais alicerces que tive para construir meu raciocínio. Não sabia sobre nada, e Marina me deu suporte, mesmo estando distante.

A Professora e companheira Bruna Dayane, por aceitar o convite de contribuir com este trabalho. Em nossa caminhada como colegas de laboratório, Bruna sempre me chamou atenção por sua dedicação e cuidado com a pesquisa científica e com seus territórios de estudo. São fundamentais referências femininas potentes.

Ao companheiro Erivan Camelo, por todo acolhimento que me ofereceu, sempre disposto a contribuir quando necessitei. Gratidão por ter acreditado.

Ao meu amadíssimo Professor Amaro Gomes de Alencar, por todos os seus ensinamentos que me trouxeram até aqui. Para sempre serei grata por ter sua presença em minha vida. Não consigo expressar em palavras o quanto me ensinou durante os tempos de LEATE e como sua bolsista de monitoria na disciplina de Geografia Agrária, por isso, prefiro aproveitar os bons sentimentos que sua figura e presença me trazem.

Ao Papa Francisco, em seu pontificado tive-o como mais íntimo assessor e pai espiritual, por vezes, em momentos de dúvidas, Francisco me auxiliou.

A Guitte Sousa, pelos ensinamentos cartográficos e engajamento durante os últimos meses da pesquisa.

A Pastoral da Juventude Rural e ao Movimento Pela Soberania Popular na Mineração por toda parceria e vivências que me proporcionaram.

Aos amigos de Quiterianópolis Romário e Raniele, por suas contribuições em nosso trabalho de campo nas comunidades Besouro, Badarro e Monteiro.

Agradeço a minha ancestralidade, presente mesmo quando não percebia.

“O céu de Santa Luzia

Só de estrelas se constitui o céu noturno de Santa Luzia?
Como será?
Que Santa Luzia, os Orixás, os Caboclos, os Encantados das matas catingueiras
Preparam o Céu noturno de Santa Luzia
Os espíritos encantados daqueles antepassados
Brigam com Deus, Santa Luzia e os Orixás
Os primeiros preparam os ventos
Os segundos o Céu com estrelas
Assim, brigam entre si
Buscando competir
Para ver o que é mais bonito
Se são as estrelas, a lua, as galáxias ou seus assovios
Em meio aos assovios dos encantados
Ouço o barulho do pássaro noturno
O pássaro é cinza, de olhos vermelhos
Será mesmo um pássaro?
A tudo observa, mapeia Santa Luzia a cada passo
Por várias miradas para cima, dizem minhas companhias
É o pássaro cinza do minério
É o pássaro branco do minério
É o pássaro negro do minério
Ele também pode ser marrom
Seus olhos vermelhos não saúdam os espíritos sagrados e nem ao Deus que está cravado nas paredes da Igreja camponesa
Seus olhos saúdam o Gabro
O Ferro e o Granito
Saúda a água, mas não com amor
Saúda o solo, mas não com amor
Saúda com os olhos de um abusador
Com os olhos de um estuprador
Um assediador
Ele quer saquear Santa Luzia
É o pássaro vermelho do minério
Ele é vermelho porque se mancha
Se mancha do sangue de mulheres, indígenas, quilombolas, assentados e assentadas
Abya Yala também se mancha
Se mancha do sangue camponês e ancestral
Se mancha com o Sangue da Mãe que deu à luz
O seu luxo e ostentação reluz
Reluz com o desejo
O sonho de possuir
O Céu livre de Santa Luzia
É pássaro Azul, Branco e Amarelo do minério”
(Álida Santos de Sousa, 2025).

RESUMO

O Estado do Ceará, no Nordeste do Brasil, cada vez mais torna-se estratégico para o setor extrativista mineral do século XXI, principalmente nos cenários de transição energética e de extração de rochas ornamentais. Na medida em que crescem os territórios minerados e espoliados, as articulações populares contra-hegemônicas se posicionam como agentes de denúncia e criadoras de novos modelos de sociedade e de extração de bens naturais. Assim, as contra-hegemonias territorializam-se, criam estratégias e levam suas pautas aos espaços públicos de decisão. O Objetivo Geral do presente trabalho é: analisar as estratégias político-territoriais entre MAM e PJR constituídas no território camponês de Santa Luzia, localizado no município de Independência - Ceará, em estado de aliciamento mineral corporativo pela empresa DaPaz Natural Stones. Os objetivos específicos são: a) abordar as estratégias entre PJR e MAM com base na formação de conexões políticas e territoriais frente ao avanço da mineração no Ceará e no lócus de estudo; b) Compreender o processo de mapeamento e pesquisa mineral por parte de empresas neoextrativistas como uma forma de grave impacto às populações de comunidades camponesas; c) Examinar os conflitos gerados no território de destaque em decorrência da atuação da mineradora DaPaz Natural Stones contra a população da comunidade de Santa Luzia. A metodologia compreendeu os seguintes elementos: pesquisa bibliográfica, realização de trabalhos de campo a comunidade pesquisada, entrevistas semi-estruturadas com os núcleos de base da PJR e do MAM, com os/as camponeses/as residentes na comunidade de Santa Luzia e com a coordenação estadual do MAM Ceará. Também foi realizada uma cartografia social junto com a comunidade a produção de uma cartografia social, com o intuito de identificar os usos múltiplos territoriais que seriam potencialmente afetados com a implantação da empresa mineradora Da Paz em Santa Luzia.

Palavras-chave: neoextrativismo mineral; território; Pastoral da Juventude Rural; Movimento Pela Soberania Popular na Mineração.

RESUMEN

El estado de Ceará, en el noreste de Brasil, se ha consolidado cada vez más como una región estratégica para el sector de la minería en el siglo XXI, especialmente en el contexto de la transición energética y la explotación de rocas ornamentales. A medida que se expanden los territorios afectados por la minería y la expoliación de recursos, también surgen articulaciones populares contrahegemónicas que denuncian estas prácticas y proponen modelos alternativos de sociedad y de aprovechamiento de los bienes naturales. Estas resistencias territoriales se organizan, desarrollan estrategias propias y llevan sus reivindicaciones a los espacios públicos de toma de decisiones. El objetivo general de este trabajo es analizar las estrategias político-territoriales construidas entre el MAM (Movimento Pela Soberania Popular na Mineração) y la PJR (Pastoral da Juventude Rural) en el territorio campesino de Santa Luzia, Ubicado en el municipio de Independencia – Ceará, actualmente en proceso de cooptación por parte de la empresa DaPaz Natural Stones. Los objetivos específicos son: a) Examinar las estrategias conjuntas de la PJR y el MAM a partir de la articulación de vínculos políticos y territoriales frente al avance de la minería en Ceará y, en particular, en el área de estudio; b) Comprender cómo el proceso de prospección y mapeo mineral realizado por empresas neoextractivistas representa una grave amenaza para las comunidades campesinas; c) Analizar los conflictos generados en el territorio como consecuencia de la actuación de la empresa minera DaPaz Natural Stones en detrimento de la comunidad de Santa Luzia. La metodología empleada incluyó: revisión bibliográfica, trabajo de campo en la comunidad investigada, entrevistas semiestructuradas con miembros de base de la PJR y el MAM, así como con campesinos y campesinas de Santa Luzia y con la coordinación estatal del MAM en Ceará. Además, se propuso a la comunidad la elaboración participativa de una cartografía social, con el objetivo de identificar los distintos usos del territorio que podrían verse afectados por la instalación del proyecto minero de DaPaz en Santa Luzia.

Palabras clave: neoextractivismo minero; territorio; Pastoral da Juventude Rural; Movimento Pela Soberania Popular na Mineração.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo 20
Figura 2 - Mapa de espacialização da mineradora Dapaz Natural Stones no Ceará 22
Figura 3 - Síntese do conceito Territórios em aliciamento mineral-corporativo 34
Figura 4 - Terceiro dia de trabalho de campo, 12/09/2024 - reconhecimento do território de Santa Luzia, Independência-CE 38
Figura 5 - Afloramento de Gabro, Santa Luzia, Independência-CE 40
Figura 6 - Cânion e Açude mapeados - Comunidade Santa Luzia – CE 41
Figura 7 - Base de dados utilizada para a cartografia social 42
Figura 8 - Registros do primeiro dia de cartografia comunitária em Santa Luzia – CE 43
Figura 9 - Registros do segundo dia de cartografia comunitária em Santa Luzia – CE 45
Figura 10 - Etapa de validação da cartografia social de Santa Luzia – CE 47
Figura 11 - Reportagem do jornal Diário do Nordeste sobre a abertura da CEMINAS em 1981 57
Figura 12 - Mapa Geológico Simplificado do Estado do Ceará com a distribuição das ocorrências de minerais não-metálicos 59
Figura 13 - Mapa geológico simplificado do estado do Ceará, com a distribuição das ocorrências de metais ferrosos 60
Figura 14 - Mapa dos processos minerários do Estado do Ceará 61
Figura 15 - Placa indicando propriedade privada e proibição de pesca, Santa Quitéria – CE 64
Figura 16 - Gráfico - Principais grupos sociais atingidos pela mineração em 2020, 2021 e 2022 (Brasil) 64
Figura 17 - Gráfico - Principais tipos de violadores em 2020, 2021 2022 (Brasil) 66
Figura 18 - Ato realizado na XX Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária dos territórios Inhamuns e Crateús, na cidade e Crateús-CE 85
Figura 19 - Ornamentações e mística de eventos, formações e assembleias populares do MAM Ceará e a representação de suas redes de articulação

e cooperação com outros movimentos sociais, associações, coletivos e pastorais da Igreja 88
Figura 20 - Parte inicial do trabalho de campo em Quiterianópolis - explanação inicial pela direção estadual do MAM e visita aos sujeitos dos territórios de Besouro e Monteiro 91
Figura 21 - Registro dos equipamentos e impactos relacionados a atividade mineradora em Quiterianópolis - CE 93
Figura 22 - Assembleia Popular do MAM em Quiterianópolis – CE 94
Figura 23 - Mapa geológico do município de Independência – CE 97
Figura 24 - Paisagem da comunidade de Santa Luzia 98
Figura 25 - Processos minerários na comunidade de Santa Luzia 104
Figura 26 - Histórico de Aliciamento Mineral Corporativo em Santa Luzia 110
Figura 27 - Bandeira e elementos do Coletivo Arteando 112
Figura 28 - Núcleo de Base do Coletivo Arteando 113
Figura 29 - Histórico de principais estratégias de resistência de Santa Luzia 116
Figura 30 - Mapa social da comunidade camponesa de Santa Luzia – Independência – CE 119
Figura 31 - Pinturas Rupestres em Santa Luzia 122
Figura 32 - Exemplos de tecnologias sociais em Santa Luzia 123
Figura 33 - Sistemas agroflorestais de Santa Luzia 125
Figura 34 - Término da atividade de cartografia social de Santa Luzia (validação, correção e adição de dados) 126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma de atividades – trabalho de campo em Santa Luzia – Independência-CE 37

Quadro 2 - Cronograma de atividades – 2° trabalho de campo em Santa Luzia – Independência-CE (30/05 a 02/06 de 2025) 47

Quadro 3 - Dados de conflitos da mineração no Brasil (até 2021) 53

Quadro 4 - Dados sobre conflitos da mineração no Ceará (até 2021) 65

Quadro 5 - Descrição dos crimes ambientais da empresa Globest Participações Ltda 89

Quadro 6 - Processos de pesquisa mineral constados no SIGMINE (ANM) - território de Santa Luzia 96

Quadro 7 - Informações básicas do relatório final de pesquisa (DAPAZ NATURAL STONES) 106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACE	Articulação Antinuclear do Ceará
AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
ANM	Agência Nacional de Mineração
BECE	Biblioteca Pública Estadual do Ceará
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEMINAS	Companhia Cearense de Mineração
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
JAC	Juventude Agrária Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NBs	Núcleos de Base
PJMPR	Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural
PJMR	Pastoral da Juventude do Meio Rural

PJR	Pastoral da Juventude Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	14
2	**DESVENDANDO A QUESTÃO MINERAL**	51
2.1	**Abya Yala, Brasil e Ceará: escalas de extração e esbulho**	51
2.1.1	***Ceará na rota da mineração?***	54
3	**AQUELES QUE SÃO "ANTI-MODERNIDADE": O CASO DAS REDES E ESTRATÉGIAS ENTRE PJR E MAM NOS SERTÕES DO CEARÁ**	67
3.1	**Pastoral da juventude rural – PJR**	67
3.1.1	***Movimento pela soberania popular na mineração – MAM***	78
4	**MINERAÇÃO EM SANTA LUZIA: COMO CONTER O SAQUE?**	95
4.1	**Entre as leves colinas expostas, um risco de desordem: caracterização territorial de Santa Luzia e o avanço da Da DaPaz Natural Stones**	95
4.1.1	***Estratégias comunitárias contra o avanço mineral***	111
5	**CONCLUSÃO**	128
	REFERÊNCIAS	132
	APÊNDICE A - QUADRO DE TERMOS REFERENTES A MINERAÇÃO (MENÇÃO A LEGENDA DO MAPA 3 – PROCESSOS MINERÁRIOS NO CEARÁ)	138
	APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 1: NÚCLEO DE BASE PJR E MAM, COMUNIDADE SANTA LUZIA, INDEPENDÊNCIA-CE	143
	APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 2: DIRECIONADO ÀS PESSOAS DA COMUNIDADE SANTA LUZIA, INDEPENDÊNCIA-CE	144
	APÊNDICE D – QUADRO DE PONTOS MAPEADOS NA CARTOGRAFIA SOCIAL DO TERRITÓRIO DE SANTA LUZIA	145
	APÊNDICE E - QUADRO DE PONTOS MAPEADOS NA CARTOGRAFIA SOCIAL DO TERRITÓRIO DE SANTA LUZIA	146
	ANEXO A – SUBSTÂNCIAS MINERAIS QUE GERARAM ARRECADAÇÃO DA CFEM NO CEARÁ	152
	ANEXO B – REDUÇÃO DE ÁREA DO PROJETO EM SANTA LUZIA E VÁRZEA DO TOCO - MINERADORA DAPAZ NATURAL STONES	154

1 INTRODUÇÃO

Antes de apresentar o objeto, os objetivos e as discussões teóricas e empíricas refletidas durante a pesquisa de dissertação de mestrado, quero apresentar o percurso vivido até chegar aqui, onde eu imaginei que talvez não fosse chegar, mas quando nossos sonhos têm como base uma família que te acolhe e respeita suas escolhas, amigos e amigas que abraçam suas ideias e professoras e professores que acreditam na sua capacidade de tornar-se educadora e pesquisadora, sim, esses sonhos são possíveis de serem realizados.

Nunca me imaginei geógrafa, muito menos professora. Mas tive em meu ensino médio alguém que me fez enxergar uma outra Geografia. Aquela Geografia além do livro didático, dos parâmetros curriculares, da Base Nacional Comum Curricular, ou todo outro tipo de sistematização e encurralamento que fazem com a Geografia Escolar e as/os professoras/os dessa linda Ciência. Dito isto, sou grata ao meu querido professor Assis, que me ensinou na escola pública, com todas as dificuldades estruturais, essa lindeza (do segundo ano do ensino médio ao terceiro), na qual hoje tenho como ofício de vida. Sou grata a Escola Antônio Dias Macedo, localizada no bairro Dias Macedo, em Fortaleza, que muito me apoiou também.

Em 2018, quando ingressei na graduação, a falta de estrutura básica tornou-se o primeiro desafio a ser vencido. Não tinha dinheiro para nada, nem para comprar caderno, nem caneta, nem passagem de ônibus. Essa é uma forte realidade de quando a favela vai à Universidade. Mas como havia passado para o semestre 2018.2, tive seis meses, de janeiro a julho para cair em campo, já não queria dar tantos gastos aos meus pais. Meu pai é pedreiro e minha mãe dona de casa e beneficiária do Bolsa Família, era um momento de colher esse dinheiro em outro lugar, pelo meu próprio esforço.

Então comecei a vender marujinho, um tipo de sorvete popular no Ceará, nas feiras de Fortaleza, minha irmã já era feirante, então ia com ela umas quatro vezes na semana para conseguir custear os instrumentos/meios do meu objetivo. Não vou dizer que gostei da experiência, mas foram meses de muita nutrição do meu sonho, de vontade de sair um dia daquilo que me foi "predestinado", eu via na Geografia essa esperança, afinal de contas o mais difícil que era passar no ENEM eu já tinha conquistado, o resto seriam apenas pequenos detalhes no meio do caminho. E deu certo!

Quando iniciei o curso, em agosto de 2018, mesmo estranhando toda a nova rotina e não acostumada aos moldes de ser da universidade, me vi apaixonada, logo à primeira vista pela Geografia Agrária. Esse amor veio a partir do meu querido Professor Amaro Gomes de Alencar, no qual tenho muitíssimo afeto e admiração desde que o conheci. Ao nos apresentar o

Laboratório de Estudos Agrários Territoriais e Educacionais (LEATE) na primeira aula de Geografia da População, em meu primeiro semestre de curso, percebi que era isso que eu queria enquanto geógrafa e educadora. Ao longo da minha vida, percebi que sempre as professoras/es nos ofertam um pouco de si, para que no futuro nos tornemos o nosso todo. Somos o nosso todo cheio de pedacinhos de outras pessoas, e em especial de nossos/as educadores/as.

Assim, logo no primeiro semestre ingressei no laboratório, no qual permaneci até o oitavo. Foram bons momentos vividos ali, realmente encontrei meu lugar na academia, e isso foi cultivado também pelas oportunidades de bolsa que tive. Minha primeira bolsa foi voltada para o Ensino de Geografia, com a Professora Maria Edivani, devo a ela todo o amor que tenho hoje à minha profissão docente.

Depois, fui bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) por 18 meses, também coordenado pela professora Edivani e professora Alexsandra Muniz, foram meses intensos, mesmo acontecendo a pandemia da covid-19.

As bolsas de monitoria nas disciplinas de Geografia Agrária (2021-2022) com o Professor Amaro, e monitoria na disciplina de Geografia do Brasil (2022) com o Professor Dirceu, me ajudaram a ver a docência do ponto de vista do ensino universitário, e me aprofundar nos temas específicos, principalmente em debates sobre o espaço agrário.

O primeiro contato com o que viria a ser meu atual objeto de estudo se deu, justamente, em 2021, por meio de uma das atividades de monitoria da disciplina de Geografia Agrária. Fui incumbida de organizar junto ao professor Amaro uma aula-roda de conversa sobre a festa da colheita. Tivemos neste dia três convidados: Toinho Gavião (indígena da etnia Gavião, do município de Monsenhor Tabosa-CE), Padre Jefferson (na época pároco do distrito de Sucesso, município de Tamboril-CE) e Ana Sabrina (jovem camponesa militante da Pastoral da Juventude Rural do município de Independência-CE).

E foi nessa roda de conversa que tocaram em um assunto que há tempos me chamava certa atenção dentro do espaço agrário: o papel da Igreja Católica Apostólica Romana junto aos movimentos camponeses. Essa curiosidade não foi algo aleatório ou apenas vinculado a interesses de pesquisa. Sou católica desde sempre e aos 15 anos ingressei na Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP)[1], foi o início da minha vida de militância pela justiça social aos

[1] A Sociedade de São Vicente de Paulo foi fundada em 1833, na França, por jovens estudantes universitários majoritariamente dos cursos de Direito e Letras. Tem como principal fundador Antônio Frederico Ozanam, que questionou e comprovou por meio de seus escritos, debates e ações que a Igreja Católica deveria ter participação nos debates de cunho político e social em contextos dos problemas da classe operária e marginalizada da Europa em plena Revolução Industrial. Antônio Frederico Ozanam é reconhecido como um dos precursores do que evidenciamos na atualidade como Movimento Social Católico e Doutrina Social da Igreja.

marginalizados e a caridade como pilar central do meu existir. A SSVP se configura como um movimento social católico e possui muitas similaridades com os movimentos sociais políticos, como é o caso das práticas do trabalho de base e a opção preferencial aos oprimidos, buscando compreender o sistema em que estão inseridos a fim de converter minimamente suas situações de vulnerabilidade.

Dessa forma, após alguns dias da aula-roda de conversa, conversei com professor Amaro e apresentei sobre minhas ideias de Trabalho de Conclusão de Curso, sobre o papel da Igreja Católica nos conflitos agrários, observados pela lente da Pastoral da Juventude Rural da Diocese de Crateús (compreende a área territorial dos Sertões de Crateús e Inhamuns).

E assim aconteceu. Muitas pessoas da diocese participaram da apresentação final do TCC (via Google Meet), acontecida em 27 de junho de 2023 e a presença desse público culminou na criação de pontes para o que viria a ser meu atual objeto de estudo. Fui convidada ao final da apresentação para participar da Assembleia Diocesana da PJR que aconteceu em julho do mesmo ano, no município de Ipueiras, comunidade do Arroz.

Fui muito bem recebida pelos militantes da PJR, participar dessa assembleia foi uma experiência enriquecedora, espiritual e divertida. Puder observar de perto outros modos de espiritualidade católica, tão rarefeitos no contexto urbano, que condiciona os modos de ser religião a uma completa homogeneidade.

As pessoas entrevistadas durante as etapas metodológicas do TCC, principalmente as do município de Independência, já haviam mencionado a presença da mineradora DaPaz Natural Stones e outras que se firmavam nos territórios, gerando conflitos. Mas como não era o foco da pesquisa, e havia de minha parte certo desconhecimento sobre mineração no Ceará, não me aprofundei no tema. Mas, na ocasião da assembleia diocesana, notei que havia um militante do MAM (movimento até então desconhecido por mim) presente, acontece que o jovem participava de ambos: PJR e MAM, mas trazia consigo maior representação ao MAM. Voltei para casa com a sensação de ter sido valorizada pela minha pesquisa em muitos aspectos: pelo meu orientador e pelos companheiros e amigos da PJR.

Ainda no período de escrita final do TCC, fiz minha inscrição no processo seletivo do mestrado da UFC, com objetivo de ingressar na turma de 2023.2. O principal motivo que me fez participar da seleção não foi totalmente o amor pela pesquisa, mas perceber minha situação precária em um emprego como assistente de biblioteca escolar em uma escola municipal de Fortaleza. Me via totalmente humilhada e desvalorizada, então naquele momento, minha indignação tornou-se combustível para alçar outros voos.

Meu projeto inicial não detinha nada a respeito da mineração no Ceará, era voltado mais uma vez à PJR. Com o passar do primeiro semestre após a aprovação, o amadurecimento nos traz novas perspectivas sobre a relevância de determinados temas a serem abordados, os contextos dos territórios de análise nos auxiliam a forjar as modificações sobre as temáticas de estudo. Estava um pouco sem rumo, crendo ser insuficiente estudar apenas a PJR como espaço político de atuação, percebendo que poderia me aprofundar em dinâmicas mais profundas ao objeto de estudo, e assim, lembrei-me da assembleia diocesana da PJR e dos problemas em torno do Município de Independência.

Nessa temporalidade, eu ainda trabalhava, a maior parte de meu primeiro ano de mestrado se deu sem bolsa de financiamento. Saí do emprego na biblioteca escolar e assumi turmas como professora temporária da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, na mesma escola que havia concluído o ensino médio. Alguns meses depois, veio o desemprego e comecei a trabalhar ministrando aulas de reforço e em folgas de alguns outros professores. Isso tudo me deixou um pouco apreensiva, já que minha pesquisa necessitava de um certo custo para materiais e trabalhos de campo, mas tudo foi se encaminhando.

A construção da pesquisa ficou mais leve após o início do recebimento da bolsa da CAPES, e mais corrida pelo tempo que perdi me preocupando com trabalho e outras fontes de renda. Por isso, me dediquei exclusivamente, condicionando que o trabalho ganhasse mais forma.

Inicialmente, tinham dois territórios de estudo, Quiterianópolis (comunidades do Besouro e Bandarro) e Independência (Comunidade de Santa Luzia), mas por meio da qualificação, com a contribuição da banca e das orientações posteriores, percebi que realmente era inviável. Assim, depositei minhas forças para melhor compreender o caso da comunidade de Santa Luzia. Tenho certeza de que foi a melhor escolha, importantíssima para minha formação enquanto pesquisadora, visto que, foi possível escrever e construir um raciocínio com mais calma e cuidado. E para além disso, criar vínculos comunitários mais fortes.

Assim como no final de quase todos os processos que permeiam nossa vida, refletir sobre tudo que vivi durante dois anos de mestrado me deixa com uma confusão de sentimentos, mas me faz ficar principalmente feliz pelas pontes que criei. Jamais muros, mas sim pontes, sempre pontes! como diria o Papa Francisco. Pontes de conhecimentos, pessoas, visões de mundo, epistemologias, culturas, políticas, geografias, espiritualidades, histórias e afeto. Que nunca sejamos muros em um mundo já embarreirado.

As pontes se materializam sempre, tocam-nos por meio de muitos universos de sensações. Por essa pesquisa fui tocada, pelas paisagens de Santa Luiza, pelas pessoas de Santa

Luzia, por tudo que aprendi e pude ensinar, num ritmo freiriano de educação popular, edificando em mim e no território, tudo em conjunto, uma Geografia da luta, uma Geografia popular. Me senti aprendiz e professora-pesquisadora-militante.

Em meio a estas conexões vivenciadas, recheadas de aprendizados e dúvidas geradas ao longo do processo, o objeto de estudo deste trabalho são as estratégias políticas e territoriais de resistência estabelecidas entre a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) acerca do combate ao problema mineral presente na comunidade de Santa Luzia, no estado do Ceará (figura 1). Dentro do entendimento das redes que ligam e costuram as estratégias de ambas as articulações, emergem as reflexões sobre a exploração mineira dos territórios físicos e simbólicos das comunidades.

Partindo disso, a pesquisa tem como objetivo geral:

- Analisar como o MAM e a PJR enfrentam o processo de aliciamento territorial mineral corporativo no território camponês de Santa Luzia.

Os objetivos específicos são:

a) Abordar as estratégias entre PJR e MAM com base na formação de conexões políticas e territoriais frente ao avanço da mineração no Ceará;

b) Compreender o processo de aliciamento territorial mineral por parte de empresas neoextrativistas no estado do Ceará;

c) Examinar os conflitos gerados no território de destaque em decorrência da atuação da mineradora DaPaz Naural Stones contra a população da comunidade de Santa Luzia, no município de Independência, região dos Sertões de Crateús, no Ceará.

Com base nos objetivos expostos, compreendemos aqui duas categorias basilares no que refere-se às práticas articulatórias e de luta entre PJR e MAM em Santa Luzia: o camponês e camponesa enquanto campesinato e a juventude rural. Segundo, os camponeses se colocam como classe a partir de sua capacidade organizativa, é a partir da organização em prol de objetivos comuns aos trabalhadores do campo, que a classe se forja. Concordante a essa perspectiva, Diniz (2010, p. 37) afirma:

> [...] as expressões camponês e latifundiário passam a ter outra importância, a partir do momento em que os camponeses começaram a reagir e a organizar-se coletivamente; isto é, quando eles começaram a se manifestar politicamente contra as oligarquias de proprietários de terra, organizando as Ligas Camponesas, os sindicatos, para denunciar as expropriações dos trabalhadores dos seus meios de produção (a terra).

Apesar de ser uma classe moldada dentro do sistema capitalista, e por ele sua existência ser materializada, repleta de contradições, o campesinato é oposto do sistema de

produção capitalista por seu próprio modo de experienciar o espaço e o território enquanto terra de trabalho (Diniz, 2010, p. 39).

O principal atributo trazido pela autora, a fim de diferenciar o trabalho do camponês e o trabalho capitalista (que na verdade, é exploração do trabalho de outros/as), é justamente a posse da terra como reprodução de seu modo de vida, cultura e espiritualidade, ou seja, a terra familiar como trabalho e meio de sobrevivência dos sujeitos. No caso do latifúndio, a terra para trabalho é sinônimo de expropriação e exploração de alguém para a exclusiva obtenção de lucro (Ibidem, 2010).

Dentro desse aspecto, a juventude rural apresenta, historicamente, suas pautas de reivindicação, que são numerosas, mas, essencialmente territoriais, pois unem-se à movimentos, pastorais, ONGs e demais articulações, inicialmente, por situações de opressão vividas em seu próprio meio. Segundo Sauer, Castro e Albuquerque (2021, p. 37): "Esses jovens, enquanto sujeitos, apresentam tanto demandas comuns aos seus movimentos ou comunidades de origem, como atualizam e reivindicam direitos específicos".

Diante de tais demandas históricas da juventude campesina, a PJR foi criada em 1983, na região Sul do Brasil, no período de consolidação da "esquerda católica"[2]. Caracteriza-se por ser uma pastoral social [3]ligada à Igreja Católica Apostólica Romana que segue os ensinamentos da Teologia da Libertação. Por ser ligada a essa vertente, pensada no Concílio Vaticano II (1962-1965) no contexto das instabilidades políticas dos territórios latino-americanos anos 1960, configura-se como um movimento pastoral singular, mobilizador da juventude rural dentro da lógica tradicionalista do meio eclesial cristão.

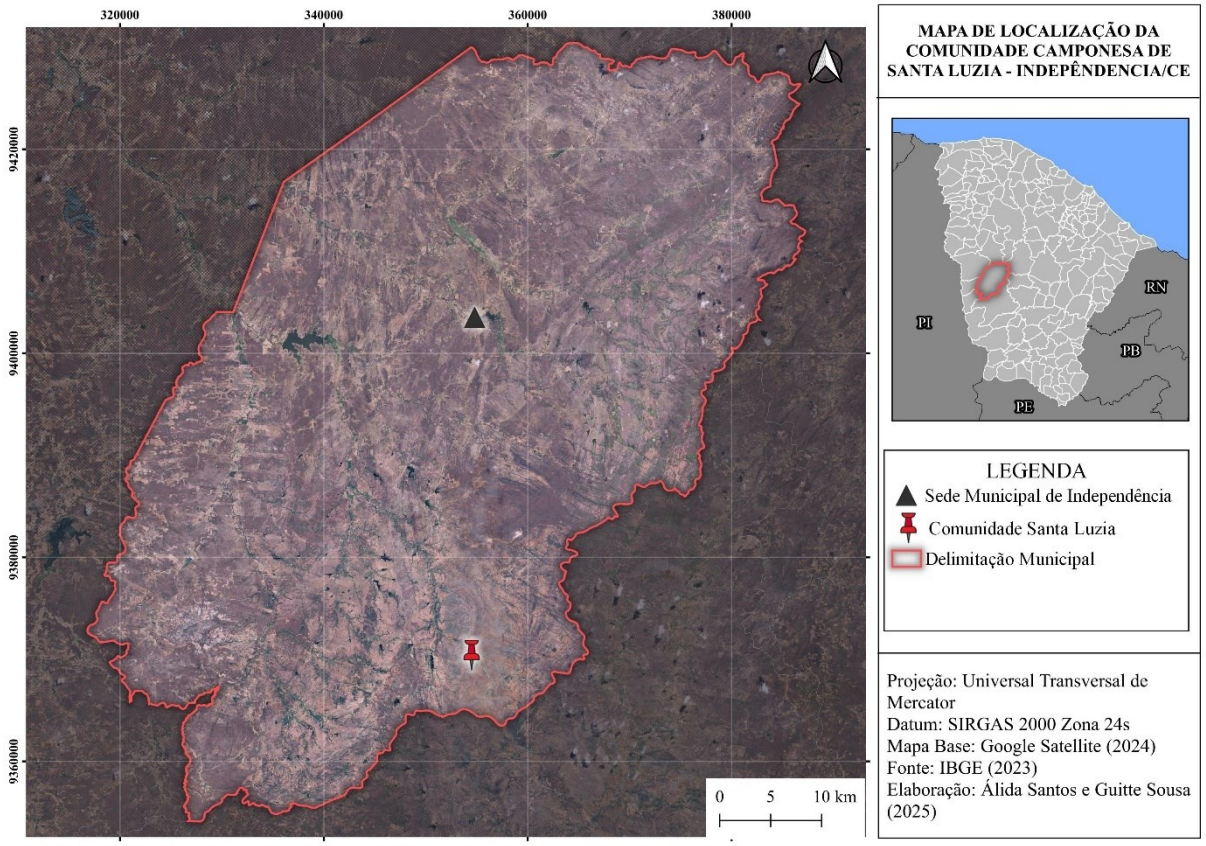
O recorte espacial da pesquisa (Figura 01 – mapa de localização) é um lócus privilegiado de organização da PJR dentro da Dioceses de Crateús, que possui forte atuação de movimentos pastorais engajados nas pautas sociais. Instalada no território cearense na década

[2] O termo "esquerda católica" refere-se ao movimento dos anos 60 em que os grupos católicos ligados à Teologia da Libertação muniam-se das opiniões políticas voltadas para a promoção da Justiça Social por meio das práticas caritativas e militantes visando a libertação do "povo oprimido" e articulando à opressão sofrida no evangelho a algumas personagens.

[3] A Pastoral Social é sinal de contínuo serviço coletivo em prol dos sujeitos sociais, é Igreja em Saída (nos dizeres de Papa Francisco), transformadora de meio por intermédio da ação e evangelização. As Pastorais Sociais ganham vida após o Concílio Vaticano II, onde o Papa João XXIII anuncia a importância dos/as leigos/as católicos/as no centro da vida da Igreja. Segundo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em documento específico sobre a missão das pastorais socias, é afirmado que "A Pastoral Social é uma pastoral de conflito, porque atua no meio do conflito e com aqueles(as) que vivem no conflito. Optar pela vida e contra a morte provoca conflitos, é preciso assumi-los como oportunidades de transformação. Optar pelo Reino é optar pelas causas do Reino, causas que requerem uma militância profética. Como cristãos, não podemos nos omitir! Esta militância exige uma espiritualidade e uma mística capazes de sustentar a perseverança na caminhada em busca da libertação. A vida de Jesus está pautada na lógica do amor gratuito. Ele quer restaurar a vida das pessoas que estão condiciona das por estruturas de morte" (CNBB, 2008, p. 32).

de 90, a Pastoral contou com auxílio político da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do então bispo da Diocese, Dom Fragoso, responsável por enraizar os preceitos da Teologia da Libertação na região Diocesana de Crateús.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo



Fonte: IBGE (2023); Elaborado pela autora, (2025).

O ser político e eclesial no meio agrário convida a análise territorial a partir de uma perspectiva da geografia agrária. Dentro dessa perspectiva, o fenômeno agrário é visto sob diferentes prismas. Surgindo os questionamentos acerca da religiosidade/espiritualidade camponesa vinculada às práticas da PJR, nota-se que, além de seguir o modelo das Comunidades Eclesiais de Base, em sentido de práxis, essa organização também se posiciona como movimento de transição de juventudes camponesas como formadora de militâncias políticas. O núcleo de base da PJR de Santa Luzia segue em processo de adormecimento pela urgência do tema referente ao mapeamento de seu território pelo setor mineral, passando a atuar como núcleo de base do MAM Ceará.

À vista disso, surge aqui o seguinte questionamento orientador: sendo os territórios camponeses palcos contínuos de conflitos políticos, travados principalmente entre capitalismo

de *commodities*[4] e comunidades tradicionais, como a Geografia pode analisar o campesinato e o processo de constituição de territórios em aliciamento mineral corporativo no Ceará diante do avanço de pesquisas de mapeamento mineral?

Essa questão norteadora pautada a partir das práticas territoriais entre PJR e MAM no contexto do agrário-semiárido, abre portas para o entendimento da criação de redes-territoriais e políticas geradas a partir das ligações camponês-meio-religiosidade-militância.

O MAM surgiu em 2012 no contexto de enfrentamento ao Projeto Grande Carajás, existente desde 1984 no estado do Pará e coordenado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). De seu ano de implementação até março 1997, a CVRD era uma empresa estatal, sendo aos poucos desmantelada, principalmente no que cerne as condições trabalhistas como condição da modernização produtiva capitalista.

O que antecede a venda da CVRD é o Plano Nacional de Desestatização, lançado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, mecanismo que coloca preços muito abaixo do esperado às empresas estatais para o mercado internacional, com a justificativa de diminuição da dívida pública (Coelho, 2015). Assim, tomando como base a ideologia neoliberal de diminuição da presença do Estado, a CVRD é privatizada em maio de 1997, se transformando em Vale S/A.

Compreender a lógica de funcionamento da antiga Vale do Rio Doce e seu processo de venda ao empresariado estrangeiro coloca-se como fundamental não apenas para entender a gênese do MAM, mas para compreender a gênese do padrão mineral brasileiro e como se alargam seus tentáculos nos territórios de estudo deste trabalho. Concomitante a isso, relacionar o processo cruel de estrangeirização dos espaços nacionais e de suas dependências econômicas como forma de abastecer o mercado das commodities, nesse caso, os minerais.

Diante desse contexto de exploração e avanço da fronteira mineral no Ceará, o MAM se insere nos territórios dos Sertões de Crateús e Inhamuns em 2015 em torno de territórios que experimentam ou seguem sobre risco de serem atingidos pelo processo de saque mineral[5]. No

[4] Segundo o Dicionário Online de Português (Dicio), as commodities são "Tudo aquilo que, se apresentando em seu estado bruto (mineral, vegetal etc), pode ser produzido em larga escala; geralmente se destina ao comércio exterior e seu preço deve ser baseado na relação entre oferta e procura"(Link: https://www.dicio.com.br/commoditie/). Dessa forma, os bens naturais são transformados em recursos econômicos, compactados para serem produtos de exportação, as commodities representam um grande sistema de conflitos territoriais, que seguem do seu processo de extração até a exportação.

[5] O saque mineral é um tipo de saque econômico financiado pelo Estado ou pela iniciativa privada que, ao extrair as riquezas naturais, gerando até mesmo um superávit econômico, os produtos primários obtidos por meio do saque são exportados geralmente para os países desenvolvidos. Pouco daquilo que foi investido, ou até mesmo nada, fica de fato dentro do território ou país de origem. Percebe-se o seguimento do modelo colonial de extração-saque-produção-exportação. Segundo Silva (2020, p. 31) "[...] podemos afirmar que a geopolítica do capital mineral ou a geopolítica do saque mineral é balizadora do alto grau de violência nos territórios afetados pela mineração, capaz

caso do território camponês de Santa Luzia, a principal empresa de mineração atuante é a Dapaz Natural Stones, atuante na região desde o ano de 2020. Segundo informações do site da empresa[6], ela surge em 1966 fundada por Marcolino Dapaz, na cidade de Santo André -SP. De acordo com o *site* Econodata, desde 1989 a sede da empresa é localizada na Serra da Bocaina, na cidade de Caldas-MG[7], possui dezesseis filiais registradas em todo Brasil, sendo cinco no estado do Ceará (ver mapa da Figura 2). Seu principal ramo é a extração de rochas ornamentais, facilitando o entendimento do porquê de sua expansão para o subsolo cearense.

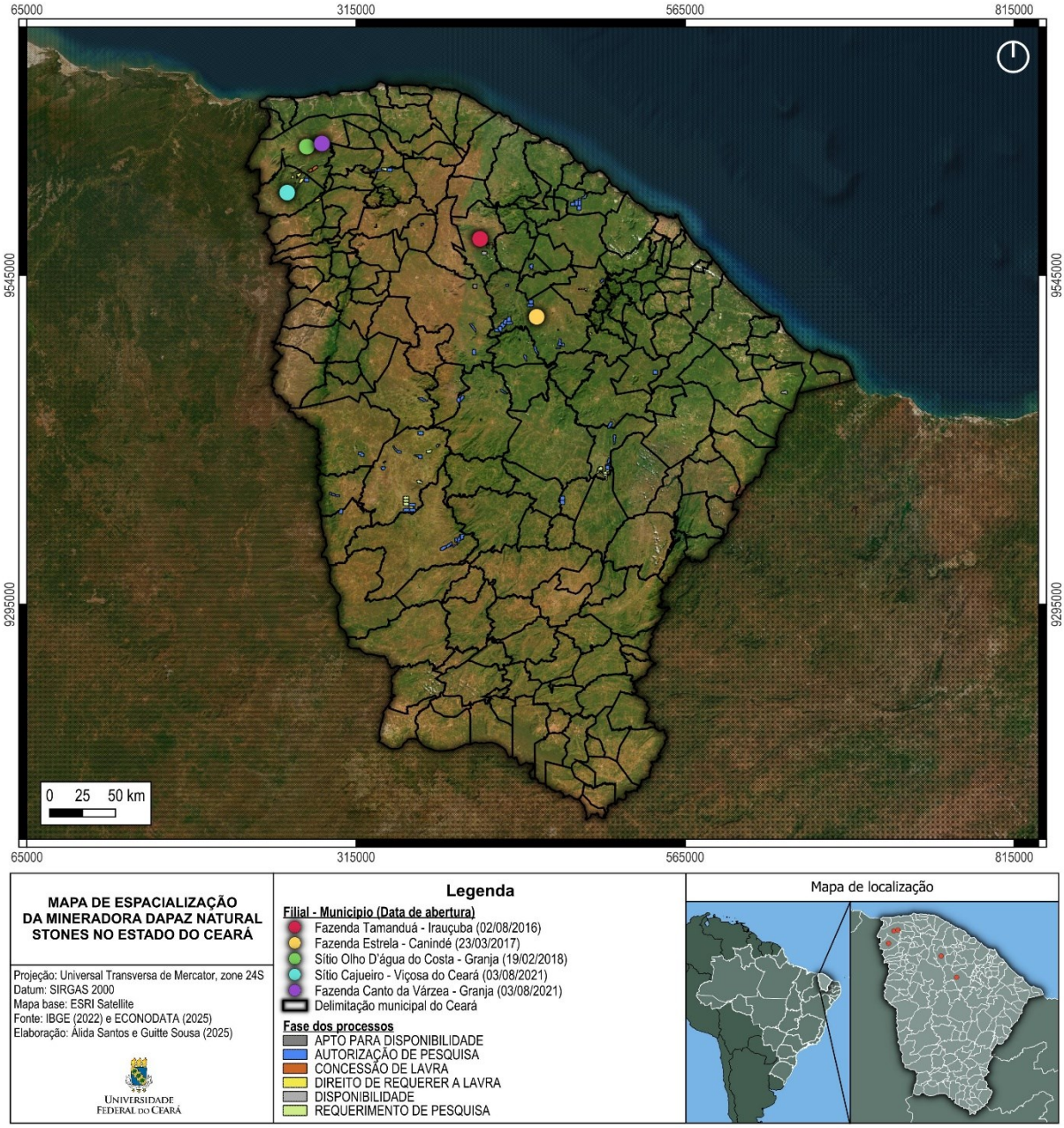
Segundo o código da mineração (1967, cap. II): "Art. 14 *Entende-se por pesquisa mineral a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exequibilidade do seu aproveitamento econômico*." Durante esse processo em Santa Luzia não houve até o momento ocasiões de diálogo entre mineradora e comunidade. O que acontece é a apropriação territorial/espacialização da empresa aos poucos por meio das pesquisas feitas sem o consentimento da comunidade.

Figura 2 – Mapa de espacialização da mineradora Dapaz Natural Stones no Ceará

de ter o Estado subordinado às instituições financeiras transnacionais e por aumentar o índice de pobreza quando contribui com a decadência das economias locais, ao mesmo tempo que concentra mais riquezas em seus paraísos fiscais."

[6] Site: https://www.dapazbrasil.com/sobre

[7] Ver em: https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/25913377000162-c-fernando-r-da-paz-cia-ltda



Fonte: IBGE (2022); ECONDATA (2005). Elaborado pela autora, (2025).

Discussão Teórico Metodológica

Com intuito de investigar o objeto em sua centralidade social, analisar conflitos, vivências e as formas de oposição aos avanços dos megaempreendimentos mineradores, optamos por uma técnica de investigação qualitativa. A partir disso, iremos compreender as estratégias de articulação socioterritorial utilizadas pelos movimentos apontados. Podemos definir a técnica de investigação qualitativa, de acordo com Creswell (2007, p. 35) como:

> [...] aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o

> objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados.

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, desenvolvemos a metodologia com enfoque qualitativo de maneira politicamente engajada, uma vez que essa postura nos possibilita construir e alegar conhecimentos de nossa pesquisa em conjunto com os movimentos políticos e comunitários que se opõem à conduta exploratória da mineração. Portanto, construímos nossa pesquisa de maneira colaborativa com os movimentos que resistem e defendem seu território lutando pelos seus direitos e autonomias em um chão entendido como ancestral, habitando outras definições de mundo que não as de um projeto proveniente do capitalismo predatório, que, conforme Escobar (2015, p. 93): “busca convertir a los muchos mundos existentes en uno solo (el mundo del individuo y el mercado)”.

Os procedimentos metodológicos iniciais basearam-se em investigações bibliográficas, com intuito de compreender o padrão mineral brasileiro, desde seu nascimento até a lógica atual nos territórios cearenses no sentido macro (nascimento da mineração no Ceará) e nos especificados nesta pesquisa (Comunidade Santa Luzia). Essa etapa também buscou embasamentos que se refiram ao viés crítico dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, que frutificaram na criação de movimentos e pastorais engajadas nas lutas de classe, e mais especificamente da classe camponesa/trabalhadores e trabalhadoras do campo. O foco central dessa etapa é: além de entender a relação igreja-pastoral-militância, visualizar a materialização dessa articulação por meio da PJR nos Sertões de Crateús/Inhamuns e suas conexões políticas, territoriais e ideológicas, observadas por meio da relação direta com o MAM.

As palavras-chave para a busca dos materiais bibliográficos foram: Mineração, Mineração na América Latina, Mineração no Ceará, Commodities Minerais, Territórios da Mineração, Modelo Mineral Brasileiro, Território, Pastoral da Juventude Rural, Movimento Pela Soberania Popular na Mineração, Campesinato, Pastoral, Teologia da Libertação, campesinato e semiárido. Além disso, essa etapa da pesquisa possibilitou a discussão sobre o conceito de território e suas relações com as questões minerais contemporâneas.

Para Stuart Elden (2016), o que hoje é denominado pela Geografia como Território, pode ser entendido como: Terra, Terreno ou Território, de acordo com as particularidades de cada termo e a variedade de concepções relacionadas a esta categoria de análise. Neste trabalho compreendemos que o território pode perpassar pelas três abordagens (Terra, Terreno,

Território), porém, ao refletirmos sobre as três, constatamos que a noção de terreno é que mais se aproxima ao conflito territorial gerado pela inserção empresarial mineral em Santa Luzia, pois "Terreno é uma relação de poder, com uma herança geológica e militar, o controle que permite o estabelecimento e a manutenção da ordem. Como um "campo", um local de trabalho ou batalha, é uma questão político-estratégica." (Elden, 2016, p. 47).

Já a Terra seria vista pelo autor como um recurso finito, que pode ser comprado ou conquistado (relação econômica) "[...] uma questão político-econômica. Terra é um recurso sobre o qual existe competição" (Ibidem, p. 47). Dessa forma, é posto o caráter econômico nesta abordagem, natureza enquanto mercadoria, não apenas em forma de solo e agricultura, mas também o subsolo, ponto importante à questão mineral.

O sentido de estratégia político e militar destacados na noção de terreno não é aqui colocado com intenção de analisar a comunidade de Santa Luzia enquanto campo de batalha exclusivamente no sentido material, como uma destruição de corpos físicos em um embate direto de forças, mas para refletir nas estratégias objetivas e subjetivas empreendidos pelos movimentos sociais e comunitários no estabelecimento de limites ao avanço expropriatório da mineração. Nesse sentido, as estratégias do terreno são formas de proteger a terra em que se vive, aquilo que foi conquistado, ocupado pelas formas de trabalho e cultura, chegando, assim, no sentido de Território.

Para Elden (2016), é totalmente reducionista tratar território como sinônimo de territorialização ou territorialidade, ou vê-lo somente à luz de terra e terreno. O território é, portanto, tecnologia política

> território é uma questão histórica: é produzido, mutável e fluído. É geográfico não simplesmente porque é uma das maneiras de ordenar o mundo, mas também porque é profundamente desigual em seu desenvolvimento. É uma palavra, um conceito e uma prática em que a relação entre estes só pode ser apreendida genealogicamente. É uma questão política, mas em um sentido amplo: é econômico, estratégico, jurídico e técnico (Elden, 2016, p. 54).

Apesar de ser quase impossível pensar o território sem tratá-lo como equivalente a territorialidade, Elden (2016) nos induz a uma espécie de compartimentação do que seria uma noção "bruta" de território, e que pode evidenciar formas de pensamento empresarial sobre os espaços, que na linguagem da parceria público-privada são "aptos" ou "disponíveis" aos empreendimentos, justamente por seu caráter de mutação em decorrência da necessidade de mercado. O Território pode ser tecnologia política em qualquer configuração humana, no contexto capitalista, quando ele vira recurso (o território), sua principal tecnologia são suas fronteiras imateriais de mercado tornando-se fluidas.

Dentro da perspectiva de Haesbaert (2021) o território é totalmente visto sob uma compreensão de unidade, a territorialização é manifestada nos corpos que compõem o espaço habitado como uma extensão terra-corpo-território, assim:

> [...] quando "corporificamos" o território não porque, antropomorficamente, o concebemos a partir da indissociabilidade corpo-mente (ou mesmo natureza-cultura) de nosso corpo individual, mas também porque entendemos essa propriedade corpórea a todos os demais fenômenos geográficos ou, se quisermos, à "natureza". Esse "corpo-natureza" não pode ser dissociado de nosso próprio corpo (também natural), pois é nesse embate com os demais objetos e relações que realizamos a nossa (co)existência e nosso devir (Haesbaert 2021, p. 6).

Nesta interpretação sobre território a Terra torna-se entidade de direitos, ela não é um mero anexo ao nosso corpo, numa relação corpo humano-terra, mas terra/Terra como corpo e corpo humano enquanto terra/Terra, o ser humano visto como componente do todo "É preciso superar definitivamente essa visão dominadora e hierárquica que separa o corpo humano [...] que age, que afeta, e o 'resto' corpóreo do mundo que nos seria subordinado, que apenas reagiria a nossos afetos [...]" (Haesbaert, 2021, p. 7). Torná-la entidade de direitos, não exclui as necessidades econômicas presentes na dimensão da Terra/terra, mas enfatiza a urgência do cuidado corpóreo do corpo Terra/terra.

A relação das populações tradicionais com o território segue a linha desenvolvida pelo autor citado anteriormente, as afetações sobre seus lugares de habitação e origem, vivências e afetos atingi-os não somente pelos danos ambientais causados pela atividade mineradora ou agroindustrial, mas porque se entende que o chão pisado cotidianamente, as águas dos açudes e dos riachos, e cada pedaço de plantação emerge na paisagem como parte de seu sistema próprio corpóreo. Ao contrário da lógica das comunidades tradicionais, o território na racionalidade capitalista neoliberal é um contínuo espaço a ser compartimentado de acordo com a natureza transformada em produto/recurso, desvinculada do ser humano, resultante de sua pseudo superioridade. De acordo com Haesbaert (2007, p. 21):

> [...] como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que, enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades.

Podemos compreender assim, que o processo de espoliação à estas territorialidades (t/Terra), se configuram como Terricídio, sendo este um processo de desterritorialização, seja em locais onde houve remanejamentos ou não. Haesbaert (2021) afirma que: "[...] o terricídio estaria ligado a povos que vivenciam seu território como uma extensão do corpo

individual/comunitário em direção ao corpo da t/Terra, e em um sentido lato, no bojo da complexa dinâmica antropocênica [...]" (p. 12).

A isso, podemos afirmar que o sentido de território simbólico, afetivo e corpo-território é transpassado pela lâmina do mercado financeiro de commodities, ao ponto de se pensar e constatar enclaves econômicos[8] gerenciados por médias ou grandes corporações de amplos setores, com referência aqui ao setor mineral. Esses espaços de controle empresarial são iniciados pelas estratégias de territorialização (Magno et.al, 2023), desde a chegada do empreendimento nas comunidades até a sua efetivação de funcionamento.

O domínio sobre o território torna-se "extra-muros", e são influenciados os sujeitos territoriais, para além de seus funcionários diretos, todo o entorno da mina ativa é reconhecido como "sua/s comunidade/s/propriedade/s", à isso (Ibidem, 2023, p.19) denomina Territórios Corporativos da Mineração, que seriam:

> [...] como um conjunto de relações de poder exercidas no e por meio do espaço pelas mineradoras sobre sujeitos e recursos com a finalidade de fazer prevalecer os interesses de reprodução do capital e de produção/apropriação de valor do setor mineral. Neste contexto, por meio das estratégias corporativas, particularmente as institucionais, de relação de trabalho, sociais e territoriais, haveria uma imposição da governabilidade comandada pelas corporações mineradoras sobre o território. A execução de tais estratégias garantiria, portanto, a "estabilização dos terrenos sociais ocupados" [...].

Controlar um ou mais territórios é o exercício pleno do poder em curso, e o ápice disso é assegurar que do subsolo às populações residentes, a estabilidade e aceitação sejam a expressão da ordem local. A estabilização dos terrenos socialmente ocupados, isto é, a supressão de qualquer tipo de movimento social que possa reagir às violências geradas, configura-se como método recorrente na organização dos territórios corporativos.

Mesmo que já existente desde o início da colonização das Américas (Araóz, 2020), a mineração ganha uma nova roupagem no que Milanez e Santos (2013) denominam de Neoextrativismo[9], modelo em que a tradição extrativista é aprofundada como mecanismo de

---

[8] Áreas de enclave econômico são espaços/territórios de extrema dependência econômica, política e social em decorrência da chegada de mineradoras, tendo em vista que elas subordinam esses espaços a serem seus circuitos particulares e paralelos de vida. Segundo Araóz (2020) "Dentro das diferentes formas sociais e políticas da dependência, a do enclave é uma forma extrema, pois ali o sistema produtivo da economia dependente está diretamente controlado pelo capital estrangeiro. Nos enclaves, os grupos dominantes locais não têm as condições nem a capacidade tecnológica, comercial e financeira para gerir ou administrar essas explorações econômicas." (p. 27).

[9] "O conceito do neoextrativismo foi definido principalmente em referência a países da América Latina, embora possa ser também aplicado a outras regiões. Ele vem sendo utilizado tanto no contexto de países tradicionalmente extrativistas, que passam por um momento de aprofundamento do modelo, como por países que, inspirados pelas experiências regionais, buscam emular as mesmas práticas" (Milanez e Santos, 2013, p. 121).

desenvolvimento de países que se situam principalmente no eixo América Latina. Geralmente se tornam economias de enclave em regiões de matriz primária, além disso, esse sistema é multiescalar e multiterritorial, apesar de sua rigidez no território. Segundo Svampa (2019, p.33) "[...] o neoextrativismo também é um modelo sociopolítico e territorial [...]", essa configuração representa qualquer extrativismo acentuado (agronegócio, hidrelétricas, minas, petróleo...) e pode ser analisado por meio da expansão de suas fronteiras e suas marcas de efetivação.

O conceito que muito se aproxima e reforça o autoritarismo colonialista destes empreendimentos mineradores é o de Territórios da Mineração, que segundo Lamoso (2017, p. 732):

> [...] são espaços usados pela indústria extrativa mineral, que exerce um protagonismo significativo no processo de acumulação de capital, envidando processos de desestruturação (destruição do ordenamento territorial preexistente, desorganizando a coerência regional interna) e reestruturação (quando faz emergir uma nova organização produtiva, geralmente uma organização industrial original definida por grandes corporações).

O fator de desestruturação apontado pela autora pode ser entendido, como foi discutido em parágrafos anteriores, por outros autores, como desterritorialização dos modos de vida tradicionais/cotidianos a partir da territorialização mineiro-industrial, transformando os espaços em questão em polos de exorbitante produção, desastre, conflito e alienação. Tudo isso com incentivos fiscais e locacionais do Governo Federal, dos estados e municípios no qual ocorrem as lavras garimpeiras.

A exemplo disso, em janeiro de 2025, o Governo brasileiro anunciou no Future Minerals Forum[10], ocorrido na cidade de Riade, capital da Arábia Saudita, que irá receber 8 milhões de investimentos da empresa saudita Ma'aden para mapeamento e pesquisa geológica no território brasileiro, além disso, outros 15 bilhões serão investidos pelos Emirados Árabes para extração de minerais estratégicos cobiçados para a transição da matriz energética (CNN Brasil, 2025)[11]. O Ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira afirmou, neste mesmo fórum, que esse será ponto de discussão na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) deste ano de 2025, na cidade de Belém-PA.

---

[10] O Future Minerals Forum (FMF) acontece anualmente em Riade. Reúne representantes de Governos e empresas privadas do setor da mineração, hoje se considera como um dos principais eventos do setor mineral, com um especial foco na tendência dos minerais estratégicos e mudança da matriz energética. No site oficial do evento é identificado que o principal patrocinador é o "guardião das duas mesquitas sagradas, o rei Salman Bin Abdulaziz Al Saud" (FMF, 2025). A quarta edição do evento, em janeiro deste ano, contou com a participação média de 90 países, incluindo o Brasil.
Link do site oficial do Future Minerals Forum: https://www.futureminerals forum.com/

[11] Link da matéria: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/governo-anuncia-r-8-bilhoes-em-investimentos-sauditas-para-pesquisa-mineral-no-brasil/

No site oficial da Agência Nacional de Mineração (ANM)[12], por meio da plataforma sigmine[13], o subsolo do território brasileiro em sua totalidade é exposto como um produto a ser vendido e exportado. Isso se percebe pela própria legenda do mapa que representa os estágios de disponibilidade e processos minerários ativos, os termos variam entre: aptos para disponibilidade, autorização de pesquisa, concessão lavra etc.

Em "aptos para disponibilidade" percebemos a abertura ao mercado externo para a tomada de nossos recursos naturais. Sobre isso, Lamoso aponta uma característica importante sobre esses territórios da mineração (2017, p. 733):

> [...] essa estrutura societária de mando, de forma indireta, vai cada vez mais se distanciando da possibilidade de interferência do poder público local [...] pois as decisões são tomadas pelos dois mercados, de consumo e de ações, assessoradas pelas informações técnicas e operacionais. Qual mineral lavrar, onde lavrar, qual região do país vai receber investimentos, para quais mercados será rentável destinar a produção, se o lucro será reinvestido ou distribuído entre os acionistas são decisões com forte repercussão local, mas tomadas em instâncias que não têm ligação direta ou indireta com a representação popular, salvo movimentos de resistências e enfrentamentos políticos.

Nesse sentido, os territórios da mineração configuram-se como estruturas verticais construídas com o único objetivo exportador de matéria prima, onde os bens naturais são manejados como descartáveis após o findar de seu uso de produção. Já os sujeitos que compõem esses territórios são tratados como como objetos dispostos a serem remanejados quando necessário e não merecedores de diálogos formais e diretos com a corporação. Esses territórios também são sistemas de controle das emoções, seja pela milícia que garante o controle de ir e vir, seja pelo medo do desastre e de expulsão dos moradores, bem como pela contenção das territorialidades cotidianas dos sujeitos históricos que estão dentro de "suas áreas do empreendimento".

Neste trabalho compreendemos que o conceito citado acima, é de imprescindível importância e representa um avanço na sistematização e debate da Ciência Geográfica no campo dos conflitos da mineração, mas deve também ser criticado dentro de sua proposta de adjetivo. Aqui não iremos nos referir aos territórios expropriados ou em vias de serem minerados/assediados como "Territórios da Mineração". Entendemos o conceito como uma tentativa de caracterização desse território-sistema-coorporativo, mas não os enxergamos como sendo "Da mineração", mas como tomados, saqueados e violados pela mineração. Dessa forma,

[12] Site da ANM: https://www.gov.br/anm/pt-br
[13] Mapa mineral do território brasileiro - Sigmine: https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908

utilizaremos aqui como forma de sinônimo ao conceito de Lamoso (2017) o termo “territórios minerados”.

Nos territórios minerados, o conflito torna-se uma característica central. Segundo Simmel (2011, p. 568): “O conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio”. Nesse sentido, é uma relação de sobreposição, já que nem toda resolução significa a satisfação de ambos os grupos por completo, assim como não sinaliza um estado de não-conflito. A resolução de um conflito neste caso o beneficiamento de apenas um dos lados conflitantes e não necessariamente um meio termo.

Os conflitos são pontos valiosos na dinâmica de empresas extrativistas, seja no quesito de suprimi-los ou contorná-los com ações assistencialistas, com o objetivo de gerar uma aceitação das comunidades do entorno não apenas acerca da estrutura da firma, mas também do risco. Algumas empresas nem sequer constroem essa tentativa de aproximação, somente arcam com os pontos de reivindicação que surgem na tentativa de combater ou negociar os danos, como é o caso da mineração de ferro em Quiterianópolis-CE.

Segundo a afirmação de Penido et.al (2024, p. 5): “[..] o problema não é tanto a existência potencial de um dano, mas sua aceitação ou não por uma dada população. Com isso, tudo << se torna questão de ‘equilíbrio’ >> entre a definição dos critérios de decisão para seguir ou não [...]”. Um caso emblemático de tentativa de resolução de conflitos do setor mineral no Ceará, em busca da aceitação social de extração, é o Consócio Santa Quitéria (parceria entre a estatal Indústrias Nucleares do Brasil e a empresa privada Galvani Fertilizantes), que busca minerar fosfato e urânio na região do município de Santa Quitéria, na fazenda de Itataia.

Em 2023 o consórcio promoveu para estudantes de escolas públicas dos municípios de Santa Quitéria e Itatira (que serão diretamente atingidos pela extração de urânio e fosfato)[14] o lançamento do projeto chamado “Era Uma Vez... Brasil”, que se propõe a ser um espaço de formação continuada aos docentes de História em todo o país e aos estudantes. Sendo financiado por outras empresas e instituições em outros estados, no Ceará, foi financiado pela Galvani Fertilizantes[15].

[14] Pesquisas apontam uma média de 18 municípios do interior do Ceará que serão afetados. Para mais informações, ver o link da matéria do Jornal Diário do Nordeste: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/usina-de-santa-quiteria-deve-elevar-radiacao-acima-do-limite-e-afetar-11-cidades-no-ce-diz-estudo-1.3303697

[15] Matéria do site oficial do Consócio Santa Quitéria: https://projetosantaquiteria.com.br/com-apoio-do-consorcio-santa-quiteria-municipios-do-ceara-recebem-projeto-de-desenvolvimento-de-adolescentes-e-valorizacao-da-historia-do-pais/

Além da formação continuada e a dinâmica de trazer os temas históricos envoltos da colonização do Brasil e os estudos sobre a cultura afro-brasileira e originária aos dois lugares destacados, o Consórcio Santa Quitéria custeou, na terceira fase do projeto, um intercâmbio à Portugal de dez dias para dezoito discentes (8° ano do ensino fundamental) e dois docentes da rede pública dos dois municípios citados.

A organização das empreitadas de projetos sociais e demais formas de suavização de conflitos são parte do objetivo, geralmente, do departamento de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). A RSC é uma nova forma de segurança e ordenamento territorial das comunidades invadidas pela mina. A ideia é que, diferentemente do período colonial, onde a violência física e o ordenamento coercitivo das práticas como a imposição dos costumes europeus (a monogamia, o cristianismo, o disciplinamento extremo sobre o tempo...) aos trabalhadores e moradores do entorno eram postas enquanto imposição direta, hoje são impostas como parceria entre empresa-chefes locais-comunidade por meio de uma gestão social, assistencialista e preventiva do risco, onde o bom funcionamento da empresa depende do ludíbrio de um benefício comunitário por meio de práticas que deveriam ser de ordem estatal (Hönke, 2018).

Compreendemos, portanto, que a prevenção do risco das empresas neoextrativistas nada mais é do que a prevenção aos movimentos de revolta que germinam em meio ao sistema orgânico que se forma em comunidades mineradas ou ameaçadas pela mineração que ainda pode chegar. Não se trata de encontrar soluções para os conflitos inerentes aos territórios minerados, mas de obter o beneficiamento das práticas de exploração dos recursos pelo controle dos movimentos sociais. Essas ações de RSC, muitas vezes, fundamentam discursos sobre os sujeitos históricos do território como contrários ao modelo de desenvolvimento proposto pelo projeto extrativista. Nesse jogo, para a sociedade e instituições reguladoras, diante de tantas contrapartidas, os movimentos sociais são apontados como “contra o desenvolvimento” ou como inimigos dos próprios territórios a qual eles historicamente se vinculam.

Estes movimentos Fernandes (2000; 2005) e Pedon (2013) intitulam-se como Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais. Aqui analisaremos a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) como Movimentos Socioterritoriais, baseado nas características, funções/atuações de cada um no lócus de estudo.

Para os autores todo movimento socioterritorial é também espacial, pois o território está dentro do espaço, é por conta do espaço e de seus objetos que o território se forma enquanto territorialidade, ação e movimento. Assim, “o território é o espaço apropriado por uma

determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder." (Fernandes, 2005, p. 27).

Dessa forma, o movimento socioterritorial é compreendido como "[...] uma categoria de mobilização coletiva [...] isso ocorre porque sua principal demanda está voltada para a conquista do território ou para a **conquista da soberania** por parte de um grupo sobre um espaço apropriado (podendo ser um espaço de governança)" (Pedon, 2013, p. 197. Grifo nosso). Essa configuração organizativa vê o território como trunfo e objetivo de sua luta, seu foco é a proteção daquilo que está sendo tomado por terceiros, alheios às suas dinâmicas tradicionais e que tenta a todo custo evitar ou romper a forçada simbiose corporação-comunidade. Muitas vezes, esses movimentos tentam territorializar-se em espaços que julgam como imprescindíveis a sua sobrevivência e seus por direito (caso das ocupações de latifúndios improdutivos).

Apesar de muito similares aos movimentos socioterritoriais, os movimentos socioespaciais, não veem especificamente o território como trunfo, mas as demandas de valorização do espaço vivido, assim

> [...] reúne um conjunto amplo de mobilizações já que as experiências políticas de participação não prescindem de uma dimensão espacial, muitos têm como base de organização um recorte espacial, a exemplo de associações de moradores e sindicatos, podendo ocorrer no campo ou na cidade e tendo como prerrogativa tanto demandas populares como elitistas [...] (Pedon, 2013, p. 197).

Apesar de o autor apresentar os movimentos eclesiais como mais gerais, e assim seriam talvez, socioespaciais, é aberta uma brecha para compreendermos pastorais religiosas como movimentos socioterritoriais, já muitas delas entendem o território como trunfo. Nesse caso, a PJR tem demarcado em seu próprio nome o lócus de sua atuação (o rural, a juventude). No caso da comunidade de Santa Luzia, percebemos que a PJR possui demandas específicas de valorização do/da jovem do campo e das práticas agrícolas, mas desenvolve ações que buscam garantir a permanência no território. Um exemplo disto é o Coletivo Arteando, um grupo de jovens camponeses que produzem arte e resistência no território de Santa Luzia com o objetivo de desenvolver vínculos dos jovens com o território.

Nas observações de campo realizadas e por meio de leituras a respeito das aproximações iniciais de empresas neoextrativistas minerais, percebemos que os territórios em fase de mapeamento de possibilidades corporativas não eram de fato categorizados como tal, revelando que para a Geografia e afins, estes territórios, já que não sendo de fato ainda minerados, eram isentos de sérios conflitos.

Não queremos nesta pesquisa perpetuar a ideia do não-conflito ou "conflito em potencial", pois compreendemos que um conflito e a consequente mobilização territorial-comunitária ocorrem antes da territorialização da mina, como forma antevir a formação de um espaço em estado de minério-dependência[16]. Para melhor entrar neste argumento, intitularemos aqui esta estrutura de conflito como Territórios em aliciamento mineral-corporativo, o adjetivo "mineral-corporativo" é o marcador que indica o sujeito que assedia/alicia e o produto que se vislumbra.

Os territórios em aliciamento mineral-corporativo constituem-se na fase inicial de conflito acerca da proposta de viabilidade de instalação de um sistema minerador em comunidades urbanas ou camponesas. É nesta etapa que os funcionários, pesquisadores e demais representantes do empreendimento adentram os territórios a fim de criar relações de confiança com lideranças locais, diagnosticar possíveis ameaças sociais ao negócio, promover o marketing de possíveis benefícios da atividade e realizar visitas de avaliação do terreno.

O aliciamento[17] se dá no ato de tentar influenciar/coagir grupos a concordarem com um determinado objetivo ou ideologia de parcelas dominantes que se interessam na alocação de espaços ditos "ociosos" no circuito econômico extrativo mundial. O aliciamento pode dar-se de forma pacífica, pela oferta de serviços assistencialistas ou pela intimidação direta as comunidades, tudo isso como estratégia de aceitação e repressão de possíveis revoltas. Um outro artifício usado é a desestabilização comunitária, onde na tentativa de ludibriar e seduzir sujeitos/as, a empresa intencionalmente provoca conflitos internos e divisões dentro dos núcleos comunitários.

Este é o primeiro passo para a Licença Social Para Operar. Giffone Pinto (2019) afirma por meio de levantamentos de documentos da Anglo American, Grupo Votoratin e outras empresas de mineração, que a aceitação comunitária do empreendimento aumenta a probabilidade da expedição da licença de operação pelos estados, além disso, não se configura importante ao bom funcionamento apenas no ato da conquista, mas deve ser mantida durante

[16] "A minério-dependência gera subordinação frente a mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações, cíclicas ou não, dos preços. [...] Os postos de trabalho podem ser fechados de acordo com as quedas dos preços nos mercados globais de commodities, tornando essas regiões extremamente sensíveis à instabilidade de dinâmicas que ocorrem em mercados financeiros globais." (Coelho, 2008, p. 254).

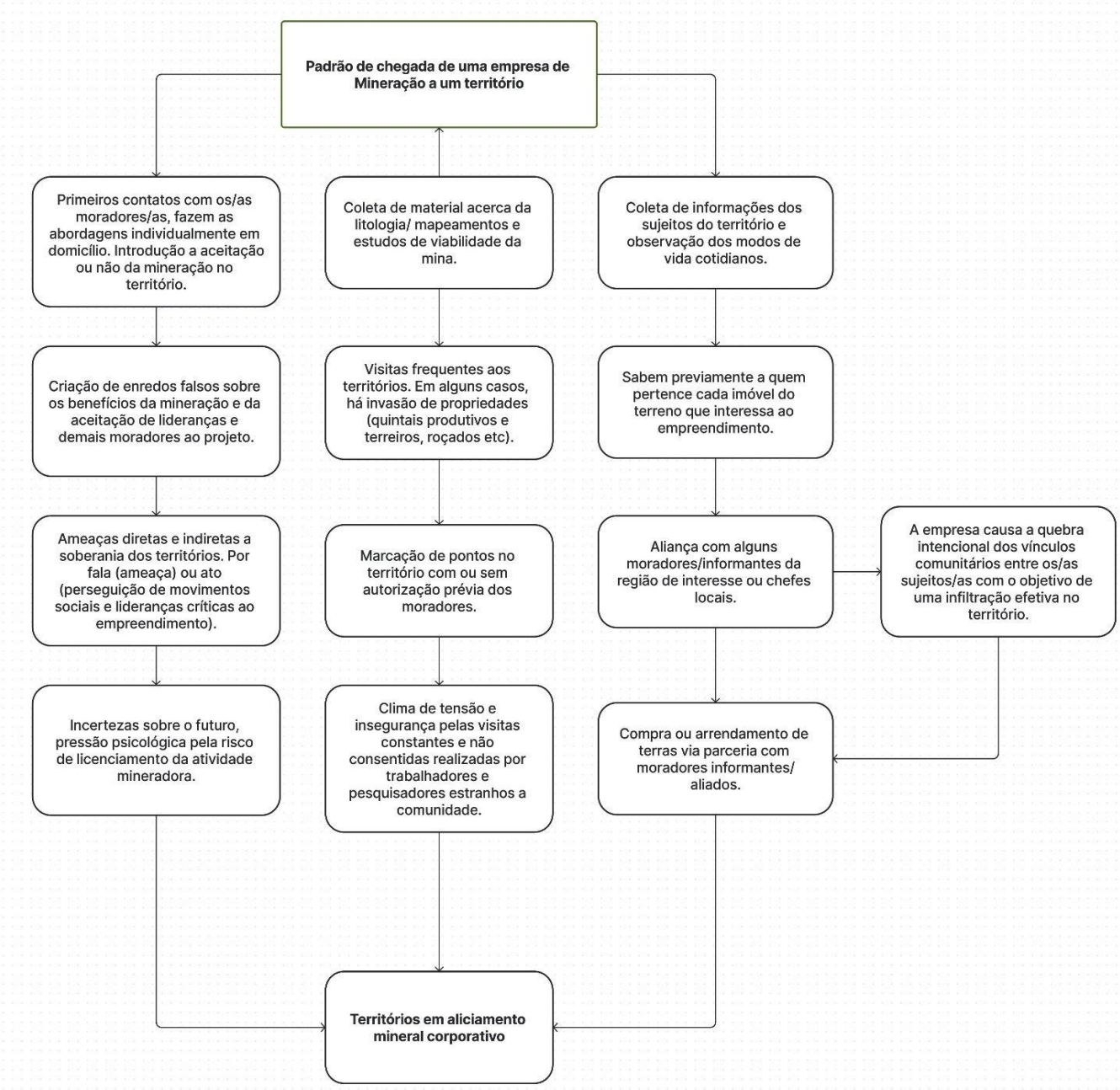
[17] De acordo com o Dicionário Online de Português (Dicio), aliciamento seria: Ação de subornar, de aliciar, de oferecer dinheiro em troca de alguma coisa; Ação de atrair pessoas para certo propósito, causa, ideologia; Ação ou consequência de envolver, de seduzir alguém para que esta pessoa faça alguma coisa (Dicio, 2025).

todo o ciclo de operação, pois a mobilização em massa pode ser responsável pelo fechamento temporário ou permanente das minas[18].

O mapa mental abaixo representa uma síntese do termo/conceito em construção a partir das reflexões e trabalhos de campo realizados no território do presente estudo. As experiências individuais das percepções sobre a chegada de um novo objeto no território, por meio das entrevistas com os/as sujeitos/as da comunidade de Santa Luzia foram essenciais para a tentativa de sistematizar a realidade em uma nova categoria de percepção.

Figura 3 – Síntese do conceito Territórios em aliciamento mineral-corporativo

[18] Sobre isso, Giffone Pinto (2019, p. 44) justifica que, "o período no qual o conflito emerge é definidor da forma como a empresa irá reagir. Conflitos que surgem no início do ciclo do projeto têm mais poder de alterá-lo e até mesmo suspendê-lo, ou fazer com que a empresa cogite outra localidade".



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A segunda etapa da pesquisa vincula-se à realização de trabalhos de campo na comunidade Santa Luzia, no município de Independência-CE. Antes de todas as práticas e observações em campo, pouco a pouco foram sendo criadas relações de confiança entre pesquisadora e sujeitos da PJR e MAM, que culminaram no convite para alguns eventos públicos e privados, incrementando um maior conhecimento sobre a organização, gestão e construção de um movimento social e de articulações pastorais.

O trabalho de campo foi planejado de acordo com as comunicações formais e informais feitas ao longo do primeiro ano de pesquisa (setembro de 2023 – julho de 2024), com

as atividades baseadas na lógica de violências sofridas pelo processo de mapeamento mineral. Assim, teve como objetivos:

Geral: Analisar as articulações e estratégias territoriais de resistência entre PJR e MAM no combate à mineração no município de Independência-CE, comunidade de Santa Luzia.

Específicos: compreender as dinâmicas sociais e de organização da comunidade de Santa Luzia considerada áreas de interesse da mineradora Da paz (mineração de rocha ornamental); Identificar e sistematizar as articulações feitas entre PJR e MAM dentro dos dois territórios como forma de frear o avanço territorial da mineradora Da Paz; Entender o sistema de mapeamento e expansão da mineração de rochas ornamentais na região.

As atividades pensadas e previstas pela pesquisadora, foram compartilhadas e lapidadas em conjunto ao núcleo de base do território estudado. Dito isto, foram acertadas as seguintes ações prescritas como roteiro grupal:

- Reconhecimento dos territórios de Santa Luzia – Independência-CE (geofísico e social);
- Reconhecimento histórico e organizacional dos territórios;
- Compreensão da organização produtiva do território (agricultura, pecuária e demais formas de produção;
- Realizar mapeamento dos pontos de pesquisa mineral da comunidade Santa Luzia (mineradora Da Paz);
- Realizar mapeamento participativo/comunitário das Comunidades Santa Luzia;
- Realizar entrevista com o Coletivo Arteando (núcleo de base da PJR e MAM) – comunidade Santa Luzia;
- Realizar entrevista com pessoas da comunidade (preferencialmente agricultores familiares que foram assediados/atingidos) em Santa Luzia;
- Verificar articulações com outros movimentos e atividades de resistência realizadas.

No período entre 10 e 14 de setembro de 2024 foi realizada a segunda etapa da metodologia, o trabalho de campo no município de Independência-CE, na comunidade camponesa Santa Luzia, localizada no distrito do Iapi. O planejamento da atividade de campo teve como base bibliográfica (Cruz, 1997). O cronograma de atividades pode ser conferido na quadro.

Quadro 1 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES – TRABALHO DE CAMPO EM SANTA LUZIA – INDEPENDÊNCIA-CE

DIA	ATIVIDADE	TURNO
10/09/2024 - terça	Chegada ao território de Santa Luzia; Reconhecimento do território.	Tarde
11/09/2024 - quarta	Mapeamento dos principais pontos de pesquisa mineral.	Manhã e tarde
12/09/2024 - quinta	Entrevistas/coleta de relatos dos moradores.	Manhã e tarde
13/09/2024 - sexta	Cartografia Social	Noite
14/09/2024 - sábado	Cartografia social	Manhã
15/09/2024 - domingo	Retorno à Fortaleza-CE	Tarde

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Algumas observações iniciais acerca do território e as primeiras contextualizações feitas buscaram observar: origem das famílias residentes, modos de vida, tipos de produção e organização produtiva, titulação de terras, a questão mineral na região (tipo de minério, tipos de ameaças sofridas, moradores que aceitaram a pesquisa mineral em seus terrenos, os que não aceitaram a pesquisa mineral, discussões e atritos dentro da comunidade após o início das ações mineradoras...) e o histórico da antiga Vila do Iapi. Isso ocorreu no segundo dia de campo, no dia 11 de setembro de 2024.

Neste mesmo dia também foi realizado o planejamento coletivo do que seria de fato executado no trabalho de campo. O planejamento ocorreu juntamente com os residentes que nos cederam a morada provisória.

Ao terceiro dia de campo, 12 de setembro, das 09:00h ao 12:00h, foi dado início ao mapeamento dos principais pontos de pesquisa mineral da empresa Da Paz (processo de pesquisa mineral – Gabro) na comunidade de Santa Luzia. Foi utilizado o aplicativo Map Plus, com o objetivo de coletar as coordenadas geográficas precisas das marcas deixadas pela empresa dentro do território e cartografá-las pelo software Qgis.

O primeiro ponto de pesquisa mineral visitado foi o Serrote dos Orelhos, conhecido como espaço de lazer e contemplação da vista panorâmica da comunidade. Por meio da Figura 4 – fotografia A, observa-se um dos campos de rochas granitoides que compõem a paisagem natural do lugar, característica recorrente ao longo do relevo levemente ondulado da região. Já por intermédio da Figura 4 – fotografia B, feita no topo do serrote dos Orelhos, contemplamos a vista panorâmica do relevo de Santa Luzia, suas marcas de rios intermitentes e seu solo desertificado, que será melhor abordado no capítulo proposto para a comunidade, além de refletir sobre as práticas agrícolas campesinas em contraponto a mineração (múltiplos usos do território).

Figura 4 – Terceiro dia de trabalho de campo, 12/09/2024 - reconhecimento do território de Santa Luzia, Independência-CE

Fonte: Acervo da autora, (2024).

Por meio da Figura 4 – fotografia C e D, verificamos uma área de roçado na qual foi assinado pela família um termo de autorização de pesquisa mineral por engano, na fotografia D, demarcado pelo círculo, está o Serrote da Bastiana, onde contém pinturas rupestres. O fato ocorreu quando funcionários da empresa Da Paz alegaram que a assinatura do responsável pela

propriedade seria apenas como aval para a circulação dos carros da mineradora pela estrada que perpassa o terreno em questão. Pouco depois, foi descoberto o verdadeiro teor do documento assinado.

Aqui é sentido o peso de uma das estratégias de territorialização de uma empresa neoextrativistas: as falácias. Ao territorializar-se, desterritorializa o/a outro/a, gera medo, raiva e descrença no futuro. A indignação pelo ato de ser enganado/a já revela o caráter de violência e sofrimento promovido pela prática de pesquisa mineral, junto a isso, vem o autoritarismo. Por esse fato, os grandes projetos capitalistas são sinônimos de desrespeito à autonomia, expropriação de terras e violação de direitos básicos (Barros, 2022).

O autoritarismo dos empreendimentos neoextrativistas é materializado por intermédio de formas físicas e subjetivas que atinge os sujeitos em sua quase integralidade. Assim, afeta diretamente a sua liberdade de existir e produzir maneiras de ser em seu território ameaçado ou afetado pela mineração. Porém, as práticas de controle autoritário dos espaços de interesse empresarial vão para além das comunidades, se estendem aos movimentos contra hegemônicos, às pesquisas críticas e às discordâncias políticas. Dessa forma, segundo Acselrad (2022, p. 9):

> Tal convergência prática entre neoextrativismo e autoritarismo veio se configurando por um singular movimento de circulação de formas autoritárias entre Estados e corporações, entre ações e esquemas já experimentados pelo Estado brasileiro durante a Ditadura e formas assemelhadas que vieram sendo empreendidas pelas próprias grandes corporações extrativas [...] com vistas a controlar os territórios de interesse para seus negócios.

Ainda no terceiro dia de análise de campo, das 14:30 às 18:00h, compreendemos a relação dos moradores de Santa Luzia com alguns corpos hídricos mapeados. Nas andanças desse dia, oportunizou-se conhecer o espaço Malhada do Poço, um tipo de equipamento cultural e de lazer.

Ao lado do espaço, saindo de suas cercas, visualizamos um grande cânion chamado de Purão Figura 6 – foto E e F), de caráter intermitente. Como estava no período de estiagem, o cânion encontrava-se abaixo de seu nível habitual, servindo no momento apenas como abastecimento para os animais. Dessa forma, percorremos uma parte do caminho de suas águas (leito), que contém grande volume de material rochoso – matacões e seixos graníticos (figura 6 – foto G). Ainda na Figura 6 (fotografia H), no qual consta o principal açude da localidade, chamado de “Açudinho”. Pelo percurso a caminho do Cânion Purão, notam-se recorrentes afloramentos de depósitos de Gabro (Figura 5).

Figura 5 – Afloramento Granítico, Santa Luzia, Independência-CE

Fonte: Acervo da autora, (2024).

Em 13 de setembro teve continuidade o reconhecimento do território, também indo de encontro a alguns moradores da comunidade, a fim de conhecer suas dinâmicas cotidianas e perspectivas sobre a mineração na localidade. Foi entrevistado pelo período da manhã o presidente da Associação dos Moradores de Santa Luzia, logo após, conhecemos seu quintal produtivo e as tecnologias rurais presentes em sua propriedade (cisternas, poço profundo – sistemas essenciais para a resistência no semiárido). A vestida técnica pela localidade com a adição da fala dos sujeitos toca fortemente no que nomeamos de múltiplos usos de um território, que serão melhor aprofundados no capítulo 3 desta pesquisa. Mas já de antemão, referem-se aos usos que identificamos também pela feitura da cartografia social, ou seja, a agricultura,

pecuária, ovinocultura, cultura e lazer, o uso das águas, o uso das rochas, as manifestações de religiosidade e espiritualidades territoriais, dentre outros.

Figura 6 – Cânion e Açude mapeados - Comunidade Santa Luzia -CE

Fonte: Acervo da autora, (2024).

Uma das etapas do trabalho de campo foram entrevistas com três pessoas da comunidade, sendo elas: o ex-presidente da associação de moradores de Santa Luzia, a ex-agente de saúde comunitária de Santa Luzia e o proprietário do espaço de festejos Malhada do Poço. Essa etapa ocorreu entre os dias 12 e 13 de setembro de 2024, no decorrer das atividades de reconhecimento de campo. Para a conservação da identidade e segurança dos participantes

das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, assim como para outros entrevistados durante essa pesquisa, utilizaremos nomes alternativos para nos referirmos aos sujeitos/as.

Optamos por nomear nossas/os entrevistadas/os com nomes referentes às plantas originárias da Caatinga Cearense. Dessa forma, o ex-presidente da associação será Cumaru, a ex-agente de saúde será Mandacaru e o proprietário do Malhada do Poço será referido como Carnaúba. As entrevistas tiveram como base questionários semiestruturados a fim de que os sujeitos sintam a liberdade de expressar seus pensamentos e relatos de forma fluida.

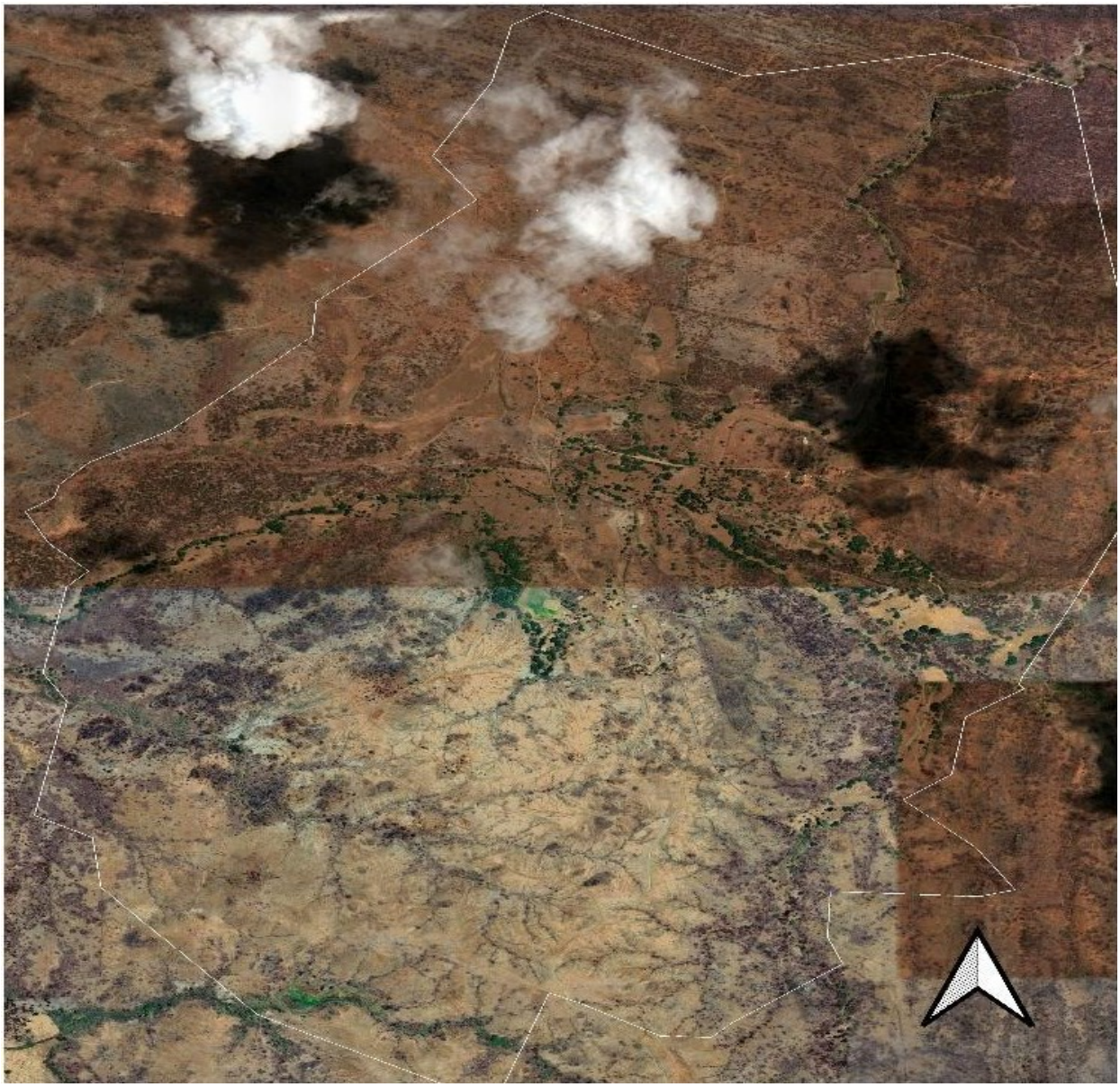
Na noite do dia 13 de setembro de 2024, das 18:30 às 21:00h, na creche da comunidade de Santa Luzia, foi iniciado o primeiro momento sobre o mapeamento comunitário proposto pela presente pesquisa, com o objetivo de cartografar os usos múltiplos do território ameaçado pela empresa mineradora Da Paz (figura 7).

Foram mapeados 114 (cento e quatorze) pontos nas seguintes categorias: corpos hídricos (rios, açudes, grotas, poços naturais, lagoas...) espaços de lazer, estradas, serrotes, feições geológicas "pedras" de importância afetiva e cultural para a comunidade, campos novos e antigos de futebol, igrejas, bares, espaços de festa, roçados, quintais produtivos, patrimônios históricos e culturais, áreas de saúde e antigos espaços que foram refuncionalizados.

Iniciamos a atividade com uma mística de abertura e apresentação do contexto mineral cearense feita por três militantes do MAM e PJR. Além do contexto, foi apresentada a estrutura, objetivos e razões da escolha da comunidade em questão. Logo após foi aberto um momento para o diálogo.

Após o momento inicial, apresentamos o mapa do território de Santa Luzia (base de dados – ver imagem da figura 7), coletado via *Google Earth* e tratado no *software* Qgis. Os materiais utilizados para cartografar por cima de nossa base de dados (mapa tamanho A1) foram: canetinhas coloridas e pincéis pilotos para formular a legenda do mapa. Ao longo da atividade, também foi distribuída a tarefa de construir a ata de cartografia, na qual foram elencadas todas as nomenclaturas e numerações dos pontos coletados.

Figura 7 – Base de dados utilizada para a cartografia social



Fonte: Elaborada pela autora, (2025).

Na manhã do dia 14 de setembro de 2024, das 09:00h às 12:00h, foi dada continuidade e conclusão parcial à cartografia social com êxito (figura 8 e 9). Após essa atividade, o trabalho de campo foi finalizado no dia 15 de setembro de 2024 às 15:00h.

Figura 8 – Registros do primeiro dia de cartografia comunitária em Santa Luzia - 13/09/2024

Fonte: Acervo da autora, (2024).

Figura 9 – Registros do segundo dia de cartografia comunitária em Santa Luzia - 14/09/2024

Fonte: Acervo da autora, (2024).

Segundo Severino (2014, p. 107) “Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu próprio meio ambiente”. É pelo trabalho de campo que conseguimos realizar a práxis científica, unir a teoria sistematizada, com a vivência real dos sujeitos estudados, que nesse caso existem cotidianamente cercados pela problemática agrária em questão.

A etapa metodológica que seguiu após o campo, no dia 16 de outubro de 2024 foi a realização de entrevista semiestruturada com a coordenação estadual do MAM (um dirigente), com o objetivo de compreender a formação do MAM no Ceará e a própria constituição dos territórios minerados no Estado. Iremos nos referir a este dirigente entrevisto como Cajueiro. Conjuntamente a isso, segue o principal questionamento: Quais são as estratégias territoriais do MAM e como ele se articula a outras organizações no enfrentamento do saque mineral?

Buscando compreender a gênese da valorização e territorialização do setor mineral no estado do Ceará, no dia 21 de março de 2025 realizamos uma pesquisa bibliográfica no acervo físico de matérias jornalísticas da Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE).

Outra etapa metodológica na qual a entrevista semiestruturada foi empregada, ocorreu no dia 02 de abril de 2025, na cidade de Fortaleza, quando efetuamos uma conversa sobre a espacialização e histórico de luta da PJR nos Sertões de Crateús e Inhamuns, na década de 80 com as primeiras mobilizações da juventude camponesa até os anos 200/2001 (período em que alicerça-se como PJR de fato), com uma religiosa (freira) do Instituto das Irmãs de Jesus Missionário, que aqui será referenciada como Sabiá ou Irmã Sabiá. Destacamos essa etapa como fundamental no entendimento do fazer religioso-militante pós Concílio Vaticano II e o uso da Teologia da Libertação na prática camponesa.

Foi realizado nos dias 30 e 31/05 e 01/06 o segundo trabalho de campo no território de estudo. Onde priorizamos enquanto atividade validar, corrigir e concluir a cartografia social iniciada em setembro de 2024. Assim, ao chegar à comunidade, no dia 30 de maio, fizemos nosso planejamento de ações para os dias seguintes. Ao dia 31 realizamos algumas visitas nas residências e quintais produtivos de agricultores e agricultoras e em pontos de mapeamento mineral e usos diversos. No mesmo dia, pela noite, foram entrevistadas três jovens representantes do Núcleo de Base de Santa Luzia (MAM e PJR) presencialmente. Os nomes aqui utilizados para nos referirmos a elas são: Malva, Faveleira e Angico.

Em 01 de junho, das 16:00h às 18:00h sucedeu a etapa de validação e correção da cartografia social do território (ver Figura 10), além da adição de alguns pontos não evidenciados no contato inicial em 2024, como os pontos de mapeamento da mineradora Dapaz. A manhã do dia 02/06 reservou-se para o retorno dos pesquisadores à Fortaleza.

Figura 10 – Etapa de validação da cartografia social de Santa Luzia

Fonte: Acervo da autora, (2025).

Quadro 2 – Cronograma de atividades – 2° trabalho de campo em Santa Luzia – Independência-CE (30/05 a 02/06 de 2025)

DIA	ATIVIDADE	TURNO
30/05/2025 – sexta	Chegada ao território de Santa Luzia; Planejamento de ações com o núcleo de base do MAM e PJR.	Tarde

31/05/2025 – sábado	Visita a algumas residências e quintais produtivos; Entrevista com o Núcleo de base MAM e PJR.	Manhã e tarde
01/06/2024 - domingo	Correção e validação da cartografia social com a comunidade de Santa Luzia; Mapeamento dos principais pontos de pesquisa mineral da Mineradora DaPaz Natual Stones (dentro da atividade de cartografia social).	Tarde (das 16h ao 18h)
02/06/2025	Retorno para Fortaleza	Às 07:30h

Fonte: Elaborado pela autora, (2025).

Diante do exposto, justifica-se este estudo inicialmente como um esforço em entender e contribuir com o campo epistemológico Geográfico, atrelando a pauta dos movimentos pastorais religiosos e sociais às lutas dos povos camponeses, no combate aos empreendimentos neoextrativistas minerais em processo de germinação no território cearense.

A contribuição ao campo referido acima também se dá por meio da problemática mineral que será destacada ao longo desta pesquisa. Analisando os campos de mineração, ouvindo as falas dos sujeitos, buscando entender os discursos que formulam as justificativas do Estado pela normalização e financiamento de grandes empreendimentos extrativistas, que destroem e deixam manchas de desastres ambientais por onde percorrem.

Além disso, é válido salientar a importância das/os geógrafos/as no debate mineral brasileiro, e mais especificamente, cearense, tendo em vista suas aproximações junto aos movimentos sociais "[...] a Geografia Agrária, que possui importante tradição de diálogo com os movimentos sociais, manteve vivo seu propósito engajado e tornou-se uma das protagonistas do debate crítico da questão mineral brasileira." (Gonçalves, 2021, p. 68).

Essa constatação também salienta que o debate mineral e sua importância atual se constituiu pelos próprios movimentos sociais, e não somente pela Ciência. A análise científica se dá pela aproximação com esses movimentos, trazendo seus respectivos saberes, modos de ser e reivindicações para dentro do debate acadêmico, que é o que se tenta aqui. É importante referir também que ao discutir sobre estes conflitos, coloca-se em pauta o caráter político da questão agrária.

A presente pesquisa dissertativa dispõe da seguinte organização: iniciando com esta introdução, na qual apresentamos contextualizações primárias, problemática de pesquisa, objetivo geral e específicos, referencial teórico metodológico e procedimentos de coleta de materiais bibliográficos e pesquisa de campo. Essas informações introdutórias são basilares para a compreensão de todo o percurso de construção de escrita que segue a compartimentação em mais três capítulos e a conclusão.

No capítulo 2 “Desvendando a Questão Mineral”, mais especificamente no tópico 2.1 “Abya Yala, Brasil e Ceará: escalas de extração e esbulho”, foram abordados os aspectos geohistóricos do mercado das commodities minerais na América Latina, desde o período colonial, buscando compreender o papel da mineração na formação do sistema capitalista moderno. No tópico 2.1.1 “Ceará na Rota da Mineração?” afunilando para uma escala mais próxima ao objeto de estudo, foram discutidos os fatores que alicerçaram o mercado de extração mineral no Ceará, da criação de expedições imperiais à busca de riquezas do subsolo, às extrações atuais que condicionam o estado a ter papel estratégico no comércio de ferro, rochas ornamentais e demais matérias primas neoextrativistas.

No capítulo 3 “Aqueles que são anti-modernidade: o caso das redes e conexões entre MAM e PJR nos sertões”, adentramos nas especificidades dos dois movimentos (social e pastoral) analisados como estrategistas na luta contra o avanço da mineração no território camponês de Santa Luzia. No tópico 3.1.1 “Pastoral da Juventude Rural: espiritualidade das lutas camponesas” trouxemos o contexto histórico de formação da PJR na Diocese de Crateús, linhas políticas e formas de atuação. Seguido a isso, no tópico 3.1.1 “Movimento Pela Soberania Popular na Mineração: sem subsolo não há território”

No quarto e último capítulo dissertativo “Mineração em Santa Luzia: como conter o saque?”, estão expostos nossos resultados de pesquisa, compreendendo o território lócus de conflito, como Território em Aliciamento Mineral-Corporativo. Para isso, buscamos esmiuçá-lo em suas diversas peculiaridades, para que, de fato, fosse arquitetado um padrão de aliciamento em situações de mineração.

No tópico 4.1 “Entre as leves colinas expostas, um risco de desordem: caracterização territorial de Santa Luzia e o processo de aliciamento territorial mineral-corporativo” detalhamos o padrão de invasão territorial ocorrido na comunidade, a partir do ano de 2019/2020, onde há a chegada da empresa DaPaz Natural Stones, sendo o prelúdio de um conflito.

O tópico 4.1.1 “Estratégias comunitárias contra o avanço mineral: resistências por um subsolo camponês livre”, no qual discorremos sobre as movimentações contra o avanço mineral em Santa Luzia, por meio da articulação PJR e MAM, aponta reflexões sobre as estratégias de contenção do saque do subsolo, organizadas principalmente pela juventude camponesa (coletivo arteando) e a proposta de estratégia trazida por nós com a elaboração da cartografia social dos usos múltiplos da comunidade de Santa Luzia, compreendendo que o mapa social é uma fundamental tecnologia de luta por territórios livres de mineração.

Por último, temos a conclusão da pesquisa, com a retomada dos objetivos e principais pontos alcançados ao longo do percurso dos capítulos e resultados.

2. DESVENDANDO A QUESTÃO MINERAL

> O cancro do capitalismo só admite propriedade privada, e é incompatível com qualquer outra perspectiva de uso coletivo da terra.
> Ailton Krenak, ***Futuro Ancestral.***

Por meio deste capítulo, será introduzida a questão mineral de fato a partir da compreensão de três escalas: mineração na América Latina, no Brasil e no Ceará. Procura-se traçar uma sistematização sobre a inserção do Ceará no mercado extrativista mineral.

Fazer este processo explicativo e de afunilamento torna-se necessário ao desenvolvimento do trabalho. Ao identificarmos o fenômeno mineral, é de notável importância discutir sua espacialização ao longo dos séculos, em macro e microescalas territoriais/temporais, pois o plano e modelo mineral gerado em períodos de acumulação de um capitalismo mercantil nascente, fruto das violências colonialistas contra populações originárias (e logo após, afro-diaspóricas), se reflete no *modus operandi* atual da mineração capitalista em sua fase de extração máxima dos recursos naturais, humanos e tecnológicos.

2.1 Abya Yala, Brasil e Ceará: escalas de extração e esbulho

Abya Yala significa “Terra Madura” ou “Terra Viva”, segundo a língua dos povos indígenas da etnia Kuna (originários da Colômbia). Existem outras traduções para a nomenclatura dada ao Continente Americano pelos Kuna, e que foi adotada pelos demais povos indígenas como parte de um processo de retomada de suas cosmovisões, sua linguagem e suas formas de ser américa.

Ao intitular este tópico de Abya Yala para referir-se especificamente sobre a porção geográfica que corresponde a América Latina, trago a concordância com Araóz (2020) ao inserir as américas, e especialmente a latina, como motores propulsores de origem da modernidade, nas quais contribuíram por meio do sistema de espoliação de um nascente capitalismo-exportador, na modernização no continente europeu e mineiro-dependência das américas. Dessa forma, abordaremos rapidamente a questão mineral no contexto Latino-Americano, do período colonial ao capitalismo moderno, emergindo também a historicidade e problemática do problema mineral brasileiro.

Em 1540, foi descoberto um dos maiores tesouros da modernidade europeia, o Cerro Rico de Potosí (hoje no atual território da Bolívia). Acontece que Potosí detinha enormes reservas de prata, muito mais do que algumas outras colônias espanholas já haviam mostrado

como “disponíveis” aos seus invasores, assim, “Em meados do século XVII, a prata alcançava mais de 99 por cento das exportações minerais da América Hispânica” (Galeano, 2016, p. 46).

Não apenas a velocidade de exportações foi presente no novo contexto forçado de Potosí. A demografia saltou de 120 mil habitantes em 1573, para 160 mil em 1650. Tornava-se rapidamente um dos maiores centros urbanos mundiais do século XVII e um dos mais ricos, transformando-se na rica Vila Imperial de Potosí (LEGH, 2024).

Enquanto havia aumento da população espanhola, demais colonos e as populações negras trazidas do continente Africano, os indígenas de Potosí e de regiões adjacentes sofreram um latejante processo de genocídio por esgotamento físico, fome e mortes nos trabalhos da mina, designados a estes que eram chamados de mitayos. Segundo Araóz (2020):

> O terror descarnado foi a primeira tecnologia de aproveitamento de mão de obra. A destruição das economias locais daria lugar pela primeira vez à *aparição civilizatória da fome*. Aquela mineração aplicava uma política de terra arrasada: o saqueio durava o quanto as populações indígenas sobrevivessem nessas terroríficas condições. (p. 116).

Assim foi se espalhando em todo o continente os novos métodos mineiros voltados a uma excessiva acumulação e ostentação. É o nascimento do padrão de exportação que na contemporaneidade concebemos como *commodities*. A primarização das economias latinas e a supressão de toda vida e cultura ao redor do que seja a mina e suas redes de escoamento (estradas, ferrovias e portos).

O empobrecimento que alimenta o enriquecimento já era vivido na América colonial, e já era posto em prática uma espécie de gênese da divisão internacional do trabalho, tendo em vista que “As classes dominantes não tinham o menor interesse em diversificar as economias internas nem elevar os níveis técnicos e culturais da população: era outra sua função na engrenagem internacional [...] (Galeano, 2016, p. 54).

No Brasil, após a colonização de 1500 e a ocupação efetiva de 1530, a busca por minerais é incumbida principalmente aos bandeirantes oriundos de São Paulo. Com maior parte financiadas pela coroa portuguesa, as expedições bandeirantes do século XVI ao século XVIII tinham como principal objetivo a procura de metais preciosos. À essa prática frenética da busca do ouro, ferro, prata e demais minerais, dá-se o nome de metalismo. Eram tidas como prósperas aquelas nações e territórios abundantes na política do metalismo em suas colônias. Segundo Ruy Moreira (2017, p. 8):

> [...] a política do metalismo que norteia todo o empreendimento colonial de Espanha e Portugal neste momento. Daí o bandeirantismo perdurar por todo o correr dos

> séculos XVI ao XVIII, culminando com a descoberta das minas de ouro e diamantes no planalto central-mineiro, quando então cessa.

Assim como Potosí, Ouro Preto em Minas Gerais também experimentou um rápido processo de urbanização desenfreada decorrente da febre do ouro. A Vila Rica de Ouro Preto, em seu auge extrativista contribuiu no processo de interiorização (litoral-sertão) e da acentuação da importação de africanos escravizados para o trabalho nas minas. Segundo Galeano (2016) os escravizados duravam em média oito anos de trabalho, padecendo logo após.

No século XXI, ultrapassando as fronteiras de Minas Gerais, o extrativismo mineral dilacera outros territórios e outros corpos ocupantes de lugares onde a maldição da abundância prevalece (Araóz, 2020). No quadro abaixo temos a síntese de conflitos envoltos à mineração no Brasil, com última atualização em 2021. Apesar de Minas Gerais continuar em sua posição de primeiro lugar no pódio de conflitos (só em 2022 houve 357 ocorrências de conflitos envolvendo crimes das empresas mineradoras), a espacialização da lógica neotextrativista invade o território nacional por completo (Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2024).

Quadro 3 – Dados de conflitos da mineração no Brasil (até 2021)

Número de conflitos	**1.724**
Número de ocorrências	**2.624**
Número de pessoas envolvidas	**3.03.342**
Número de famílias ameaçadas ou expulsas	**2.472**

Fonte: Observatório dos conflitos da mineração no Brasil, 2024; Organizado pela autora, (2025).

Em 2015 aconteceu o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério em Mariana-MG, atingindo a comunidade de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras, Borba, Ponte do Gama, no município de Mariana, e Barra Longa e sua zona rural. A barragem pertencia às corporações Vale S/A e PHB Billinton, e atingiram em média 34 milhões de m³ de rejeitos (Penido, 2024). Em 2019 houve o rompimento da barragem de Brumadinho-MG, na mina Córrego do Feijão, propriedade também da Vale S/A, onde despejou

12 milhões de m³ de rejeitos e levou a morte de 272 pessoas da região. No Pará, o Projeto Grande Carajás (Vale S/A) com sua Estrada de Ferro recorta uma extensão de 892 km através dos estados do Pará e Maranhão, com o objetivo de transportar o minério de ferro e demais produtos até o porto de São Luís. Segundo a Fiocruz (2019), mais de 100 comunidades são atingidas pelas atividades de mineração e ampliação da Vale.

Na corrida pela transição energética dos países desenvolvidos e industrializados, a América Latina é basilar em sua produção de produtos primários que garantirão a falsa promessa da renovação das energias. No tópico seguinte, apontaremos um panorama geral da mineração no estado do Ceará, por meio de seu processo histórico e empreendimentos atuais que a todo instante difundem-se território à dentro.

2.1.1 Ceará na rota da mineração?

Apesar de serem sorrateiros os rastros, o Ceará a cada ano cresce no ranking da mineração nacional, sendo atualmente o 3° maior exportador de rochas do Brasil (GEOSCAN, 2019), com sua principal especialidade na extração de rochas ornamentais (mármore, gabro, gipsita, calcário, granito etc.), seguido pelo mercado de fornecimento de insumo para o setor da construção civil (areia, arenito, granito para brita, argila…). Ao passo que os números de concessões de pesquisas e lavras garimpeiras sobem, o número dos conflitos nos territórios minerados e mapeados aumentam proporcionalmente.

Parece assustador pensar em mineração no território cearense. E realmente é. Apesar de o tema não ser novo do ponto de vista empresarial, ele é ocultado e pouco falado para o público geral, e sendo ocultado, é como se não existisse no plano real, mas em um plano fictício. O plano fictício, ou a realidade não vista pela alienação contínua dos corpos humanos, se encarrega de esconder os lamentos que crescem em territórios cuja população é roubada e minerada tal qual a geologia em que pisam cotidianamente, pois a morte daquilo que chamam de seu lugar, também é sua morte. Morte essa carimbada pelo selo do desenvolvimento mineiro-exportador brasileiro.

Neste momento, em média de 30% do território cearense se encontra em processo de interesse mineral (Silva e D´Andrea, 2023), sendo constantemente mapeado por empresas nacionais e estrangeiras, que visam não somente o mercado de rochas, mas também de minerais estratégicos, como é o caso do ferro, lítio e urânio[19]. Nos primeiros sete meses do ano de 2024,

[19] Os minerais estratégicos são: "[...] minerais escassos, essenciais ou críticos para um país ou para aqueles minerais importantes para a economia, que geram divisas contínuas. No caso do Brasil um exemplo é o minério de ferro - um importante gerador de divisas." (Brasil, 2020).

o setor acumulou ganho de US$ 42,2 milhões em exportações, “A Itália desponta como o principal destino das exportações cearenses, absorvendo 33% do total, seguida pelos Estados Unidos, com 27%, e a China, com 10%.” (CIN, 2024).

As pesquisas de interesse mineral no estado do Ceará e a extração de materiais não são mecanismos relacionados apenas aos presentes ciclos industriais e econômicos do século XXI. Já no período colonial as pequenas extrações de areia, argila e cascalhos eram utilizadas pela construção civil via métodos muito rudimentares, e quase sempre superficiais (Vidal, et al, 2005, p. 15). No ano de 1859, foi lançada a Comissão Científica de Exploração rumo à província do Ceará. Desenvolvida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ainda no Segundo Reinado, a Comissão permaneceu até 1861 na então província, inaugurando a tentativa de recolhimento de informações sobre geologia, fauna, flora e antropologias/etnográficas (especialmente sobre os povos originários/indígenas brasileiros) do território nacional.

Esse movimento expedicionário ocorre também como tentativa de criar idealizações e concretudes de uma identidade nacional brasileira, advinda de seu romantismo relacionado às suas riquezas naturais e a união dos distintos povos presentes no país. Conjuntamente a isso, havia a necessidade de estabelecer uma indústria nacional, dessa forma, segundo Santos (p. 170) “Buscava-se entrar no hall dos países civilizados e para tal seria preciso fomentar a indústria nacional, inventariar e catalogar seus bens e vendê-los no mercado externo.”

Os resultados da criticada expedição científica imperial na província do Ceará foram apresentados em uma exposição no Museu Nacional em 1861, sendo algumas amostras de materiais recolhidos vedadas do alcance de pesquisadores por alguns anos. De acordo com Alegre (2003)

> Todo esse arrazoado permite entender as pressões no sentido de inscrever o País no circuito da modernidade, com o apoio da ciência. Certos setores das elites percebiam isso, na medida em que apontavam para a promoção da indústria como caminho em direção ao progresso. Tal promoção assumia um caráter de “efeito de demonstração civilizatório”, tão frágil em suas bases quanto havia sido a criação de suas primeiras instituições científicas.” (p. 37-38).

Os descobrimentos minerais desde esse período foram debatidos como assuntos bem mais confidenciais do que as demais descobertas da comissão, tendo em vista o valor econômico em questão. Sendo assim, foram analisadas com especial atenção as principais serras do estado, já que antes da oficialização da comitiva apenas existiam pequenos fragmentos de

informação sobre a possível presença de minerais metálicos e de ouro na antiga província do Norte.

As observações da seção geológica e mineralógica começaram pelas planícies litorâneas de Fortaleza, e alastraram-se ao que hoje denominamos de Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), mais especificamente nos relevos do município de Caucaia (CE), onde os colonizadores holandeses afirmavam conter minério de ferro (O Povo, 2020).

Porém, os principais destinos previstos da comissão científica em seu departamento de geologia eram os setores territoriais correspondentes ao Planalto da Ibiapaba (conjunto de serras) e Chapada do Araripe, que de acordo com os estudos de antigos documentos expedicionários feitos pela corte imperial brasileira, as duas regiões em questão continham minerais metálicos, e que isso era de sapiência dos povos indígenas, porém esse minério não foi encontrado de fato.

Nos escritos compilados de Guilherme Shuch de Capanema, originalmente intitulados de *Ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte* (Alegre, 2006), são descritos como locais visitados: o Cariri Cearense, Pacatuba, Ibiapaba, Canindé, Caridade, Quixeramobim, Serra da Meruoca, Sobral, Maranguape, Aquiraz e os antigos povoados de Mecejana (Messejana - grafia atual), Mucuripe e Meireles, os três últimos configuram-se hoje como bairros do município de Fortaleza. Não necessariamente, todos os locais descritos foram averiguados por suposições de haver minérios, tendo em vista o caráter interdisciplinar que objetivavam os trabalhos em questão.

Os resultados obtidos não foram satisfatórios à Corte. Apesar da coleta de importantes materiais das seções botânicas e etnográficas, no quesito mineral pouco se tirou proveito, tendo apenas algumas amostras transladadas ao Museu Nacional sem grandes expectativas de lavras mineiras de fato. Por meio disso, torna-se bem mais compreensível o adormecimento da indústria mineral no Ceará, voltando apenas anos depois com o financiamento da mineração de rochas ornamentais como ponto econômico essencial.

O *boom* mineral no Ceará no setor de rochas ornamentais, se dá nos anos de 1981 com a criação da Companhia Cearense de Mineração (CEMINAS) a partir de convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na qual substituiu o Departamento de Minas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Estado. A partir da criação dessa sociedade econômica, os incentivos fiscais concedidos contribuíram para o fortalecimento e o incremento de novas tecnologias no setor, que já funcionava de maneira muito tímida em território cearense.

Na matéria do Jornal Diário do Nordeste de 1981, com o título “Inaugurada a Ceminas para o apoio à mineração no Estado” são destacados aspectos interessantes para nossa análise da chegada da mineração ao Ceará. Além de ter o objetivo de incentivar o empresariado do setor mineral, segundo a matéria, a CEMINAS teria que realizar “[...] assistência técnica às empresas de mineração, orientando os mineradores na obtenção de financiamento, prestar assistência jurídica e realização de pesquisas e análises minerais” (ver imagem da Figura 11).

Em parágrafos seguintes, é colocada a situação de algumas minas de ouro (mina do Ipu e Reriutaba) com pouco êxito nas pesquisas e lavra por seu rarefeito material com baixos teores de minério, assim, é feita a seguinte afirmativa pelo presidente da CEMINAS Arylo Holanda “[...] mas mesmo assim espera que possibilite uma exploração a nível artesanal, **que dê empregos e possibilite a permanência do homem do campo**” (Diário do Nordeste, 1981. Grifos nossos).

Figura 11 – Reportagem do jornal Diário do Nordeste sobre a abertura da CEMINAS em 1981

Inaugurada a Ceminas para o apoio à mineração no Estado

inaugurada oficialmente, on- Companhia Cearense de Mine- - Ceminas, empresa que cuida, da política mineral do Estado. eminas foi criada com o objetivo poiar o empresariado privado no envolvimento do setor mineral, o com o minerador, procurar ex- do subsolo, as riquezas cearen- Outra função da nova empresa é ar assistência técnica às empre- de mineração, orientando os mi- adores na obtenção de financia- to, prestar assistência jurídica e ização de pesquisas e análises mi- ais.

solenidade contou com a presen- governador Virgílio Távora, tro das Minas e Energia, Cesar de Oliveira, que, juntos, descer- am a placa inaugural, seguindo-se pronunciamentos daquelas duas uridades, do presidente da empre- Arylo Holanda e do representante Sindicato das Indústrias de Mine- do Estado, ressaltando a im- ância da Ceminas no desenvolvi- mineral do Ceará.

PROJETOS

O presidente da nova Companhia, lo Aguiar Holanda, afirmou que partir do início de 82 iniciará, em vênio com o Ministério das Minas Energia, o Plano Diretor Mineral Grande Fortaleza. Ao mesmo será executado juntamente Sudene o levantamento com- do cadastro mineral do Ceará. continuidade também, "os tra- os que estão em andamento, co- a escola de lapidação e centro de cumentação, em convênio com a iversidade Federal do Ceará - FC.

Quanto aos projetos de Lavras da ngabeira e Missão Velha, Arylo adiantou que "aqueles projetos estão sendo encetados e desenvolvidos pelo CPRM (Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais) e nós pretende- mos fazer com a mesma um convê- nio, para ver se podemos transformar aquilo numa atividade de exploração com base em cooperativa mineral.

Com relação à mina de ouro de Ipu e Reriutaba, indagado porque não foi iniciada a exploração, o mesmo disse que é uma mina "com baixos teores de mineralização em ouro", mas mesmo assim espera "que possibilite uma exploração a nível artesanal, que dê empregos e possibilite a perma- nência do homem no campo.

OUTROS MINERAIS

Outra potencialidade próxima a de Ipu é a mina de cobre de Viçosa, com pujança e teores bem maiores. Estava

mercadoria na entreposta- gem, a empresa passa a gozar do Privilégio de ter o crédito libera- nato.

pelo Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa no Ceará. Sabe-se apenas, conforme disse, que poderá ser de redes ou artesa-

O descerramento da placa foi feito por Virgílio e ministro César Cals.

sendo explorada pela Caraíba Me- tais e foi posta em disponibilidade pe- lo Ministério das Minas e Energia. Arylo está convicto de que em 82 "encontraremos grupos que transfor- mem o cobre de Viçosa em uma das potencialidades para a economia da- quela região.

O Ceará produz uma variada gama de minérios. Em termos de quantida- de o calcário é o que apresenta maior volume, levando grande vantagem sobre os demais, com 13 milhões de toneladas.

Em termos de valor o urânio de Itataia é considerada a maior mina do mundo. Fora disso, o Ceará tem reservas de tentalita, lapidolita, pe- dras coradas, merilo, amiano, mine- rais industriais como gesso, magnesi- ta, grafita, podemos dizer, afirma Arylo que "há boa perspectiva em termos de desenvolvimento da econo- mia do setor mineral do Ceará.

Fonte: Diário do Nordeste, (1981). Acervo da BECE, 2025. Adaptado pela autora (2025).

É evidente que as justificativas empresariais possuem matrizes consolidadas em discursos assistencialistas, como o que fora posto na reportagem acima, trazendo para seu âmago uma dupla função: diversificação de uma economia de produção agrícola com a territorialização de um mercado minerador cearense e o assistencialismo ao referir-se ao trabalho mineiro no campo enquanto considerável alternativa de converter o êxodo rural.

Deve-se levar em consideração que os estudos a respeito da mineralogia da região continuaram tempos depois da visita da comissão científica. Um marco notável para isso foi a criação do curso de graduação em Geologia na Universidade Federal do Ceará - UFC em 1969 e na Universidade de Fortaleza – UNIFOR em 1973) (ADECE, 2022).

Pouco depois do concebimento da CEMINAS, foi lançado o Projeto Pedras Ornamentais das Regiões Norte - Nordeste, Leste e Oeste do Estado do Ceará, justamente com intenção de melhoramento nas pesquisas e o enfoque nas áreas de maior quantidade de minerais metálicos e não-metálicos (ornamentais, pedras preciosas e de construção civil) (Vidal, et al, 2005, p. 16). Na ocasião de lançamento do projeto, pela primeira vez foi oficialmente pautada a situação do mercado de rochas ornamentais no Ceará. Além disso, a dependência do estado nas práticas envoltas da agricultura, pecuária e demais setores que necessitam das condições climáticas favoráveis para seu posterior resultado positivo, estimulou a busca por mudar o perfil econômico.

Após este período de estruturação, tanto as empresas minerais e indústrias de beneficiamento consideram o Ceará como ponto estratégico devido sua própria geologia, já que contém 75% do território composto por embasamento cristalino, dentro da Província Geológica Borborema. Essa formação geológica corresponde principalmente ao conjunto de rochas metamórficas, gnáissicas/magmáticas, rochas graníticas e metassedimentares, suas idades variam do Arqueano ao período Cenozoico (Souza e Santos, 2023) e (CPRM, 2021). As rochas citadas anteriormente representam 19% das extrações feitas no Ceará, que se referem às rochas ornamentais.

O processo de expansão da fronteira mineral e territorialização dos empreendimentos neoextrativistas no estado se beneficiam também pelas facilidades de localização. Com maiores vantagens na exportação das matérias brutas de minério ou beneficiados, em decorrência do eficiente melhoramento do sistema rodoviário promovido pelo poder público estadual e dos investimentos na tecnificação dos portos do Mucuripe (Fortaleza) e Pecém (Caucaia/ São Gonçalo do Amarante). Sendo o Complexo Portuário do Pecém o principal ponto dos escoamentos minerais metálicos e não-metálicos para os EUA, Itália, China e Polônia (ADECE, 2022).

A sustentação do setor que parece novo aos olhos gerais, incrusta-se em vidas, solos e rios, nos alimentos, na carne animal e na humana. Como veios venenosos em rocha consolidada, a mineração no Ceará pode ser entendida como "[...] a encarnação do coronelismo, do latifundiário, do agronegócio que expropria tudo [...]" (Silva e D'Andrea, 2023, p. 83).

Das minas ao Porto do Pecém, a expropriação é financiada pela máquina pública, assim como nas outras vertentes, nos outros modos, jeito e formas do neoextrativismo de commodities

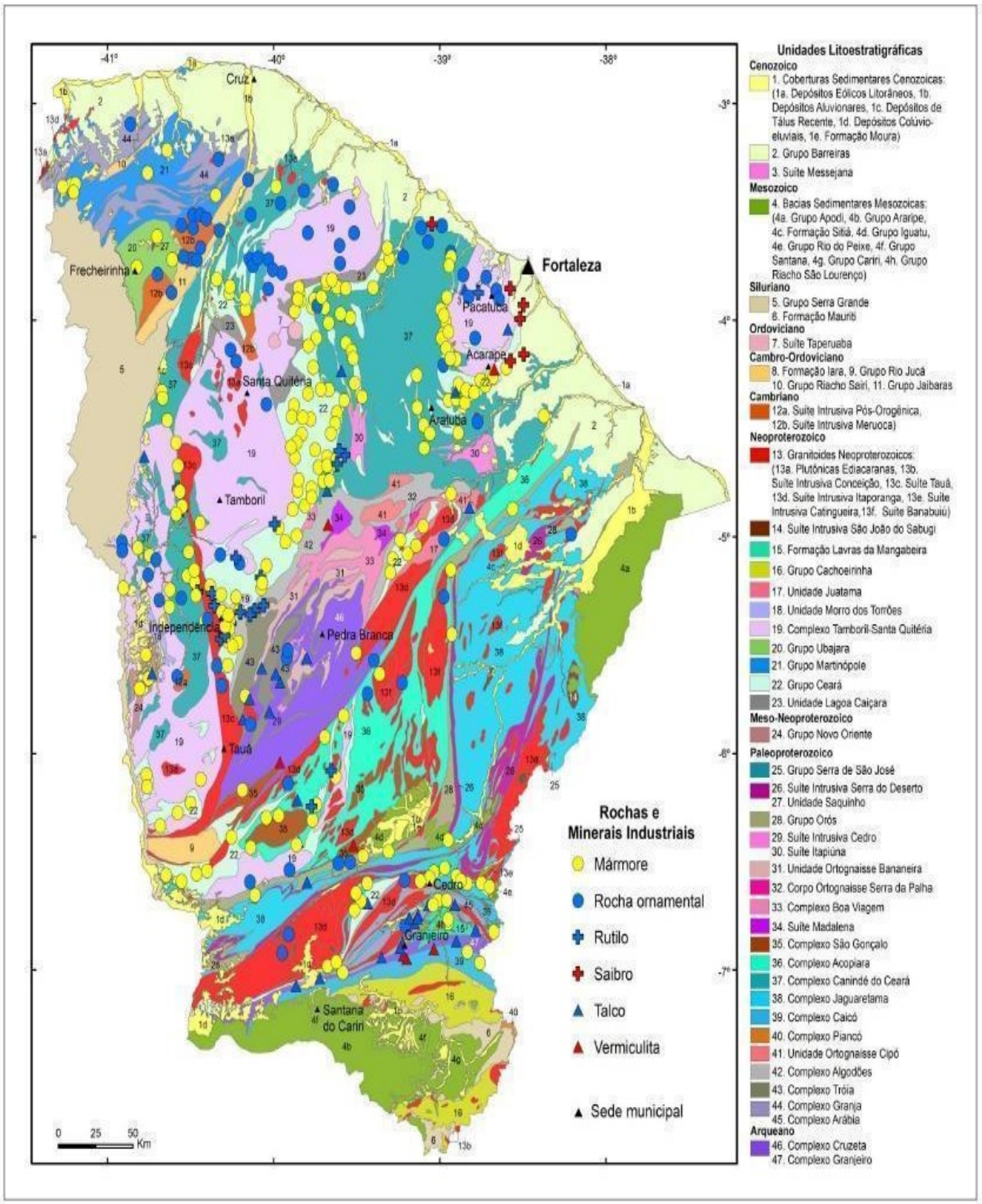
Em mapeamento geológico realizado no ano de 2022, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), fornece novos mapas e análises sobre os minérios e processos minerários no Ceará e sobre as respectivas litoestratografias dos territórios. Colocamos aqui em discussão dois mapas da CPRM, o primeiro (Figura 12) contendo ocorrências dos aglomerados de minérios não-metálicos (em suma, rochas ornamentais), no segundo (figura 8) as porções de aglomeração de minerais metálico-ferrosos.

O terceiro mapa deste tópico (Figura 13), desenvolvido pelo MAM em 2023, apresenta-nos a espacialização dos processos minerários no Ceará em suas variadas fases, da solicitação de pesquisa mineral à lavra garimpeira. No Apêndice A apresentamos as nomenclaturas referentes a legenda do mapa. Encaminhando o olhar aos enclaves de ferro e rochas ornamentais dos mapas da Figura 12 e 13, é compreensível saber o porquê dos aglomerados em azul (referente à pesquisa mineral) presentes no mapa da figura 9, já que o interesse das empresas segue à risca as concentrações de minério existentes.

No município que concerne o estudo desta dissertação, nota-se o padrão de cores azul (autorização de pesquisa), rosa claro (requerimento de pesquisa), amarelo (requerimento de lavra) e marrom escuro (requerimento de licenciamento). Pela escala do mapa ser pequena (1:1.800.000), não conseguimos observar um dos processos de lavra garimpeira presente em Independência, mineração de Calcário Dolomítico[20], na comunidade assentada Cachoeira do Fogo – distrito de Iapi (Mineradora Santa Maria Ltda). Também temos o caso da lavra de minério de ferro referente ao município de Quiterianópolis (mineradora Globest Participações Ltda), também comentado e importante de ser entendido nesta pesquisa.

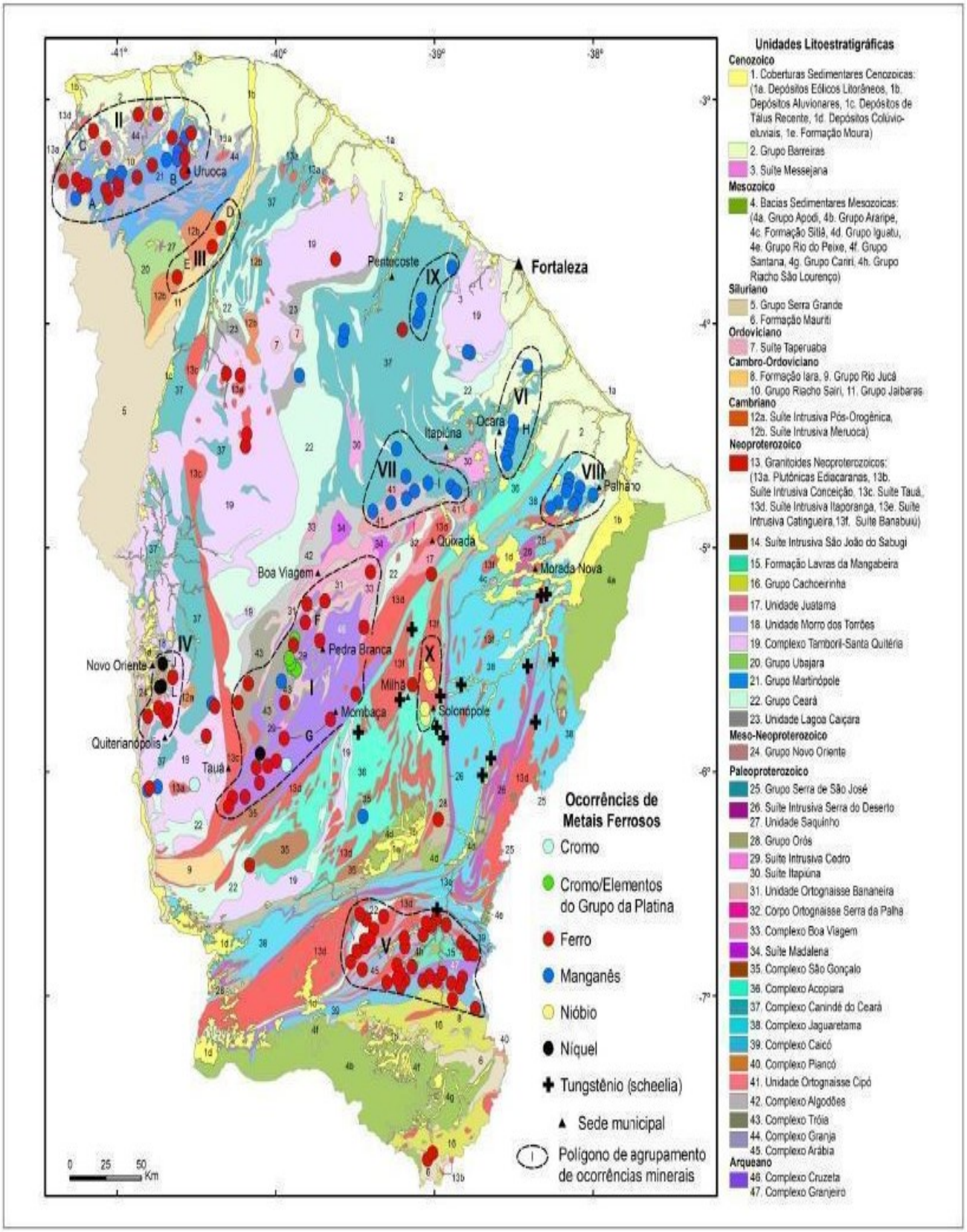
Figura 12 – Mapa Geológico Simplificado do Estado do Ceará com a distribuição das ocorrências de minerais não-metálicos.

[20] O Calcário Dolomítico ao ser beneficiado, torna-se um importante insumo agrícola em áreas com necessidades de correção da acidez e solo deficiente em magnésio. Pode ser usado também em estado bruto. A técnica de manejo do calcário é comumente conhecida como *Calagem*. (CPRM, 1980).



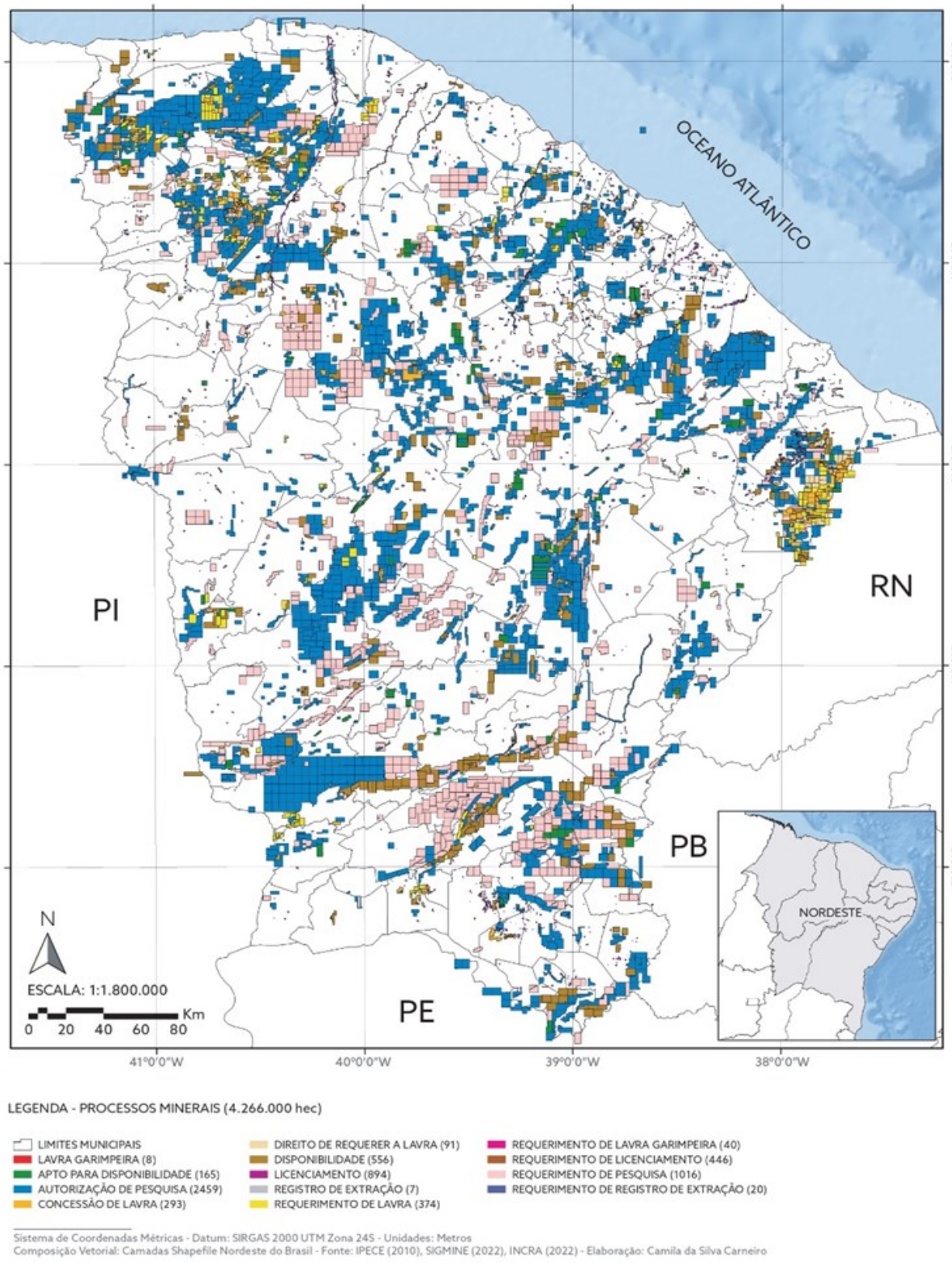
Fonte: CPRM, 2021. Adaptada pela autora (2025).

Figura 13 – Mapa geológico simplificado do estado do Ceará, com a distribuição das ocorrências de metais ferrosos.



Fonte: CPRM, 2021. Adaptado pela Autora (2025).

Figura 14 – Mapa dos processos minerários do Estado do Ceará



Fonte: IPECE (2010); Silva e D'Andrea (2023). Adaptado pela autora (2025).

Aproximadamente 30% do território cearense está sob interesse de mineradoras de grupos nacionais e estrangeiros (Silva e D´Andrea, 2023). O aumento desse número revela uma quantidade de mais de 4,1 milhões de hectares postos à disposição da indústria neoextrativista, levando em consideração que podem existir processos de pesquisa e lavras garimpeiras não identificadas nos sistemas formais (Ibidem, 2023).

O processo de espacialização revela a perda de poder territorial tradicional concomitante à concentração de terras e sua estrangeirização. Deve-se levar em consideração que esse controle social do território, principalmente em âmbito agrário, é instável e volátil, e seu estado vai de acordo com a demanda dos ciclos econômicos. A estrangeirização da terra é entendida aqui como um processo de controle do território por agentes estrangeiros em múltiplas escalas e dimensões, o que a coloca como parte de um processo mais amplo, conhecido como *land grabbing*. (Pereira, 2021, p. 15).

Ainda segundo Pereira (2021, p. 16), o processo de estrangeirização não necessariamente se restringe a compra e venda direta, mas perpassa por um circuito econômico "[...] não envolve apenas as transações de terras ocorridas via compra, mas arrendamentos, concessões, contratos de parcerias, direitos do uso de superfície, aquisição de empresas (especialmente com falência decretada) [...]". A exemplo de Quiterianópolis, a empresa Globest possui administração da companhia chinesa Grupo Prosperity, uma parceria sino-brasileira, na qual está com o controle territorial dos hectares direcionados para a atividade mineral na região.

Dessa forma, a territorialização é "Ação, movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais." (Fuini, 2014, p. 233). Na imagem abaixo (figura 10), segue um exemplo de territorialização e contenção territorial do grupo Galvani (consórcio Santa Quitéria) e pelo braço estatal de Indústrias Nucleares do Brasil – INB. O caso da mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria não será aprofundada neste trabalho, mas segue sendo um importante ponto de análise quando ligada a um panorama geral do Ceará minerador e privatista, não muito diferente dos padrões de outras empresas extrativistas.

Percebe-se no mapa da figura 14 que apesar de existirem enclaves de pesquisas minerais ou até mesmo lavras garimpeiras ativas na Região Metropolitana de Fortaleza-RMF (São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Aquiraz...), a concentração massiva dos investimentos minerais ocorre nos setores rurais e isso liga-se diretamente ao gráfico da Figura 16 sobre os grupos mais atingidos, no qual explicita como primeiro grupo mais atingido os povos indígenas e em segundo os pequenos proprietários de imóveis/propriedades rurais. Além disso, aparecem

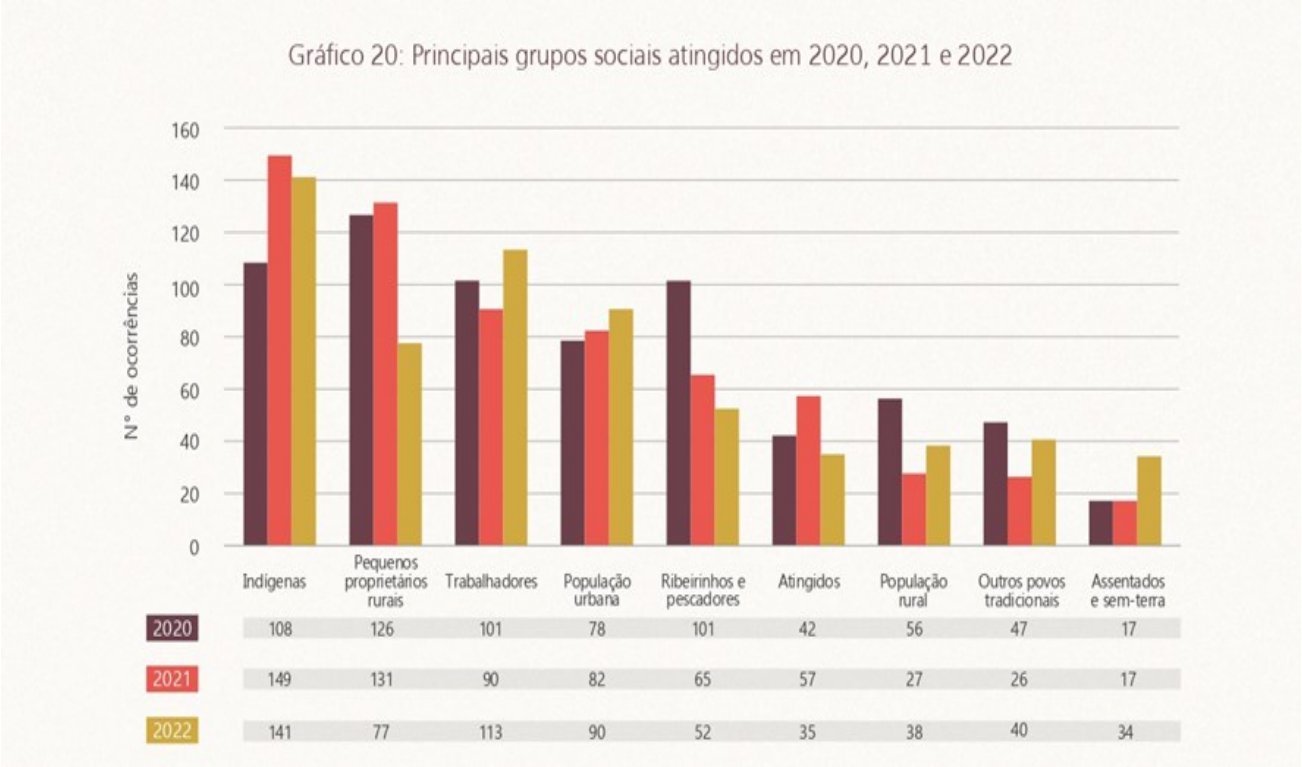
as populações ribeirinhas e pescadoras, população rural, outros povos tradicionais e os sem-terra.

Figura 15 – Placa indicando propriedade privada e proibição de pesca, Santa Quitéria -CE

Fonte: Brasil de Fato Ceará, (2022)[21]. Adaptado pela autora (2025).

Figura 16 – Gráfico dos principais grupos sociais atingidos pela mineração em 2020, 2021 e 2022 (Brasil)

[21] Link da matéria do Brasil de Fato: https://www.brasildefato.com.br/2022/01/12/comunidades-do-ceara-temem-desastre-ambiental-com-exploracao-da-maior-jazida-de-uranio-do-pais).



Fonte: Cadernos conflitos da mineração no Brasil, (2023). Adaptado pela autora (2025).

Segundo o Observatório da mineração no Brasil, das 27 ocorrências no estado do Ceará, 12 são referentes às denúncias feitas contra o Consórcio Santa Quitéria, pela população urbana, indígenas, assentados e camponeses. Nota-se também pelo Quadro 2 o número de 19.263 pessoas envolvidas direta ou indiretamente nos conflitos.

Quadro 4 – Dados sobre conflitos da mineração no Ceará (até 2021)

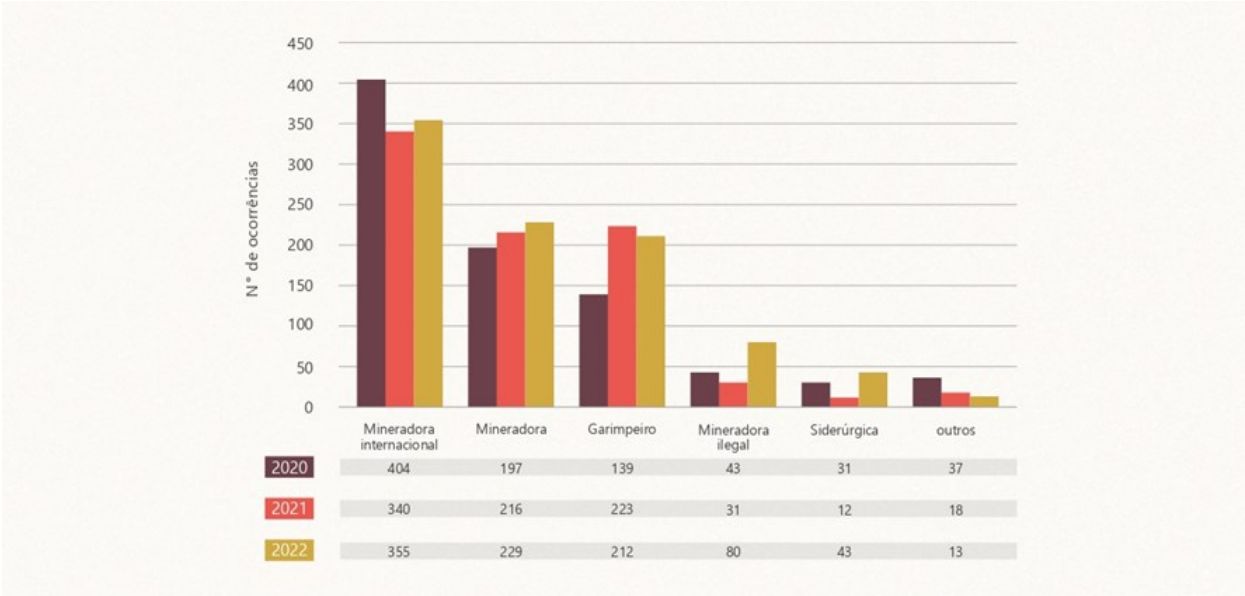
Número de conflitos	22
Número de ocorrências	27
Número de pessoas envolvidas	19.263
Número de famílias ameaçadas ou expulsas	Sem dados

Fonte: Observatório dos conflitos da mineração no Brasil, (2024). Organizado pela autora (2025).

Porém, existem municípios minerados que não prestaram nenhum tipo de denúncia e nem demarcaram nenhum tipo de conflito sistematizado, como é o caso do município de Independência. No gráfico da figura 16, são contabilizados justamente esses grupos marginalizados como os mais atingidos por este mercado (mineração, garimpo legal e ilegal) no território brasileiro.

Na Figura 17, os principais números de violadores são oriundos de empresas ou indivíduos internacionais, aqui notamos outro dado importante, a estrangeirização da terra ou land grabbing, que cresce fervorosamente no século XXI pela necessidade de terras agricultáveis principalmente, e agora voltada também na aquisição ou aluguel de terras com fins de empreendimento das ditas energias limpas e mineração por grupos estrangeiros.

Figura 17 – Gráfico dos principais tipos de violadores em 2020, 2021 2022 (Brasil)



Fonte: Caderno Conflitos da Mineração no Brasil, (2023). Adaptado pela autora (2025).

Do ponto de vista de obras anteriores e demais fontes sobre a mineração no estado do Ceará, a escassez tornou vagaroso o processo de compilação de dados. Por isto, os tópicos seguintes seguiram o padrão de análise de entrevistas semiestruturadas com os dois movimentos, com um pouco mais de detalhes por meio da oralidade e experiência de militância dos sujeitos. Dessa forma, tentaremos contribuir para a análise conflitual no sobre a mineração no estado do Ceará.

3 AQUELES QUE SÃO "ANTI-MODERNIDADE": O CASO DAS REDES E ESTRATÉGIAS ENTRE PJR E MAM NOS SERTÕES DO CEARÁ

Neste capítulo iremos versar sobre os dois agentes principais dessa pesquisa: Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Ambos atuantes na comunidade de Santa Luzia, onde desenvolvem um debate crítico ao modelo mineral brasileiro perpetuado em seu território, seja no modelo/etapa das pesquisas minerais ou lavras garimpeiras ativas. Aqui enfatizamos a historicidade de ambas as articulações, suas formas de atuação e estratégias conjuntas e individuais de movimentação acerca desse avanço do neoextrativismo mineral.

3.1 Pastoral da juventude rural – PJR

É hora de lutar, porque meu povo sofrendo está!
Tenho que andar, tenho que lutar!
Ai de mim se não o faço!
Como escapar de Ti?
Como calar? Se Tua voz arde em meu peito![22]

A questão inicial deste tópico sobre a PJR, que certamente fizemos ao iniciar os estudos sobre a militância religiosa de espiritualidade católica: quando a Igreja Católica Apostólica Romana passa a pensar o social e o político? Indo mais afundo, questionamos por que a Igreja Católica está tão presente nas lutas camponesas? Quais as dimensões e limites desse envolvimento? Para uma tentativa de compreensão integral do fenômeno, é necessário refletir sobre o que antecede à PJR, e não apenas a essa pastoral, mas a todas as outras existentes.

O alicerce fundante da Doutrina Social da Igreja (DSI)[23] e que dá base ao início de tudo o que será discutido neste tópico, encontra-se na Carta Encíclica *Rerum Novarum* ("Das Coisas Novas"), escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891. A carta possui o seguinte título: "Sobre a Condição dos Operários".

De acordo com o documento "Compêndio da Doutrina Social da Igreja" (2010), escrito pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz, a pedido do Papa João Paulo II, os princípios da

[22] Música "O Profeta", disponível em Cantos Litúrgicos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
[23] A DSI "É o ensinamento dos pastores da Igreja acerca da vida do homem e da sociedade, que tem origem na reflexão ao se articular o conhecimento das ciências humanas e os ensinamentos do Evangelho e da Tradição da Igreja. [...] analisa se a maneira como os seres humanos estão vivendo, unidos em sociedade, está ou não de acordo com os princípios cristãos, que visam ao bem da pessoa e da sociedade. Nesse sentido, a DSI cumpre uma função social de anúncio e de denúncia. É mensagem dirigida aos filhos da Igreja, mas também à toda a humanidade." (CNBB, 2023).

DSI são: princípio da dignidade da pessoa humana, o bem comum, a subsidiariedade[24], e a solidariedade.

Assim como veremos a seguir sobre a *Rerum Novarum*, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja mostra sua posição antiliberal, antisocialista/comunista, e não apoia, formalmente, nenhum tipo de ideologia política. Porém é inegável que os sujeitos que seguem com convicção esta doutrina, naturalmente tenham suas ideologias políticas próximas do socialismo, este fato pode se dar porque "[...] o sindicalismo europeu esteve sempre muito ligado aos partidos socialistas" (Júnior, 2023, p. 23).

A escrita da *Rerum Novarum* incitada pelas movimentações fervorosas e mudanças radicais europeias, provenientes da Revolução Industrial e Revolução Francesa, ambas acontecidas no século anterior (XVIII), e marcadas pelo desenvolvimento industrial e político, germinando nas camadas operárias sentimentos e ideologias partidárias. Estava-se instalando, de acordo com a Igreja, um temível conflito entre dois grupos: liberais e socialistas.

Na carta encíclica, em tópico intitulado de "*Não luta, mas concórdia das classes"* é afirmado que "[...] ***o homem deve aceitar com paciência a sua condição***: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos". (Leão XIII, 1981. Grifo nosso). As propostas da utopia socialista e a realidade liberal de mercado são refutadas pelo texto com o pensamento de união de classes, a defesa da propriedade privada, a manutenção da economia e o fortalecimento do poder estatal na resolução de conflitos de classes.

Ao dito socialismo, Leão XIII exprime que o sistema de propriedade coletiva proposto, além de prejudicar o operário, torna seu processo de pobreza ainda mais profundo, tendo em vista que a coletividade negaria o aumento da riqueza de seu patrimônio individual. Além disso, revela nesse e em outros trechos o apoio a propriedade privada como um bem natural e de direito ao homem[25], não podendo jamais ser violado seu poder sobre a terra. Assim, afirma:

> Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos [...] é sumamente

[24] O princípio da subsidiariedade garante que esferas inferiores de um sistema (comunidades, associações, hierarquias políticas menores…) tenham autonomia de decisão sobre determinados fatos e atitudes locais. De acordo com Alves (2020, p. 17) "Este princípio apareceu no magistério social de Pio XI (*Quadragesimo Anno*), dentro de um contexto político marcado por Estados totalitários de direita (nazismo e facismo) e de esquerda (comunismo), pois dentro desses as diversas esferas da sociedade eram simplesmente anuladas." Já no pontificado de Bento XVI, este princípio foi aplicado em pedido de um maior respeito às economias estatais, que estas fossem mais autônomas em seus territórios, segundo Bento XVI, isso seria possível com a criação de uma governança mundial (Ibidem, p. 17).

[25] Em gênero sexual, homem enquanto paternidade e não enquanto espécie.

> injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. (Leão XIII, 1891).

A afirmação "viciar as funções do estado" diz respeito ao repúdio da proposta de aumento e melhoramento das funções de controle e administração estatal em detrimento da perda do poder de gestão paternal/patriarcal na família, na propriedade privada e no sistema social. O clericalismo passava, neste momento, por uma ruptura de sua hegemonia de opinião e preocupava-se no avanço do Estado e suas leis sem embasamento teológico.

Contradita e surpreendente à referida temporalidade, os avanços contidos na encíclica revelam o início de uma posição engajada às massas, apesar de visíveis traços da manutenção do pacto entre Igreja e classes dominantes. Porém, não necessariamente esse movimento inicia a partir do alto clero, além do costumeiro interesse de João XIII pelas condições operárias e demais temas envoltos das organizações populares, são os movimentos de base católicos, unidos aos tensionamentos externos, que balançam e pressionam a opinião papal a respeito disso.

Esses movimentos de base compreendiam confrarias, sociedades e demais organizações, principalmente de leigos. Dá-se maior importância, neste momento, aos Círculos de Estudos Sociais em Roma (1882) e para a União Católica de Estudos Sociais em Friburgo (1884) (Júnior, 2023). As redes de confrarias da Sociedade de São Vicente de Paulo são também exemplos de movimento eclesial autônomo que critica a situação de miséria e opressão percebida na França dos anos de 1800, sendo ela criada em 1833 como instrumento de reflexão e de busca da justiça social.

O pensamento social da Igreja Católica passa por avanços com as posteriores encíclicas, que evoluem através da discussão de classe, gênero, raça, a questão agrária e urbana, a globalização e os mercados etc. Os posteriores documentos papais são: Encíclica Quadragesimo Anno (1931), Encíclica Mater et Magistra (1961), Encíclica Pacem in Terris (1963), Encíclica Populorum Progressio (1967), Carta Apostólica Octogesima Adveniens (1971), Encíclica Laborem Exercens (1981), Encíclica Sollicitudo Rei Socialis (1987), Encíclica Centesimus Annus (1991), Encíclica Caritas in Veritate (2009), Encíclica Laudato Si' (2015) e Encíclica Fratelli Tutti (2020).

No Brasil, o pensamento social católico já existia desde meados da década de 50, mas é impulsionado com o advento da teologia da libertação na América Latina, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII, e da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia (1968), também referenciada como Conferência de Medellín.

Esse pensamento social foi materializado sobretudo por meio das pastorais sociais criadas e impulsionadas nas décadas de 50 e 60. Além disso, a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) com a metodologia de participação ativa dos leigos e leigas, proporcionou que a grande massa de trabalhadoras/es rurais e urbanas se sentissem como pertencentes no processo do caminhar da Igreja. Tendo em vista que historicamente as ações e decisões eclesiais eram tomadas verticalmente.

Um marco importante do início de uma descentralização efetiva da Igreja Católica, em termos de trabalho pastoral (o leigo enquanto agente ativo), foi a criação da Ação Católica (AC) em 1961 e oficialmente reconhecida pela Igreja em 1922, inicialmente na Itália, por meio dos mesmos motivos que incentivaram a escrita da *Rerum Novarum* "Todas essas mudanças terão suas repercussões na Igreja Católica que, desde o século XVIII, em consequência da difusão das ideias liberais e iluministas, vinha perdendo a sua hegemonia na sociedade." (Souza, 2006, p. 41). É importante salientar que a AC, e suas posteriores ramificações em outros países, como no Brasil com a Ação Católica Brasileira (ACB), são sintetizadas como um grande núcleo de movimentos pastorais sociais. Ou seja, a AC e a ACB não são um grupo, mas um conjunto de grupos.

O apego e a conduta a serviço dos leigos/as e o fortalecimento do seu papel de protagonista é essencialmente natural ao pensamento cristão, mas só é posto em pauta e ação pela perda de poder e território. Naturalmente é difícil marcar escalas temporais afirmativas de quando e como iniciaram de fato essas movimentações leigas com o apoio da Igreja, mas o fato é que, o contexto social e político dos séculos XIX e XX proporcionou o que se tem hoje enquanto pastorais sociais e movimentos eclesiais. O estremecimento das estruturas sólidas da fé e da doutrina pelo ateísmo, comunismo, liberalismo, ao avanço científico e regimes totalitários propiciaram o aparecimento de sujeitos e questões reais à Santa Sé.

A AC foi criada no Brasil em 1935, com o nome de Ação Católica Brasileira (ACB), tinha como objetivo a aproximação da Igreja com as camadas populares e a difusão do evangelho a todos os ambientes. Seu método de ação era o Ver, Julgar, Agir. No período de 1935 a 1950 ocorreu a fase da ACB geral, em vias de consolidação no território nacional. Posteriormente esse método foi adotado por muitas outras pastorais e pelas próprias CEBs principalmente.

Esse método tende a se aproximar o máximo possível com o cotidiano dos participantes, sejam eles dos meios urbanos ou rurais. Betto (1981), ao descrever com o método *Ver, Julgar, Agir*, no contexto das CEBs, afirma que o mesmo não é mecânico, mas dialético,

e dentro dessa dialética ocorrem os espaços de reflexão e entendimento político das situações concretas de opressão.

Dessa forma, o Ver seria a exposição do problema dentro do momento de encontro, aquilo que é sentido e exprimido como opressão/opressor, dentro dos diagnósticos daqueles/as que são oprimidos/as. Cabem no Ver, questões simples e complexas (questões fundiárias, trabalhistas, trabalho escravizado,etc.) que afetam diretamente os/as sujeitos/as dos territórios.

O Julgar é o momento de plena reflexão: à luz das sagradas escrituras e diante da realidade vivida, o que se pode fazer para solucionar e confrontar o problema que está sendo posto? Como Jesus agiria diante dessa situação? (Betto, 1981). Essa parte é sempre ligada à leitura de uma passagem do evangelho indicada por algum dos participantes.

A etapa do Agir se refere ao caminho de planejamento. Quais ações serão praticadas/executadas de forma concreta no enfrentamento da questão pautada? O ciclo não fecha nisso, o método não é um movimento cerrado, linear, sistemático. Pode circular e migrar entre as etapas de acordo com os rumos tomados pela assembleia de camponeses/as, operários/as e demais grupos.

É dessa maneira horizontal que transpassaram os caminhos germinantes da PJR. Mas antes dela, existiram outros grupos e Pastorais da Juventude (PJs), que viriam a abrir o caminho para as discussões acerca das especificidades das lutas e tensionamentos dentro da conjuntura dos/das jovens camponeses/as. São exemplos de grupos ligados a ACB do setor juventudes: Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Os respectivos grupos *Jocistas* citados, são ligados ao período da ACB especializada (1950-1960), momento em que surgem as ramificações dentro do próprio movimento.

A ACB acompanha os primeiros períodos do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e se mostra atuante não apenas nas lutas ligadas à ideia de justiça social na cristandade, mas age junto aos movimentos sociais e posiciona-se como esquerda católica. Esse posicionamento político elevou o número de críticas por parte dos setores conservadores da hierarquia eclesiástica, que já estavam divididos desde o Concílio Vaticano II, entre o progressismo e o conservadorismo.

Em 1967, a ACB é sufocada e desarticulada, principalmente por dois motivos, o primeiro seria correspondente às denúncias de infiltrações marxistas e comunistas dentro do movimento. Isso se deu pelo extremo engajamento de seus membros em partidos políticos de esquerda, movimentos sociais, o trabalho de base em comunidades rurais e periféricas e a articulação contínua com os sindicatos. Outro motivo, ligado diretamente a este primeiro, é a

própria violação de direitos e a censura imposta pela Ditadura Militar brasileira. Aos poucos os movimentos jocistas também foram sendo desarticulados.

Alguns outros antecedentes da PJR foram a Frente Agrária (1960), Comissão Pastoral da Terra (CPT) (1975) e as Ligas Camponesas (1945); os dois últimos antagônicos na perspectiva da igreja, mas complementares na luta campesina. Em vias da redemocratização brasileira, acontece o fortalecimento dos movimentos sociais, sindicais e nascem as PJs (década de 70). Nesse período é criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (1983), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (1984) e o Partido dos Trabalhadores (PT) (1980).

Antes de existir a sigla PJR, a juventude camponesa vinha se organizando principalmente por meio de outras duas pastorais, a Pastoral da Juventude do Meio Rural (PJMR) no Rio Grande do Sul e a Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural (PJMPR), nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Paraíba (PJR Brasil, 2014?). Em 1984 a PJMR adota a sigla PJR, as pastorais da região nordeste correspondentes à PJMPR, apesar de se articularem nacionalmente com a PJR, só passaram a adotar a sigla entre os anos de 1999 e 2000 (PJR Brasil, 2014? p. 42).

No Ceará, com a chegada do Bispo Diocesano Antônio Batista Fragoso, o Dom Fragoso, em 1964, ano de criação da Diocese de Crateús, há um grande impulso nos movimentos de base, incluindo os movimentos da juventude camponesa, o sindicalismo rural e o Movimento de Educação de Base (MEB). É relevante pontuar que o então bispo participou do Concílio Vaticano II, do Pacto das Catacumbas e foi jocista da JOC Nordeste. Assim, trouxe consigo metodologias envoltas da Teologia da Libertação e do método Ver, Julgar, Agir.

Até então, assim como em algumas outras regiões do país, a juventude camponesa da área diocesana de Crateús reunia-se em conjunto com a CPT (década de 80), porém como ela não tinha uma metodologia própria para a juventude, essa massa de filhas e filhos dos trabalhadores/as rurais reivindicaram um movimento eclesial que abarcasse suas particularidades. Isso tudo ocorria em um contexto de grave êxodo rural, já que a vida no campo não se apresentava como atrativa. O que acontecia era a continuação do ciclo de empobrecimentos com a migração da juventude para as periferias urbanas, a falta de políticas públicas e o coronelismo pulsante na região.

Ainda na década de 80, com a chegada do Padre Manoel Machado à Diocese, a organicidade desses jovens vai aos poucos tomando forma, e no ano 2000/2001 passam a adotar a sigla PJR, que até os dias atuais se mantém nesta área diocesana. Machado (2020) descreve como foi sua chegada, qual o perfil da população e as condições estruturais que a Igreja se deparou com a territorialização desde 1964. Assim:

> [...] uma situação de abandono: a migração em massa da população jovem para o Rio de Janeiro ou Brasília, a quase inexistência de estradas, as moradias muito precárias, energia elétrica só nalgumas sedes de distrito, o alto índice de pessoas iletradas, graves problemas de saúde e falta de escolas. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais era uma organização conhecida por todo canto, mas sem atuação. (p. 66).

Foram inúmeras as obras feitas por Dom Fragoso durante seu bispado de 34 anos em Crateús (1964-1998), juntamente com sua equipe de consagrados e leigos. Tivemos a intenção de trazer um pouco mais aprofundada a história de Dom Fragoso e seu trabalho junto às pastorais, e em especial a PJR, por meio das entrevistas com uma agente pastoral de sua época, ainda atuantes na Diocese, como veremos em parágrafos adiante. A PJR a nível nacional possui a seguinte estrutura:

- Grupos de Base: pequenos grupos dentro das comunidades. São esses núcleos que alimentam as hierarquias "superiores";
- Organização/coordenação Regional: formada pelos jovens dos grupos de base;
- Organização/coordenação Paroquial: feita em escala de município. Grupo formado com uma quantidade de jovens das PJRs de comunidades de um município (ex: formação da coordenação de Independência-CE - três jovens de três comunidades diferentes de dentro do município);
- Coordenação Diocesana: grupo de coordenadores à nível de diocese (ex: coordenação da PJR Diocese de Crateús);
- Coordenação Nacional: representantes da PJR de todos os estados brasileiros.

De acordo o documento "XIX Assembleia Diocesana da Pastoral da Juventude Rural" (2019), sua missão se divide em quatro eixos principais

> *1. Buscar a integração dos/as jovens camponeses nas CEBs, pastorais sociais, movimentos populares, junto aos jovens urbanos, firmando sua identidade;*
> *2. Sustentar e alimentar as práticas e sonhos dos/as jovens camponeses com a mística ecológica, a espiritualidade da libertação, assumindo a missão de Jesus: "para que todas as pessoas tenham vida" (Jo 10,10);*
> *3. Vivenciar os sonhos em experiências concretas de agricultura camponesa, junto à família e/ou grupo de jovens, garantindo uma fonte de renda para a sustentação;*
> *4. Fortalecer a formação dos/as jovens camponeses, contextualizada no semiárido, permitindo-lhes assumir, com criticidade e criatividade, nos espaços onde estão inseridos/as, a construção do Bem Viver.*

Ainda segundo o mesmo registro, trazem consigo cinco características que conduzem suas identidades. Nota-se ao longo do seu ideal de missão e identidade, a tentativa de ir contra a onda de êxodo rural que atinge as populações campesinas. Essa questão traz ao

debate no seio da pastoral os vários atravessamentos que percorrem a essa classe social e política.

> *a. **Pastoral**, por sermos um serviço, com motivação no Evangelho, que nos convoca a nos colocar a serviço da vida.*
> *b. **Da**, por nos assumir como um espaço juvenil, com seu olhar, animação e protagonismo, em vez de atuarmos "para a" juventude.*
> *c. **Juventude**, compreendendo-a o sujeito que trabalha por estar na PJR, como o sujeito a ser trabalhado, por estar na roça, e, ao mesmo tempo um sujeito coletivo organizado (categoria social).*
> *d. **Rural**, assumido como o meio específico, com sua cultura camponesa, que nos leva a uma opção pelos jovens camponeses empobrecidos e a um olhar roceiro nesta sociedade urbanizada. (PJR Diocesana, 2019).*

Historicamente, como podemos visualizar, a PJR vem cumprindo desde os anos 80 do século XX, um papel político que ultrapassa todas as barreiras religiosas de um catolicismo tradicionalista. As lutas da PJR são as lutas em comum das demais organizações camponesas: por terra, Reforma Agrária, água, agroecologia, dignidade, políticas públicas e educação do campo de qualidade.

Não havendo materiais suficientes sobre toda a historicidade da PJR no Ceará, e mais especificamente na Diocese de Crateús, território no qual abarca a comunidade de Santa Luzia, como parte da metodologia da escrita deste tópico realizamos uma entrevista semiestruturada com uma religiosa do Instituto das Irmãs de Jesus Missionário, criado em 1986 na Diocese de Crateús por um grupo de religiosas (freiras) que viram sua vida voltada para missões que não se remetiam apenas as portas fechadas da Igreja e à visitas periódicas até as comunidades camponesas, e sim a uma vida inteira dedicada ao serviço das comunidades marginalizadas. A entrevistada é uma das fundadoras do Instituto, que já possui mais de 50 anos.

Aqui, iremos nos referir a entrevistada como Sabiá (ou Irmã Sabiá), uma das plantas nativas da caatinga cearense escolhidas para ajudar na preservação das identidades. Sabiá é uma espécie frondosa que apresenta diversos galhos que são utilizados para muitos fins, como a produção de cercas e lenha. Irmã Sabiá se mostrou assim durante nossa conversa: uma mulher que cresceu e se ramificou por meio de suas obras em meio ao povo oprimido da Diocese, suas raízes de trabalho junto a Dom Fragoso foram muito profundas e são lembradas por meio da herança de luta e educação popular deixada nos Sertões de Crateús e Inhamuns. Irmã Sabiá também é uma das fundadoras da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, localizada no município de Independência-CE.

A Chegada de Dom Fragoso a recém-criada Diocese é lembrada como revolucionária, principalmente na educação do campo. Irmã Sabiá chega à Diocese em 1967 e dentre muitos trabalhos, inicia na gestão da Escola Regina Pacis (centro de Crateús) como diretora, gerenciada pela sua antiga congregação, as Irmãs Filhas de Santa Teresa de Jesus, relata:

> *Chegou Dom Fragoso, né? Com a visão bem aberta para os problemas, inclusive, existentes no campo, para o abandono em que viviam os agricultores, a opressão. E em questão da educação, uma educação que ainda hoje acontece isso. Não é uma educação que põe para frente as pessoas que são do campo, né? Que está criando até um problema, porque com essa história de facilitar que quem está no campo venha para a cidade estudar, com transporte favorecido e tudo, a gente tem refletido muito que até que faz com que os jovens agricultores vão perdendo um pouco sua identidade. Aí, digo, nem são do campo e nem são da cidade, né? É um momento de transição difícil. E foi por causa dessa história que a gente foi percebendo, que a gente começou a descobrir a importância de a gente cuidar de uma educação que fosse mais uma resposta para os jovens que estavam no campo. (Sabiá, 2025).*

O que antecede a PJR nas regiões da Diocese é justamente o trabalho de base educacional com a juventude urbana e rural, a virada de chave para uma tentativa de implementação de uma educação no campo, para uma Educação do Campo, contextualizada e libertadora. Devido ao contexto da Ditadura Civil Militar, alguns sujeitos não aderiam a esse movimento ou aderiam com receios, além disso o contexto de coronelismo instaurado historicamente na região (assim como em outras regiões do Nordeste brasileiro), condicionava também o receio a adesão a essa nova proposta, como diz Irmã Sabiá (2025):

> *Achei interessante o seguinte, porque a turma se dividiu em consequências e subsequentes, porque quem estava mergulhado já numa educação, numa perspectiva transformadora, numa perspectiva de libertação, chegou a tomar duas posições: ou ficava mais forte, mais disposto nesse clima de luta, ou então desistia. E ainda havia uma terceira, que acho parecida com aquela de Nicodemos[26], que queria falar com Jesus, mas se fosse à noite. Ou então aqueles que estavam acima do muro, quer dizer, reconheciam a importância desse trabalho, valorizavam, mas achavam que era uma coisa perigosa, não queriam se comprometer. Só às escondidas queriam guardar esse apoio. Então, foi um momento bem interessante.*

Como foi descrito em parágrafos anteriores deste tópico, a Igreja Católica ganha um rumo novo no período de Pós-Concílio Vaticano II, assim, a história da Diocese de Crateús confunde-se às outras de outras dioceses progressistas ao longo da América Latina, o que destaca até os dias atuais a referida área diocesana são os seus frutos presentes até a atualidade espacial e temporal. Esse fruto se observa principalmente no fortalecimento da agricultura e

[26] De acordo com o evangelista João (na bíblia - capítulo 3, versículos do 1 ao 21) Nicodemos foi um influente fariseu e mestre da lei, ao ser tocado pelos ensinamentos de Jesus, Nicodemos decide ir ao seu encontro para escutá-lo. Diante dos perigos que sua ida até Jesus poderia causar-lhe, Nicodemos o encontra a noite, sem que ninguém o visse. Para mais informações:https://franciscanos.org.br/vidacrista/um-certo-nicodemos-procura-jesus-a-noite/#gsc.tab=0.

educação camponesa e no fértil terreno que se tornou esses territórios para a espacialização dos movimentos sociais de esquerda. Sobre isso, era notória a sapiência da Igreja no avanço dos movimentos sociais e sindicais dos anos 50, 60 e 70, a alternativa para algumas dioceses foi unir-se aos trabalhadores/as para contê-los da "ameaça comunista", para outras, a união e criação destes movimentos foi vista como fundamental frente aos ensinamentos vistos em concílio. Sobre isso, Paiva (1985, p. 20) afirma que:

> [...] ela **(a Igreja Católica)**[27] se deparou com o campo organizado autonomamente em termos sindicais; já não existia mais os "sindicatos do padre". Graças ao fato de que se delineou uma linha divisória nítida entre movimento sindical e movimento de igreja, não se restabeleceu a confusão entre ação pastoral e ação sindical. [...] Em parte esta tensão resulta da própria clareza de que os sindicatos rurais são instrumentos laicos e autônomos dos trabalhadores rurais, com os quais as forças católicas podem trabalhar, mas sem pretender, como nos anos 60, que eles sejam 'sindicatos cristãos'".

Ao contrário dessa visão de resgate dos povos do campo do "maléfico comunismo", Dom Fragoso desejou salvar (por meio da educação e emancipação do próprio povo) os povos das violências geradas pelo latifúndio, sua aproximação pelo trabalho de base não foi interesseira, no sentido de angariar fiéis, mas seguiu na tentativa eficaz da libertação. Irmã Sabiá relata que em sua experiência de trabalho pastoral, alcançou a alavancada dos movimentos sociais no campo e diz a posição da diocese na época:

> *Com essa situação do campo de escravidão, os movimentos dos camponeses começaram também a ir despontando. E a gente também, dentro. Então, o nosso grupo foi quando também a gente passou depois a descobrir um novo estilo de vida religiosa. Não ficar só dentro de convento, dentro de colégio, dando aula, mas a gente queria uma educação, uma educação mais informal, mais sistematizada, com objetivos mais claros sobre a questão da libertação. Aí foi quando a gente começou a trabalhar o pessoal, a linha de conscientização. A linha sobretudo da fraternidade, do trabalhar junto, da importância dos mutirões.*[28] *E mostrando como a juventude tinha muitos valores. Esses valores precisavam ser postos para descobrir se a gente, de fato era cristão, tinha sido batizado. A gente tinha uma missão importante como Jesus fez. A gente tinha um mestre especial. E esse mestre, o que é que nos ensina? Nos veio mostrar que a lei mais importante era a lei do amor (Sabiá, 2025).*

Se anteriormente a questão da terra era vista pelo meio eclesial apenas como terra para distribuição e trabalho, percebemos que os trabalhos de base agora traziam em seu bojo reivindicações aprendidas não apenas pelas vivências individuais de origens dos agentes pastorais, mas com os aprendizados a partir dos sindicalistas e demais movimentos sociais. Na fala anterior de Sabiá percebemos algumas novas pautas: uma igreja de base comunitária, a libertação, conscientização política, educação popular (freiriana), a valorização da juventude

[27] Observação nossa.

[28] Os mutirões são trabalhos coletivos de uma comunidade. Um mutirão pode acontecer para consertar uma cerca de um dos moradores do território, para organizar os festejos do(a) padroeiro(a) e tudo mais que possa ser coletivizado. Essa prática também se torna educativa quando se mostra oposta ao sistema de individualismo e alienação capitalista, exprime essencialmente os modos de se viver em uma comum união.

camponesa, a coletividade e uma nova leitura catequética de Jesus como camponês revolucionário.

Todas as informações sistematizadas até aqui são fundamentais para traçar uma linha sobre a criação e expansão da PJR nessa região, até chegar à Santa Luzia. E uma das afirmações sobre esse nascimento é: a PJR além de ser fruto da CPT, é também filha das CEBS, pois as CEBS foram o principal sustento para a firmação de qualquer outro organismo pastoral nos sertões do Ceará dos anos 60 que seguissem a linha da Teologia da Libertação. Com isso, Irmã Sabiá afirma que o meio rural foi um terreno fértil para as Comunidades Eclesiais de Base:

> *Agora, a gente percebia a diferença, o que é atuação da cidade e o que é atuação no campo. E a gente via que as CEBs encontraram um campo mais favorável no próprio meio rural, nas comunidades rurais. Para a gente fazer animar as CEBs na cidade, a gente tem que se preparar para isso. O pessoal do campo é mais aberto, é mais acessível, é um pessoal mais, naquele tempo, sobretudo, mais carente e é mais na linha da humanização. Quem sofre mais, às vezes, tem mais facilidade de pensar no sofrimento dos outros (Sabiá, 2025).*

A valorização da juventude da época diocese inicia sobretudo, com a implantação da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) nos bairros urbanos de Crateús. Se anteriormente refletimos que a CPT não tinha uma metodologia e mística próprias para o trabalho com a juventude, muito menos a PJMP tinha esses elementos para o trato com a juventude rural, por de base principalmente urbana. A participação da juventude campesina era rarefeita nesse sentido, não havia nas demais pastorais um espaço próprio para suas ânsias e questões além do espaço das CEBS.

> *Tudo isso eu considero elementar quer dizer, as bases, as estruturas fundamentais, para depois a gente valorizar e acompanhar a pastoral da juventude rural. Porque quando apareceu mais a questão da juventude, de novo era mais assim, a juventude vem da PJMP. Apesar de ser a pastoral da juventude do meio popular, mas era mais da cidade, foram muitos bairros. Mas, em relação ao campo, ainda não havia quase nada. E se o campo participasse, participava da PJMP. Mas é aquele mesmo problema,* ***ficava um vazio em relação ao conhecimento do seu próprio ambiente, da sua própria origem*** *(Irmã Sabiá, 2025. Grifo nosso)***.**

Em 1980, segundo Machado (2020, p. 132-133), a diocese firma o compromisso com a juventude camponesa e ouve principalmente deles mesmos a vontade de criar grupos com suas identidades "[..] ouvíamos deles 'aqui temos a PJ e PJMP, mas nenhuma ajuda a refletir a nossa problemática do campo. Gostaríamos de contar com o apoio da CPT para que possamos encontrar nosso espaço". É nesse ritmo, espaço e temporalidade que encontramos o nascimento da PJR diocesana, ainda com outros nomes, mas já no caminho de descobrimento identitário.

As movimentações organizativas aconteciam principalmente nas comunidades rurais dos municípios vizinhos à sede diocesana, como Parambu, Ipueiras, Nova Russas,

Independência etc. Como dito anteriormente e reforçado por (Ibidem, 2020), ao descobrirem das articulações da PJR do sul do país, adota-se a sigla, nos anos 2000/2001 para todos os grupos pastorais de juventude rural da diocese. Em 2001 ocorreu a primeira Assembleia Diocesana de Jovens Rurais, no município de Nova Russas, comunidade de Morro Agudo, seria essa a primeira assembleia da PJR nos sertões cearenses.

Em uma das entrevistas realizadas em Santa Luzia, com o ex-presidente da Associação e Sindicato de Agricultores de Santa Luzia, nos foi afirmado que a mobilização juvenil na comunidade também é datada das mesmas temporalidades aqui sistematizadas, ou seja, anos 80 e 90 e entre 2000 e 2001 enquanto PJR, mas não existia ainda um núcleo de base. Essa parte das entrevistas não se encontram em arquivos de áudio, mas trazemos aqui para pontuar que a comunidade em questão neste trabalho, que até os dias atuais ainda é uma Comunidade Eclesial de Base, evoluía em conjunto com as ações diocesanas em busca de um reino de libertação.

No tópico específico sobre a comunidade de Santa Luzia, iremos nos aprofundar na dimensão da PJR no território. Serão trazidas algumas ações e os motivos do adormecimento ou desarticulação forçada pela diocese da pastoral em questão, além do seu envolvimento com a militância contra a mineração de gabro na região. É importante salientar que os dados trazidos aqui e as afirmações que ocorreram e possam ocorrer em tópicos seguintes são frutos de muita observância e conversa com as/os sujeitos que tornam as ações da PJR possíveis no território de estudo, mesmo com seu atual estado de dificuldade articulatória.

3.1.1 Movimento pela soberania popular na mineração – MAM

Resistir por água, saúde e pão
Lutar por soberania contra a mineração
Lutar por soberania popular no meu sertão
Lutar por soberania debaixo do nosso chão[29]

Como foi dito na introdução deste trabalho, o MAM tem início no ano de 2012, em decorrência da violenta exploração da maior jazida de mineração de ferro do planeta, a mina a céu aberto do Projeto Grande Carajás da empresa Vale, no estado do Pará. Atualmente atua em nove Estados do Brasil e no Distrito Federal (Ceará, Pará, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Piauí, São Paulo, Maranhão e Tocantins). O MAM se categoriza como

> [...] um movimento que junto às massas espoliadas e organizadas da mineração, poderemos discutir o ritmo de extração mineral, onde se pode ou não minerar e, além de lutar pela soberania popular na mineração. Nos pautamos em organizar o povo que

[29] Autoria: Erivan Silva Camelo (2024).

> está em conflito com a mineração (seja na beira da cava, na ferrovia, no mineroduto, na estrada ou no porto) e debater na sociedade o modelo mineral, primário exportador, em que vivemos no país contribuindo na construção do Projeto Popular para o Brasil. (MAM, 2024).

Assim, não se fecha na ideia da resistência apenas nos enclaves territoriais, mas ao longo de toda a cadeia e processos da mineração. Esse acompanhamento ao longo dessa "cadeia" da mineração se dá pelo fato de essa ser uma atividade prejudicial em boa parte da sua passagem pelos territórios minerados e os do entorno, no qual são impactados também, pelas rodovias, trilhos, poeira e contaminação.

A mineração como mancha de crime, esbulho e assédio que se territorializa no espaço, traz junto a si a formação de contra-espaços hegemônicos. Em 12 de abril de 2012 houve uma reunião no Pará, com diversas articulações nacionais que começaram a perceber que a mineração vinha apresentando um modelo muito similar em todos os territórios que eram afetados ou que estavam sob vias de especulação. Nessa data é comemorado o nascimento MAM.

Segundo o entrevistado, que assume um papel de liderança do MAM Ceará e aqui será referenciado como Cajueiro[30] para a preservação de sua identidade, as primeiras movimentações no Ceará, entre os anos de 2010 e 2011, que cerne da questão mineral, eram realizadas por distintos grupos. Dessa forma, em 2011, a fim de começar o debate e o enfrentamento de maneira centrada, foi criada a Articulação Antinuclear do Ceará (AACE), composta por: Cáritas Diocesana, CPT, MST e o Núcleo Tramas/UFC. A AACE foi pensada no contexto de afetação de comunidades de Santa Quitéria pela mineração de urânio. Dito isso, a principal reflexão na fundação do MAM foi que,

> *A gente foi se dando conta que, primeiro, o problema da mineração não era só lá [Pará], tinham em vários outros lugares. E segundo que, para mineração chegar nos territórios, a narrativa da mineração em Carajás também era um pouco igual nos outros lugares. E nesses outros lugares com maiores projetos ou nem tanto, os impactos da mineração eram bem parecidos. E daquela reunião saiu aquela ideia de fazer uma articulação pra dialogar mais sobre a mineração, se encontrar mais [...] e na verdade, quando eu voltei para o Ceará já voltei com essa incumbência também de dialogar com o Ceará sobre esse tema da mineração, para além inclusive de Santa Quitéria, é tanto que quando eu cheguei aqui no Ceará eu compartilhei isso com outras pessoas, inclusive dentro da Articulação Antinuclear pra gente ver no Ceará onde tinham outros processos minerário pra gente já pelo menos conhecer*. (Cajueiro, 2024).

Assim, o processo de criação do MAM nacional e do MAM Ceará, nascem com a sistematização da noção de uma nacionalização do padrão brasileiro de extração e exportação

[30] Entrevista realizada em outubro de 2024.

mineral, compartilhado não pelos empreendimentos, mas pela experiência das próprias comunidades atingidas.

A territorialização do MAM no Ceará, e a constância dela até este momento, se dá pelo trabalho de base. As bases são as comunidades atingidas pela pesquisa ou pela lavra. O trabalho feito é o encontro entre lideranças e demais agentes do movimento com a realidade dos territórios e os seus sujeitos que nele vivem. Desse trabalho, formam-se os Núcleos de Base (NBs), que são,

> [...] espaço da coletividade para o exercício da reflexão e tomada de decisão e tem como principal fundamento mobilizar as pessoas para produzir lutas que geram conquistas sociais, organização política - elevação cultural dos seus participantes - e para isto é necessário levar em conta os objetos pelas quais se luta e que exigem pessoas cooperando organizadamente. (MAM, 2024, p. 44).

Os NBs são os principais agentes de luta do MAM, pois encontram-se dentro das comunidades que sobrevivem diariamente com a mineração. Assim, são também os principais instrumentos de vigilância, denúncia e disseminação de notícias sobre novas movimentações dos empreendimentos "[...] o que se propõe é que pelo núcleo de base possamos sair da denúncia isolada à reivindicação de outro modelo mineral mobilizando amplas massas de pessoas" (MAM, 2024, p. 46).

O MAM Ceará atualmente é dividido em alguns coletivos, sendo eles: coletivo estadual de comunicação, coletivo estadual de saúde, coletivo estadual de produção e frente territorial do MAM. Está presente principalmente nos municípios de Fortaleza, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria, Quiterianópolis, Madalena e Independência e segue na tentativa de expansão para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e demais áreas interioranas do estado. É importante perceber neste tópico para além do percurso histórico do movimento, as características que o fazem ser de fato um movimento socioterritorial. Esse entendimento deixará mais claro seu processo de territorialização no Ceará e na comunidade de Santa Luzia.

Assim, dois objetivos foram primordiais quando a Via Campesina junto a outros movimentos lançou a proposta de formação do MAM em 2012. Segundo a matéria do Brasil de Fato (2022)[31], os objetivos eram

> O primeiro: organizar territorialmente as populações em conflito com a mineração, seja com os impactos diretos da instalação e expansão de empreendimentos, ou com os modelos de escoamento da produção. [...] O segundo objetivo do movimento era – e segue sendo – trazer, com peso, a questão mineral no Brasil para o debate público.

[31] Link da matéria de celebração dos 10 anos da criação do MAM, em 2022: https://www.brasildefato.com.br/2022/04/11/movimento-pela-soberania-popular-na-mineracao-completa-10-anos-e-faz-live-nesta-segunda-11/

Os dois objetivos iniciais e ainda cruciais para o movimento deveriam partir essencialmente do trabalho de base, já que dentro de sua configuração organizativa, o território é visto como trunfo de luta e conquista (Fernandes, 2000). Esse trunfo pode ser reconquista dos direitos territoriais usurpados pela alocação do empreendimento, a retirada do empreendimento do território ou seu embargo de instalação. A isso, o MAM denomina de Territórios Livres de Mineração, esse conceito exprime muito do sentido político desse movimento socioterritorial, já que para se ter o domínio territorial como finalidade, não se pode olhar apenas para o sentido estrito do termo, é necessário reivindicar as complexas facetas contidas no espaço em que os sujeitos desejam resistir,

> Um território livre não se define enquanto espaço físico. Ele é antes uma experiência política de resistência e reivindicação para que se **proíba ou se crie restrições à mineração**. Ela se baseia na afirmação e proposição de estratégias produtivas e socioculturais que garantem renda/trabalho a um conjunto amplo e diverso da sociedade local [...] (MAM, 2024, p. 2. Grifo nosso.).

Durante os dois anos de pesquisa, acompanhamos o movimento à distância antes de uma aproximação mais íntima de fato. Apenas no último ano mantivemos um contato bem mais aproximado, participando inclusive das atividades formativas internas do MAM, quando se tornou nítido que uma das principais estratégias de permanência da discussão e resistência do movimento nos territórios é a valorização do que já se encontra nos lugares em conflito. Essa valorização não se limita às lutas já existentes, mas vai de encontro à essência das práticas culturais locais, a espiritualidade, religiosidade e as atividades produtivas. Essa aproximação entre movimento e comunidade pode inclusive tendenciar a criação de novos mecanismos de existir no território e meios de resgatar elementos de expressão populares em fase de declínio.

Dessa forma, o debate sobre a mineração sozinho não sustenta o processo de massificação e territorialização assim como apenas o debate sobre a questão fundiária não sustentou a espacialização de outros movimentos socioterritoriais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo. É necessário, por meio do trabalho de base, verificar as potencialidades e reivindicações já presentes nos territórios e a partir do princípio de permanência e proteção das atividades cotidianas iniciar a sistematização das pautas de lutas específicas para aquele espaço. Segundo Cajueiro (2024), sobre o processo de territorialização do MAM no Ceará

> *Quando a gente chega no território, assim como é também muita prática do movimento popular, a gente chega para poder somar com as lutas que já existem. Não é para inventar o que ainda não existe. É a partir do que já tem para poder se somar. E, dali, é claro, dali à frente, a gente está dentro para poder ir construindo junto com o povo esse enfrentamento de luta pedagógica, enfim. Mas, o que tem sido crucial é que a primeira coisa que a gente faz no território é dialogar com o povo e entender como é que as pessoas sofrem com a mineração. Ou seja, fazer*

> *um diagnóstico simples, não é aquele diagnóstico que o governo faz, que leva 50 páginas e vai perguntando.*

O diagnóstico sendo ponto inicial de discussão na comunidade também é espaço de conquista, é um meio de formação de redes entre movimentos e possíveis novos militantes. Este primeiro contato é o ponto basilar para a formação de núcleos de base. O processo de formação de um NB pode ser realizado em um único encontro ou levar uma temporalidade um pouco maior a depender do contexto de cada território. Por outro lado, mesmo que exista um conflito mineral latente, pode ocorrer a não territorialização do movimento.

O nível de dependência dos/as sujeitos/as à atividade mineradora ou grau de controle territorial do empreendimento pode ser um condicionante a situação de não adesão ou até mesmo de dissolução de um NB, assim como esses mesmos motivos podem levar os indivíduos a uma noção de necessidade de organização popular. Se no território afetado já houver movimentos sociais, sindicatos, organizações quilombolas ou indígenas ou pastorais sociais em atividade, o processo de territorialização do MAM pode tornar-se mais fácil.

Outro aspecto importante destacado pelo entrevistado, e comprovado empiricamente por nossa vivência junto ao MAM, é o processo de formação contínua da militância. Novos militantes se apropriam dos conhecimentos científicos sistematizados acerca da mineração e das linhas de atuação política do movimento no exercício formativo.

> *E o processo de formação é uma coisa também que não se faz da noite para o dia. A gente pode fazer uma formação hoje, pode ter que fazer outra amanhã, tem que fazer outra depois, para todo mundo ir entrando na mesma linha, digamos, de enfrentamento. Porque a gente não faz uma formação por formação, faz a formação para as pessoas entrando na luta. Ou seja, é aquela velha história da pedagogia freiriana de que a gente reflete, mas a gente já age* (Cajueiro, 2024).

Essa etapa da territorialização também pode ser entendida de acordo com Fernandes (2000, p. 63) como a construção de uma identidade. Entender-se como atingido ou atingida pela mineração é um ponto basilar na luta, pois dá sentido às ações que serão tomadas e mobiliza os sujeitos, tendo em vista que é grande a possibilidade de ter territórios atingidos que não se entendem como violados por algo externo aos seus padrões de convivência. Enfim, a construção da identidade é o início e o alicerce do movimento socioterritorial.

É nesse caminho da identidade que frisamos aqui um fato importante: em algumas conversas com a dirigência estadual e demais militantes do movimento, além da leitura de algumas matérias nas páginas do MAM, conseguimos compreender o sentido do nome do movimento, inicialmente “Movimento dos Atingidos Pela Mineração”.

A alteração do nome é justamente por conta da nova concepção de atingidos/as. Tendo em vista o território como trunfo, o MAM em 2014 sai da categoria de “atingidos” para

aqueles e aquelas que reivindicam a "soberania popular na mineração". Ele busca, assim, estabelecer o controle não apenas sobre a superfície dos territórios, mas também o controle de seu subsolo, até o momento não reivindicado por nenhuma outra organização popular. Além disso, isso se explicita como mais uma estratégia de organização, segundo Charles Trocate, dirigente nacional do MAM, em uma entrevista dada ao portal de notícias A Nova Democracia[32], a mudança:

> [...] *vai refutar a ideia de ser atingido, o "movimento dos atingidos por mineração",* ***sobretudo porque não caberia só os atingidos no território, propor uma alternativa ao modelo mineral****. Nós precisamos controlar socialmente a mineração em relação à natureza, em relação à economia e em relação à sociedade* (Trocate, 2024. Grifo nosso).

Diferente do que é observado em outros movimentos sociais, os impactados não são, essencialmente, os únicos que compõem a militância[33]. Além disso, os espaços de discussão podem ser urbanos ou rurais, podem ser militantes as variadas categorias de camponesas/es (ribeirinhos/as, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores/as do campo, pescadores/as, artesãs/os, agricultores/as etc.), os/as trabalhadores/as das cidades, os/as trabalhadores/as da mineração, pesquisadores/as, estudantes etc. Isso se dá pelo caráter do problema enfrentado e sua distribuição espacial, pois os dilemas cumulativos criados por esse modelo de mineração ultrapassam as escalas do enclave.

O Ceará detém uma interessante característica neste caso. Apesar de haver mineração ou ameaças de mapeamento para pesquisa mineral nas regiões metropolitanas, a concentração de militância se dá em áreas interioranas do estado. Nosso entrevistado foi um dos principais agentes de territorialização do MAM no Ceará, pelo seu relato, percebemos que as visitas iniciaram em comunidades rurais dos municípios de Quiterianópolis e Santa Quitéria. Depois, foram espalhando-se para os municípios vizinhos: Crateús, Itatira, Ipaporanga, Madalena, Independência, Monsenhor Tabosa, dentre outros. Sobre esse percurso no Ceará, o entrevistado comenta o seguinte fato:

> *A gente começa a dialogar sobre a nossa organização enquanto MAM em 2015. Ou seja, 2013, 2014 foi muita conversa. Então, a gente sempre dizia que o MAM não é uma organização, mas é uma articulação que está se estruturando para ser uma organização. As pessoas começaram a chamar a gente também para conversar sobre o tema da mineração, quem ia escutando e quem ia querendo entender mais sobre o MAM. Na época, a gente fazia algumas reuniões em alguns lugares,*

[32] Entrevista do portal de notícias A Nova Democracia com o militante Charles Trocate está disponível no link: https://anovademocracia.com.br/entrevista-com-charles-trocate-dirigente-do-movimento-pela-soberania-popular-na-mineracao-mam/

[33] Em alguns movimentos sociais, por suas próprias características internas, linhas políticas e subjetividades, apenas o público que sofre diretamente a opressão pautada é considerado como militância. Os demais agentes são vistos parceiros de luta, são tidos como importantes pois fazem parte de uma rede de solidariedade entre as organizações populares de esquerda.

> *mas não era ainda organicamente. Quando eu digo que, em 2015, aqui é dado os primeiros passos nesse sentido, que ali a gente começa a entender que o MAM teria que se territorializar* (Cajueiro, 2024).

O que também é interessante nesse acompanhamento da construção de um movimento socioterritorial, é compreender o seu percurso de construção de suas pautas principais. Na medida em que as visitas aos territórios iam acontecendo, nessa caminhada de formação militante-comunidade e comunidade-militante, o conhecimento adquirido no chão vivido das áreas mineradas e no âmbito acadêmico trouxe uma questão importante sobre a soberania: o controle social e a democratização da Compensação Financeira Por Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

A CFEM foi instituída pela Lei N° 7.990 em 28 de dezembro do ano de 1989 pelo presidente da república José Sarney[34]. De acordo com MAM (2024, p. 6) A CFEM "É um recurso financeiro arrecadado pelo Estado brasileiro associado à exploração mineral. [...] é um pagamento obrigatório pelo uso de um bem que pertence ao Brasil, às riquezas minerais do subsolo."

Em termos gerais, a CFEM é dividida da seguinte maneira[35]: 7% para a agência reguladora (ANM), 1% para Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), 1,8% para o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), 0,2% para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 15% para os estados onde houver a extração, 60% para os municípios onde houver a extração e 15% para municípios que não são minerados, mas são impactados pela atividade mineradora. Na quadro do anexo A, identificamos os minerais que geram CFEM no Ceará.

A democratização da CFEM seria a alocação desses recursos recebidos pela União, estados e municípios em projetos de beneficiamento social e de infraestruturas dos territórios afetados pelas atividades da indústria mineral. Mas o que ocorre é o uso indevido deste recurso, podendo ser usado para quaisquer atividades direcionadas pelo poder público das regiões recebedoras. De acordo com o MAM (2020):

> É importante destacar também que, para o uso da parte do recurso que caberia aos estados (15%) e municípios (60%), a Lei estabelece que 20% deveriam ser, preferencialmente, destinados à diversificação econômica, ao "desenvolvimento mineral sustentável" e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Mas não é isto o que ocorre. Os governos não têm utilizado parcela da CFEM na construção de

[34] Ver texto completo da Lei n° 7.990 no link a seguir: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7990.htm

[35] Fonte – Ministério de Minas e Energia (2022): https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/contribuicao-financeira-pela-exploracao-mineral-2013-cfem

> políticas públicas de alternativas econômicas à mineração ou de transição, pensando o cenário inevitável de exaustão das jazidas.

Além da utilização dos recursos de forma indevida, em 1996 foi promulgada a Lei Complementar N°87[36], mais conhecida como Lei Kandir, que isenta o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do setor primário colocados à exportação, ou seja, as commodities. A justificativa da isenção do ICMS à estas commodities (agrícolas, minerais...) é o incentivo às exportações do mercado nacional. A lei fez parte do Programa Nacional de Desestatização (PND) do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o mesmo em que a Vale passou pelo processo de venda à iniciativa privada (MAM, 2021).

O debate sobre os impostos isentados das mineradoras ou o recurso da CFEM que não chega aos territórios da maneira correta é assunto recorrente nos momentos formativos do MAM Ceará e ponto sempre presentes nos espaços de luta construídos como vemos na imagem a seguir (figura 15) nos cartazes e estandes em um ato realizado em junho de 2025 na cidade de Crateús-CE, na XX Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária dos territórios Inhamuns e Crateús, organizada pela Cáritas Diocesana de Crateús, onde vemos as seguintes frases “CFEM PARA O POVO!” e “JUVENTUDE PELO FIM DA LEI KANDIR”.

Figura 18 – Ato realizado na XX Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária dos territórios Inhamuns e Crateús, na cidade e Crateús-CE

[36] Para a leitura completa do texto da Lei Kandir, acesse o link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm

Fonte: Acervo de Braga (2025). Adaptado pela autora (2025).

Enxergamos o debate sobre os recursos financeiros como estratégia do movimento, pois nesse caso, a ideia de saque territorial é conotada de um sentido a mais. Além de serem saqueados por seus bens naturais, a população das comunidades se vê prejudicada por nem sequer receber as mitigações estatais necessárias para sua tortuosa convivência com a mina, por meio dos recursos que, em teoria, seriam para este fim.

Além disso, o movimento enfatiza sempre em seus NBs ou atos públicos que não é contra a mineração, mas contra o modelo mineral brasileiro. Até o momento o MAM não apresentou para os territórios e agencias multinacionais da mineração um novo modelo pela complexidade de se construir algo diferente de um padrão colocado há mais de 500 anos. Mas em nossas experiências de campo e conversas ao longo da pesquisa conseguimos perceber alguns elementos que podem fazer parte da proposta de um novo modelo mineral de acordo com as próprias características da articulação: 1) ter um limite de exploração das jazidas em processo de lavra; 2) segurança completa e direitos estendidos aos trabalhadores e trabalhadoras da mineração; 3) infraestrutura adequada de barragens de rejeitos e demais mecanismos de segurança nos ambientes da mina e seus entornos; 4) ter um distanciamento aceitável entre mina e comunidade; 5) ter consultas regulares aos sujeitos do território de interesse do empreendimento, compreendendo que as consultas devem ser livres, antecipadas e que realmente levem em consideração a opinião popular e dos movimentos sociais; 6)

democratização da CFEM; 7) revogação da Lei Kandir; 7) reparação total de danos causados ao meio ambiente e aos sujeitos que vivem ao redor da mina; 8) reparação total e justa em casos de crimes ambientais que causam remoção dos moradores de suas comunidades de origem; 9) soberania territorial e do subsolo, compreendendo o direito de dizer "não" a entrada de um empreendimento minerador na comunidade; 10) controle do avanço da mineração em áreas de assentamento de reforma agrária, indígenas e quilombolas, protegendo sua soberania territorial conquistada legalmente.

Sobre a questão do modelo mineral brasileiro e o posicionamento do MAM, Cajueiro (2025) afirma que:

> *Essa linha política nossa com relação ao território livre de mineração não é que não tenha mineração de jeito nenhum. Porque, se a gente fosse dizer isso, seria uma contradição muito grande. Porque, se a gente fosse olhar para as nossas casas, a gente vai ter mineração desde o alicerce até no telhado. O que a gente não quer é que esse modelo de mineração violento e destruidor continue sendo como ele é. Mas as pessoas possam ter altivez e soberania para poder dizer como aquilo poderia ou poderá ser feito. Poderia, porque também pode não ser feito.*

Diante dessa proposta do movimento e a sistematização feita até aqui, percebemos que o MAM segue o típico padrão de movimento social de esquerda em seu processo de construção, e padrão esse totalmente essencial para a fundação dos alicerces de uma organização popular/movimento socioterritorial, como vemos em Fernandes (2000) e (2005) e em Pedon (2013).

Esse padrão apresenta os seguintes processos: 1) ter um conflito iminente em um ou mais territórios[37]; 2) compreender um padrão de conflito (no caso do MAM, houve o entendimento de um padrão nacional de conflito); 3) início de um processo formativo com base nas experiências territoriais e com a parceria com outros movimentos de escala nacional ou local (ver imagem da Figura 19); 4) trabalho de base para a coleta de informações e captação de pessoas para a formação de militância; 5) sistematização da agenda de ações do movimento, tanto para massificar quanto para disseminar a pauta de reivindicação; 6) articulação com representantes dos estados e município como tentativa de abertura de pauta em espaços formais de reivindicação política; 7) criação de uma identidade enquanto classe, raça e etnia e em relação ao impacto sofrido, como esse impacto os atinge e o que modificou durante o período de implantação; 8) valorização das culturas territoriais, economias e modos de existir impactados como justificativa do barramento do empreendimento; 9) expansão territorial: onde

[37] Segundo Pedon (2013, p. 205) "Os movimentos socioterritoriais são organizações que surgem em momentos de inquietação social. Dado ao caráter excludente da sociedade capitalista, sempre há aqueles que se recusarão a ficar pactados diante da própria situação, daí a natureza da conflitualidade. As ações ensejadas pelos movimentos representam um momento do conflito social pertinente à sociedade atual."

houver conflitos da mesma instância que originaram a criação do movimento, a mancha de expansão tende a acompanha-los, ou seja, expansão de suas escalas de impacto popular; 10) criar soluções em consonância democrática com os territórios em relação ao problema em questão; 11) buscar articulações com redes interdisciplinares de pesquisadoras/es comprometidas/os com as pautas populares.

Na imagem da Figura 19, podemos perceber as simbologias presentes nos momentos de mística e ornamentações do MAM, trazendo as noções de redes entre movimentos e territórios afetados pela mineração, por meio de seus elementos culturais e demais bandeiras de representação e luta.

Figura 19 – Ornamentações e mística de eventos, formações e assembleias populares do MAM Ceará e a representação de suas redes de articulação e cooperação com outros movimentos sociais, associações, coletivos e pastorais da Igreja

Fonte: Acervo da autora (2024).

Um dos primeiros processos organizativos do MAM Ceará aconteceu em 2015 e foi referente ao caso da mineração de ferro na Serra do Besouro, no município de Quiterianópolis, no qual as comunidades do Besouro e Bandarro passaram pelo estágio de lavra garimpeira e seus consequentes prejuízos. Os efeitos da exploração de ferro pela empresa Globest Participações Ltda na Serra do Besouro foram responsáveis por uma mudança quase radical no cotidiano das duas comunidades circunvizinhas à mina e na comunidade de Monteiro.

Os efeitos dos rejeitos de minério de ferro contaminaram não apenas o Rio Poty, que percorre as duas comunidades indicadas, mas também contaminaram as águas do Açude Flor do Campo, em Novo Oriente, município vizinho. As populações que vivem no entorno desse açude se caracterizam como comunidades pesqueiras, e tiveram toda a sua renda afetada pela poluição ainda vigente.

> A denúncia dos pescadores só reforça a magnitude dos impactos socioambientais causados pela mineração em Quiterianópolis, que ultrapassou os limites daquele município e chegou até Novo Oriente. E se confirma que para além dos impactos sociais e ambientais, também pode ser considerado um impacto econômico [...] (Silva, 2020, p. 168).

O território já estava em organização com seus movimentos de base territorial: a Associação Comunitária, Pastoral da Juventude Rural e a Igreja Católica. O MAM chega ao conflito como parceiro da luta já em curso e enquanto movimento que se forma e deseja tornar-se referência na questão mineral, tendo em vista que é seu objetivo de atuação.

A Globest Participações Ltda foi autuada 14 vezes, de 2011 a 2018, pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como mostra a quadro abaixo sistematizada por Silva (2020).

Quadro 5 – Descrição dos crimes ambientais da empresa Globest Participações Ltda.

Ano	**Órgão responsável**	**Motivo do Crime**
2011	SEMACE	Extrair minérios de ferro em área superior ao estabelecido na licença ambiental, operando de forma irregular em 17,61 hectares.
	SEMACE	Armazenamento de 110,7 toneladas de lenha nativa e 1,94m3 de tora de madeira, provenientes de desmatamento sem autorização e sem Documento de Origem Florestal.

	SEMACE	Destruição de floresta com infringência às normas de proteção, em Área de Preservação Permanente (APP), correspondente a 400m2, sem autorização do órgão ambiental competente.
	SEMACE	Exploração de vegetação nativa sem aprovação prévia do órgão ambiental competente e o desmatamento gerado para a execução de lavra de minério de ferro.
2013	SEMACE	Deixar de atender condicionantes da Licença de Operação 207/2013 – DICOP.
	SEMACE	Deixar de atender condicionantes da Autorização Ambiental 03/2012 – DIFLO.
2014	SEMACE	Instalar barreira de contenção de escoamento de sedimentos na APP do Rio Poti.
2016	SEMACE	Instalar e operar atividade potencialmente poluidora (base de armazenamento, envasamento ou distribuição de combustíveis de derivados de petróleo) sem licença ambiental.
2017	SEMACE	Lançar resíduos sólidos diretamente no solo, em desacordo com as exigências em leis ou atos normativos.
	SEMACE	Desmantar a corte raso a floresta nativa sem autorização da autoridade competente.
	SEMACE	executar extração de minerais sem licença da autoridade competente.
	SEMACE	Fazer funcionar estabelecimento de atividade utilizadora de recursos ambientais, considerado efetiva ou potencialmente poluidora em desacordo com a licença obtida (beneficiamento de minérios de ferro) - licença de operação 367/2014 – suspensa.
2018	IBAMA	Suspensão das atividades de depósitos de rejeitos de minério de ferro após constatar o lançamento de rejeitos sólidos em recursos hídricos.

	IBAMA	Constatação de que a disposição e contenção dos rejeitos de minério de ferro não estavam adequadas.

Fonte: Silva (2020, p. 118). Adaptado pela autora (2025).

Por conta das mobilizações e constatação do nexo causal entre a contaminação das águas do Rio Poty e a atividade mineradora, a Globest teve suas atividades paralisadas em 13 de dezembro de 2017. Em 2023, após ajustes requeridos pela SEMACE e pela Autarquia Municipal do Meio Ambiente de Quiterianópolis, as atividades de lavra garimpeira retornaram. Em relatos constantes de moradores das comunidades, é registrado o trabalho da mineradora sendo feito, literalmente, 24 horas por dia.

Realizamos no dia 27 de novembro de 2024 uma aula de campo com a turma da disciplina de Geografia do Brasil (aproximadamente 30/35 estudantes da graduação, mestrado e doutorado), ministrada pelo Professor Dr. Dirceu Cadena (Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará), no território das três comunidades impactadas pela mineradora em questão, no município de Quiterianópolis. O trabalho de campo fez parte da metodologia de análise inicial deste trabalho.

Durante a visita, fomos guiados por um militante da PJR e MAM do território. Tivemos um momento inicial de explanação sobre a problemática gerada com a espacialização da mineradora a partir dos anos 2009/2010 e como foram construídas as mobilizações com as organizações populares como início do percurso de barramento do empreendimento (a primeira imagem da Figura 20 – da esquerda para a direita). Como vimos na introdução dessa escrita, a RSC hoje é uma das maiores preocupações dos setores neoextrativistas pelo potencial de rejeição das comunidades, com isso, há ameaça de possível vagarosidade na aceitação de licenciamento ambiental ou na própria manutenção das atividades extrativas na zona de interesse.

Figura 20 – Parte inicial do trabalho de campo em Quiterianópolis - explanação inicial pela direção estadual do MAM e visita aos sujeitos dos territórios de Besouro e Monteiro

Fonte: Acervo da autora, (2024).

Logo após, visitamos a casa de um morador da comunidade do Besouro, que sofreu com doenças de pele e respiratórias no período de lavra da mineradora Globest e visitamos uma agricultora na comunidade vizinha (comunidade do Monteiro), que perdeu parte de sua roça por conta dos rejeitos de ferro transportados pelo Rio Poty, a agricultora informou que foi preciso cinco anos para a recuperação total de sua área de plantio degradada pela mina. No mosaico acima (figura 20) podemos evidenciar alguns momentos do trabalho de campo a Quiterianópolis.

Além disso, visitamos o local da sede da mineradora Globest (Figura 21, fotografia A), no caminho da estrada de terra aberta encontramos as placas contenção da circulação de pessoas, como podemos ver na Figura 21 – fotografia B, com a logomarca da empresa e com os dizeres “Atenção. Entrada Proibida. Área de proteção ambiental”. Na Figura 21 – figura C, identificamos uma estrutura de barramento de poeira, implantado na estrada que dá acesso a empresa a partir das denúncias feitas pelo acúmulo de poeira da estrada de terra jogada nas casas pelo tráfego diário dos caminhões e carros da Globest, porém, olhando a estrutura de perto e pela própria análise da imagem, percebemos pequenos furos que deixam transpassar poeira para as casas da mesma forma. Na figura D, na imagem 21, temos um dos trechos do Rio Poty que passou pelo processo de assoreamento.

Figura 21 – Registro dos equipamentos e impactos relacionados à atividade mineradora em Quiterianópolis - CE

Fonte: Acervo da autora, (2024).

Posteriormente, no segundo momento do trabalho de campo, ainda no dia 27 de novembro de 2025. Ocorreu a Assembleia Popular do MAM em Quiterianópolis - CE (Figura 22) com a participação das três comunidades, com a pauta principal sobre a reabertura das atividades de lavra da mina. A assembleia contou com a participação de militantes do MAM das comunidades afetadas de Quiterianópolis, uma advogada do Escritório Frei Tito de Direitos Humanos, a Pastoral da Juventude Rural, representantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras e a Associação Arte e Pesca do município de Novo Oriente, onde foi contaminado o açude Flor do Campo. Todas as organizações, movimentos, pastorais e associações tiveram espaço de fala durante a mesa inicial do ato. Após a exposição da mesa, foram abertos os espaços de debate.

Figura 22 – Assembleia Popular do MAM em Quiterianópolis - CE.

Fonte: Acervo da autora, (2024).

As reflexões feitas sobre as experiências territoriais de Quiterianópolis, assim como o trabalho de campo realizado junto a turma de Geografia do Brasil foram importantíssimos para a compreensão do percurso de territorialização do MAM no Ceará e consequentemente, na comunidade camponesa de Santa Luzia. Sobre isso, veremos no capítulo a seguir, as especificidades sobre este assunto, mas já de antemão, as mobilizações acerca do problema mineral relato nestes parágrafos anteriores foram motores propulsores para a propagação dos riscos das atividades mineradoras nos Sertões de Crateús e Inhamuns, e isso fez com que as lideranças da comunidade de Santa Luzia abrissem caminhos para o debate do barramento corporativo-minerador em seu espaço de vivência.

4. MINERAÇÃO EM SANTA LUZIA: COMO CONTER O SAQUE?

A escrita deste capítulo expõe os resultados que obtivemos a partir de nossas análises sobre o caso de aliciamento mineral-corporativo presente na comunidade camponesa de Santa Luzia, para isso, foi dividido em dois tópicos. O 3.1, voltado especificamente aos passos trilhados pela mineradora DaPaz Natural Stones e o 3.2 às estratégias comunitárias contra o avanço mineral, mostrando a atuação dos dois vetores articulatórios PJR e MAM.

Veremos aqui a proposta concreta, a partir das características do objeto de estudo, do conceito de Territórios em aliciamento mineral-corporativo em sua forma mais didática e expressiva, pois foram as observações feitas in loco que nos levaram a ter reflexões acerca dos conflitos internos de um território em ameaça de espoliação. Os conflitos em casos como estes muitas vezes não são levados em consideração como em situações em que a mineração já é uma realidade pulsante. Com isso, temos alguns questionamentos: em territórios ameaçados, se não houver articulações prévias, os conflitos ficarão à mercê de serem segredos de violência? O quão rápido um empreendimento consegue se estabelecer pela falta de articulação nesses territórios?

São questionamentos feitos justamente porque o território de estudo se antevê ao problema de uma potencial mineração em seu subsolo há alguns anos, por ter seus meios políticos de se articular, refletir, agir e por ter em seu entorno casos de conflitos por minas ativas. A juventude é o vetor principal de articulação do território camponês em destaque, sendo talvez o mais marginalizado em qualquer contexto social. Veremos que ela foi e ainda é a força mobilizadora de luta e de informações que são trazidas para dentro da comunidade no que cerne aos problemas da mineração.

4.1 Entre as leves colinas expostas, um risco de desordem: caracterização territorial de Santa Luzia e o processo de aliciamento territorial mineiro-corporativo

Em 2020, chega à Santa Luzia um risco de desordem com o aparecimento da empresa mineradora Dapaz Natural Stones em busca de explorar rochas ornamentais no território (Gabro), estabelecendo uma significativa área de processo mineral na comunidade. O processo de aliciamento territorial mineral-corporativo tem início, então, com o mapeamento mineral.

Na quadro abaixo, podemos observar três processos minerais cadastrados na Agência Nacional da Mineral (ANM) pela empresa DaPaz que cortam a comunidade há seis

anos (2019-2015). O processo mineral referente a extração de gabro, protocolado no ano de 2019 tem como área de projeto 854,69 hectares (Quadro 6) e abrange praticamente todo o território camponês em análise e algumas localidades vizinhas.

Quadro 6 – Processos de pesquisa mineral constatados no SIGMINE (ANM) - território de Santa Luzia - CE

NÚMERO DO PROCESSO	ANO	TÍTULAR DO PROCESSO	SUBSTÂNCIA MINERAL	ÁREA DO EMPREENDIMENTO – EM HECTÁRES (PROJETO)
800052	2019	C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA	GABRO	854,69 h/a
800280	2020	C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA	MINÉRIO DE FERRO	1.103,58 h/a
800281	2020	C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA	MINÉRIO DE FERRO E GABRO	1.031,69 h/a

Fonte: ANM (2025). Organizado pela autora (2025).

A fase atual dos processos 800280/2020 e 800281/2020 estão paralisadas pela negativa dos relatórios de pesquisa protocolados, ambos constando no Diário Oficial da União (D.O.U) do dia 03 de novembro de 2023 (p.74-75) [38] como não aprovados. Atualmente as áreas que constam os hectares dos projetos minerários encontram-se, segundo o site Jazida.com, como “Aguardando oferta pública, área integralmente renunciada”. A oferta pública de terras é feita pela União via Sistema de Oferta Pública e Leilão Eletrônico (SOPLE)[39]. Uma área concedida a terceiros entra novamente no sistema de oferta pública pela não regularização documental exigida ou relatórios de pesquisa não aceitos provando a inviabilidade da mina, dessa forma, a área retorna para a União.

No caso do processo referente a extração de gabro n° 800052/2019, as últimas atualizações datam de 2025, mês de junho, onde o status da jazida está em “Pedido de lavra em análise". Relatório final de pesquisa em análise” (ainda consta no status do SIGMINE e jazida.com como fase de “Autorização de Pesquisa”). É importante salientar que o processo de

[38]Link de acesso ao Diário Oficial da União de 03 de novembro de 2023: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/11/2023&jornal=515&pagina=74&totalArquivos=142.

[39] Para mais informações sobre o SOPLE, acesse o link: https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/acesso-a-sistemas/sistema-de-oferta-publica-e-leilao-de-areas-sople

extração de gabro está em fase de autorização de pesquisa não apenas em Santa Luzia, mas também na comunidade vizinha, a Várzea do Toco, que sofreu o mesmo quadro de aliciamento que a comunidade pesquisada.

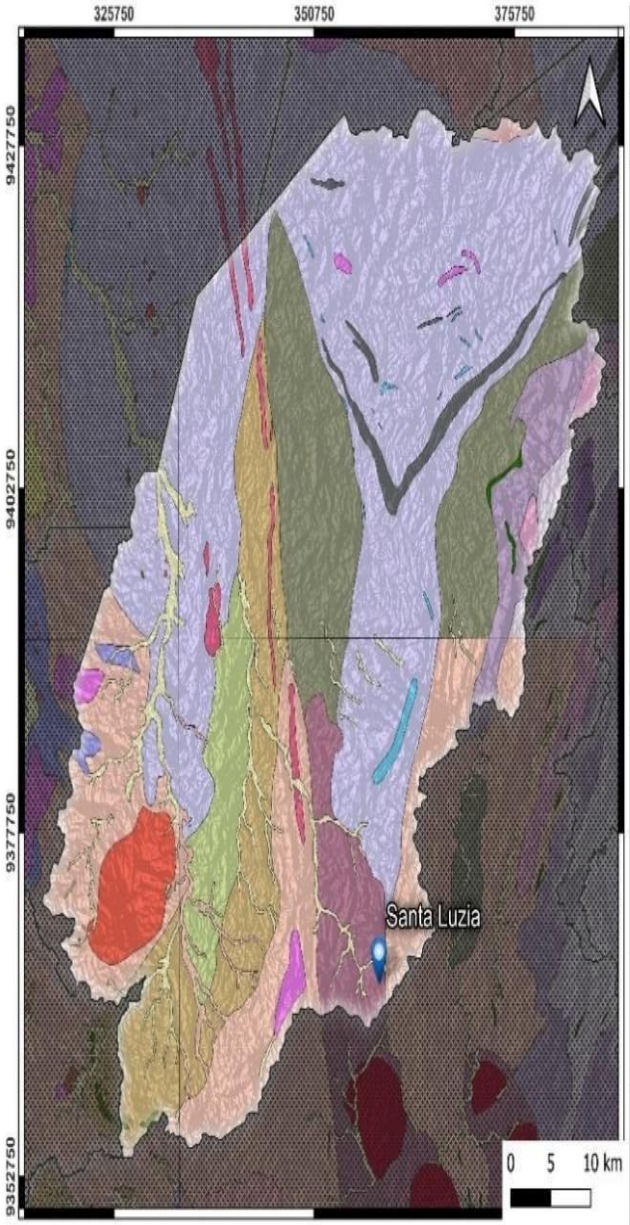
Antes de adentrar nos processos que cernem o *modus operandi* de empresa neoextrativista DaPaz e suas articulações de territorialização que culminam na criação de Territórios em aliciamento mineral-corporativo, faremos brevemente a caracterização da comunidade de Santa Luzia em seus aspectos físicos e históricos, dois pontos imprescindíveis para o entendimento do objeto de estudo.

O território de Santa Luzia está localizado no município de Independência - CE, mais especificamente no distrito do Iapi. Localizado em área de semiárido do nordeste brasileiro, na porção centro-oeste do Estado do Ceará, o município de Independência é abrangido pelo bioma da Caatinga. Sua extensão territorial é de 3.218,7 km², com altitude de 343,05m. Possui como municípios limítrofes: os municípios de Boa Viagem, Monsenhor Tabosa, Tamboril e Crateús, ao norte; os municípios de Quiteranópolis e Tauá, ao sul; os municípios de Tauá, Pedra Branca e Boa Viagem, ao leste; os municípios de Crateús, Novo Oriente e Quiteronópolis, ao oeste. Mesorregião dos Sertões Cearenses e microrregião do Sertão de Crateús (IPECE, 2018).

No contexto geológico (ver mapa geológico da Figura 23), o município apresenta relevo de estrutura predominantemente do período pré-cambriano, com superfície "parcialmente dissecada em colinas rasas e pediplanadas em rochas do Complexo Nordestino e de suítes magmáticas fortemente deformadas por movimentos distróficos." (Aderaldo e Bastos, 2017, p. 4953). Sua unidade litoestratigráfica predominante pertence ao complexo Cruzeta, e seu domínio geológico é o da Província Estrutural da Borborema. Especificamente o relevo de Santa Luzia é levemente ondulado, onde estão marcados os traços dos rios e riachos intermitentes que penetram em todo o solo raso formando leves colinas (Figura 24).

No contexto geomorfológico, o município está boa parte em área de depressão sertaneja, bastante degradada em consequência da ação humana, com solos expostos, rasos e de baixa fertilidade. Também há presença de inselbergs e maciços residuais na região (Aderaldo e Bastos, 2017). Sua abrangência pedológica compõe solos do tipo bruno não cálcico, solos litólicos, planossolo solódico e podzólico vermelho-amarelo. Em relação aos seus outros componentes ambientais, possui vegetação de caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa e sua bacia hidrográfica é a do Parnaíba (IPECE, 2018).

Figura 23 – Mapa geológico do município de Independência – CE



Era	Legenda	Litologia	Minerais principais esperados
Cenozoic	Q2a	Depósitos aluvionares e coluvionares	Quartzo, feldspatos, minerais argilosos, matéria orgânica
Cenozoic	PP2al	Gnaisses arcosseanos e grauvaqueanos	Quartzo, feldspato (plagioclásio e ortoclásio), biotita, muscovita
Mesozoic/ Cenozoic	NP3δtsd	Granitos cálcio-alcalinos de alto potássio	Quartzo, feldspato potássico, plagioclásio, biotita, hornblenda
	NP3ytsq	Granitoide Santa Quitéria	Quartzo, feldspato potássico, plagioclásio, biotita, muscovita
	NP3λtsmt	Metatexitos	Quartzo, feldspatos, biotita, muscovita, sillimanita
	NP3tsd	Diatexitos	Quartzo, feldspato, biotita, cordierita, granada
	NP3tsm	Metatexitos	Quartzo, feldspato, biotita, muscovita
	NP3tsmt	Gnaisses paraderivados cálcio-silicáticos	Plagioclásio, clinopiroxênio, hornblenda, epidoto
	NP3CЄδ3plg	Ortognaisses / metagranitóides	Quartzo, feldspato, biotita, muscovita
	NP3Cδ3tdi	Dioritos (diorita a granodiorita)	Plagioclásio, hornblenda, biotita, quartzo
	NP3CЄδ3t	Granitóides metaluminosos	Quartzo, feldspato, biotita, muscovita, ±hornblenda
	NP3δlg	Leucogranito com moscovita, biotita, granada e sillimanita	Quartzo, feldspato, moscovita, biotita, granada, sillimanita
Mesozoic	εδγ4pga	Biotita-hornblenda monzogranito fanerítico	Quartzo, feldspato, biotita, hornblenda
Mesozoic	εδ4pgp	Gabro-dioritos	Plagioclásio, piroxênios, hornblenda
Paleozoic/ Mesozoic	PRcn	Migmatitos estromatíticos paraderivados	Quartzo, feldspatos, biotita, granada
	PRcn1	Paragnaisses granadíferos	Quartzo, feldspato, biotita, granada
	PRcn1mb	Rochas metabásicas	Hornblenda, piroxênios, plagioclásio
	PRciq	Paragnaisses granadíferos (metacalcários)	Quartzo, feldspato, granada, epidoto, calcita
	PRcn1ca	Paragnaisses granadíferos (metacarbonatos)	Calcita, dolomita, quartzo, granada
	PRcn1q	Paragnaisses granadíferos (quartzitos)	Quartzo, granada, sillimanita
	PRcn2	Ortognaisses migmatizados	Quartzo, feldspatos, biotita, muscovita
Precambrian/ Paleozoic	PRcic	Ortognaisses graníticos a granodioríticos	Quartzo, feldspatos, biotita, ±hornblenda
	APyC	Ortognaisses graníticos a granodioríticos	Quartzo, feldspato, biotita, muscovita
	APc	Ortognaisses cinzentos	Quartzo, feldspato, biotita, muscovita
	APcaf	Ortognaisses cinzentos (metamáficos anfibolíticos)	Hornblenda, plagioclásio, epidoto
	APcmu	Ortognaisses cinzentos (xistos verdes e tremolitas xistos)	Clorita, actinolita, tremolita, epidoto
	APct	Unidade Troia (associação de metagnaisses)	Quartzo, feldspato, biotita, granada
	APcts	Unidade Troia (metassedimentos)	Quartzo, micas (muscovita/biotita), granada

Projeção: Universal Transversa de Mercator, zona 24S
Datum: SIRGAS 2000
Fonte: SGB (Folha Crateús - SB.24-V-C-III, Folha Várzea do Boi - SB.24-V-D-IV, Folha Independência - SB.24-V-D-I e Folha Novo Oriente SB.24-V-C-VI), IBGE (2022) e TopoData (05S42_ZN e 05S405ZN, 2025)
Elaboração: Guitte Sousa (2025)

Apoio: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ · GEOGRAFIA Universidade Federal do Ceará · CAPES · PPg-GEO UFC 20 anos

Fonte: IBGE (2022). Adaptado pela autora, (2025).

Figura 24 – Paisagem da comunidade de Santa Luzia

Fonte: acervo da autora, (2024).

Em nosso último trabalho de campo em Santa Luzia (maio de 2025), realizamos uma entrevista semiestruturada com três militantes do Núcleo de Base (NB) do território, que aqui serão referenciadas como Malva, Angico e Faveleira. Em nossa conversa, não focamos na questão mineral cem por cento, pois Santa Luzia é mais do que um território afetado, ela pulsa outros temas que inspiram está escrita e são esses outros temas que acreditamos ser estratégias territoriais comunitárias, da PJR e MAM.

Além de ser território camponês, Santa Luzia é também reconhecida por moradores e comunidades vizinhas como Quilombo de Santa Luzia[40], devido a marcante territorialização da população e cultura negra/afro na região. Antes mesmo da chegada das demais famílias de origem portuguesa e as populações escravizadas, a comunidade era habitada pela forte presença indígena, por isso, está em processo de afirmação de sua identidade afro-indígena.

Não é objetivo desta pesquisa e nem deste capítulo entrar nos méritos das questões identitárias do território, compreendemos, porém, que são marcadores importantes e foram compreendidas e exploradas nas atividades desenvolvidas no território e observados em demais eventos do MAM que potencializam as identidades locais dos/das sujeitos/as como estratégia

[40] Abdias Nascimento ao discutir o conceito de Quilombo e sua historicidade como áreas de refúgio, resistência e celebração da cultura negra, afirma “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer união fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial.” (1980, p. 263). Até o momento a comunidade não possui o registro pela Fundação Cultural Palmares, mas há um constante movimento de preservação da cultura quilombola e esforço de orientar as juventudes sobre a apropriação desses conhecimentos e expressões, como é o caso da cultura de celebração do Reisado, presente em Santa Luzia ancestralmente.

de luta e contenção de avanços neoextrativistas. Mas a profundidade dessa escrita se refere especificamente às estratégias da mineradora referenciada para obter controle territorial e as estratégias comunitárias de barramento da espoliação do subsolo.

O primeiro assunto abordado na prosa com o NB foi sobre o processo de formação da comunidade, algo que muito atiça nossa curiosidade desde o início da pesquisa, justamente por ter poucas fontes de estudo e por ser essencial no entendimento das formas de organização comunitárias. Por isso, nosso material de fontes primárias (entrevistas) é valioso, pois combina a pesquisa árdua do NB nas poucas fontes escritas sobre a formação territorial de Santa Luzia e a oralidade dos ancestrais mais velhos.

Santa Luzia é território camponês. Ao entender isso devemos nos alicerçar no que afirma Krenak (2022, p. 20) "Um povo como esse, mesmo quando expropriado de tudo e sem ter nem chão pra pisar, ainda consegue recriar um lugar para ser habitado". E o processo de recriação acontece todos os dias por meio da resistência, que é ancestral e atual. Não devemos restringir a comunidade apenas a questão mineira. O problema mineral presente nesta temporalidade é mais uma forma (recente e tecnológica) de tentativa de dominação de corpos e mentes que marcam a colonialidade do poder.

Em sua obra "Agrotóxicos e colonialismo químico", escrita em 2023, a geógrafa Larissa Mies Bombardi, ao refletir sobre o desenvolvimento das relações capitalistas na Europa em fins de seu estágio feudal e o impacto sobre o campesinato, afirma os/as camponeses/as são vistos como "a classe incômoda" (p. 56) pois vão contra o avanço dos sistemas capitalistas de viver, produzir, consumir e existir. Assim Bombardi (2023, p.55) salienta que:

> Para a lógica capitalista – a de maximização do lucro –, seria inviável a disputa econômica com sujeitos (essa classe social específica que é o campesinato) que permanecem na terra produzindo mesmo após sucessivos prejuízos econômicos. A permanência do campesinato na terra, entretanto, extrapola a lógica intrínseca à produção econômica e **está vinculada, também, a um conjunto de valores que estruturam seu modo de vida** [41]

O campesinato foge ao raciocínio do capital por sua própria forma de ser, que é baseada no trabalho familiar e comunitário. Sua temporalidade é diferente, porque segue o ritmo da própria Terra/terra, o sol, a lua e as estrelas indicam seus tempos e caminhos. Dizer isso não é romantizar a classe, mas afirmar porque é antagônica ao modelo capitalista da individualidade anti-natureza, que mineraliza todas as formas de vidas físicas e subjetivas (Araóz, 2020).

[41] Grifo nosso.

Não à toa, a chegada de uma empresa desconhecida preocupou e assustou a população, que já atravessou inúmeras situações de violência e desigualdades sociais e estruturais ao longo dos séculos, desde as suas origens enquanto comunidade. Faveleira nos explica um pouco do percurso histórico de formação territorial de Santa Luzia:

> [...] *esse território sempre existiu e foi povoado, né? Bem antes da colonização. A Santa Luzia, ela se torna uma fazenda por volta de 1800. Fazenda Santa Luzia, que era de um coronel de origem portuguesa e ele era dono dessas terras, ocupou e invadiu essas terras. Mas antes de Santa Luzia ser uma fazenda,* ***Santa Luzia era terra indígena****, né? Depois de Santa Luzia ser terra indígena,* ***Santa Luzia foi um território de aquilombamento*** *e depois Santa Luzia se tornou um lugar, porque era um lugar de refúgio, né? E depois de Santa Luzia ser um território de aquilombamento, de liberdade das pessoas negras que fugiam das fazendas do entorno, ela passou a ser uma fazenda, né? Esses dados vêm de onde? Vêm das marcas que a gente tem aqui dos povos indígenas dentro dos sítios arqueológicos. A gente tem aqui três lugares com esses sítios, né? Um com mais imagens, outras com menos imagens, que estão nas rochas, próximo aos olhos d'água. Todos são próximos a lugares que tinham água, né?* (Faveleira, 2025). (Grifos nossos).

As entrevistadas citam a família Feitosa como um dos vetores da colonização da região. Segundo arquivos do Instituto do Ceará, em textos de Aécio Feitosa (2001) e Hugo Catunda (1995) é afirmado que a família Feitosa (conhecido também como Clã Feitosa) teve papel predominante no processo de colonização dos sertões cearenses, em especial nos sertões dos Inhamuns (o município onde abriga Santa Luzia teve interferência também da família Feitosa, por serem regiões limítrofes ou dentro da região dos Inhamnuns -CE em outras divisões coloniais da época), onde receberam mais de 20 sesmarias.

De acordo com Melo (2012, p. 1650) “As primeiras sesmarias nos Sertões dos Inhamuns foram doadas aos irmãos Lourenço Alves Feitosa e Francisco Alves Feitosa, em 1707, cada um recebendo três léguas ao longo do rio Jucá.” Assim, inicia-se o processo violento de morte e expulsão das comunidades indígenas da região (os mais citados nas bibliografias utilizadas nesta pesquisa são os Jucás e os Inhamnuns) e junto aos colonizadores, vinheram as pessoas escravizadas para trabalhar nas monoculturas, engenhos e criação de gado. Faveleira explica na entrevista, as marcas da escravização negra na Comunidade de Santa Luzia.

> *E esse histórico da ocupação aqui tem relatos, no Instituto do Ceará tem as histórias da ocupação dos Feitosas nos Inhamuns e conta como foi a ocupação aqui desse lugar e a formação dessa fazenda, Santa Luzia. E a presença das pessoas negras daquele período a gente tem através dos vários relatos que são passados através da oralidade, né? Então, de que existia fazenda, existiam essas fazendas, e durante o período histórico onde ela foi ocupada não existia outra forma de trabalho nessas fazendas que não fosse mão de obra escravizada, normalmente de pessoas negras. Aqui a gente tem algumas ruínas, são três ruínas, pelo menos, que a gente tem noção, que foram ruínas de estruturas que foram construídas pelas pessoas negras, e provavelmente escravizadas, que foi a Igreja de Pedra, foi construída no ano de 1700 e caiu em 1800, tem um barramento no rio, lá na malhada do Poço, ela*

> *foi feita de pedra e cal, e tem umas outras estruturas, que eram estruturas de cemitério, também construídas da mesma forma* (Faveleira, 2025).

A doação de sesmarias em áreas interioranas pela coroa portuguesa era objetivada comercial e espacialmente diferente daquelas doadas ao litoral da Capitania Siará Grande. Os litorais do Nordeste destinavam-se ao plantio de cana-de-açúcar e extração de madeira, a criação de gado para alimentação e uso do couro causavam problema nas lavouras da capitania. Com isso, em 1701, foi lançada pela coroa portuguesa uma carta régia que proibia a criação de gado a até dez léguas das faixas litorâneas (Costa, 2017, p. 99-100).

A expulsão do gado para os sertões de dentro por intermédio da figura dos vaqueiros nordestinos (transporte do gado) e da doação de sesmarias inicia a interiorização do Ceará e seu tipo de organização territorial "No final do século XVII, a partir da expansão da pecuária, o sertão do Ceará começa a ser povoado, e essa será a base econômica da capitania durante todo o século XVII" (Ibidem, 2017, p. 100). Segundo Chandler (1980, p. 22), a estrutura social desse período irá se caracterizar como "organizada para dar apoio à indústria de criação de gado e ao poderio dos Feitosas, família dominante da área". Assim, as bases do sistema colonial basearam-se, sobretudo, na tentativa de supressão dos povos indígenas e africanos a favor da ocupação do território que hoje conhecemos como Brasil. O caso dos Sertões cearenses e demais regiões nordestinas são exemplos ímpares para o entendimento desse sistema.

O resultado da supressão, tentativa de alienação dos corpos e imposição da lógica eurocêntrica de acumulação, inicialmente com o trabalho escravizado e depois com o trabalho assalariado nas metrópoles e centros urbanos interioranos, desqualifica as formas de estar no mundo avessas a esse modelo. Nessa linha de pensamento, os territórios e seus sujeitos são enquadrados na categoria de "sem utilidade". Essa narrativa, segundo Svampa (2019, p. 58) "facilita a instalação de um discurso eficientista e excludente em nome das dinâmicas globais do capital".

O discurso eficientista caminha lado a lado à ideia de desenvolvimento para as regiões onde o monopólio do capital ainda não chegou. São apresentados como vazios que devem ser preenchidos com objetos e fluxos em favor do mercado multinacional, com o apoio dos Estados nacionais na execução do processo. O território de Santa Luzia, assim como outros em análise mineral ou em processo de mina ativa, demonstram que os supostos "vazios territoriais" são preenchidos por uma rede de tecnologias externas e contraditórias porque são demasiadamente esvaziados de poder estatal. Sobre isso, afirma Gonçalves e Haesbaert (2006, p. 54):

> *Ao mesmo tempo em que o Estado delega poderes, 'foge' ou aparece de modo excludente em termos de sua esfera básica de gestão: o próprio território e o planejamento territorial, com áreas cada vez maiores permanecendo completamente à margem de qualquer atuação efetiva. Esse 'vazio de poder' (do Estado legitimado) dá lugar à emergência de outros circuitos de poder [...].*

Os outros circuitos de poder podem ser o narcotráfico, grupos paramilitares ou o terrorismo internacional, como citado pelos autores em seu escrito (Ibidem, 2006), mas as empresas transnacionais neoextrativistas também podem ser identificadas como poderes paralelos ao Estado, pois geram em seus espaços de atuação espaços de micropoder e controle territorial, assim:

> [...] a associação entre neoextrativismo e a derrubada de fronteiras da democracia aparece como fato indiscutível: sem consentimento social, sem consulta a população, sem controle ambiental e com escassa presença do Estado, ou mesmo com ela, a tendência marca a manipulação das formas de participação popular, com o objetivo de controlar as decisões coletivas. [...] a crescente criminalização dos protestos socioambientais e o aumento do assassinato de ativistas ambientais em todo o mundo, em especial na América Latina (Svampa, 2019, p. 32).

Como se pode perceber, as desordens territoriais em favor dos mercados financeiros estiveram sempre no cotidiano do campesinato em todas as escalas, todas ao seu modo, mas sempre com o princípio fundamental da necessidade de terras para expansão[42], extração de bens naturais e força de trabalho barata. No caso da expansão da mineração no Ceará, Silva e D'Andrea (2023, p. 38) afirmam: "Se nos anos 2000 a mineração alcançava uma área de 74 mil hectares, em 2021 avançaram para 4,1 milhões de hectares em todo o estado".

Portanto, a primeira estratégia é a tentativa de posse e uso da terra. Nessa etapa, a ANM como agência reguladora do estado tem papel importantíssimo, com o mecanismo que vimos em parágrafos anteriores por meio da plataforma SOPLE[43], sistema online de leilão de terras públicas para processos de pesquisa e lavra. Cumpridas todas as demandas acionadas pela ANM e agências reguladoras dos estados, como a SEMACE, o arrematador conseguirá o direto de lavra.

A mineradora DaPaz iniciou suas atividades de pesquisa em Santa Luzia no ano de 2020, segundo os entrevistados, na surdina e em plena pandemia da Covid-19, momento em

---

[42] Segundo Silva e D'Andrea (2023, p.) "Trata-se, no entanto, de um setor notadamente marcado pela necessidade de apropriação de grandes proporções de terra, água, subsolo e trabalho precarizado. Tal modelo só poderá se consolidar através da espoliação de terras, águas e territórios [...]".

[43] O SOPLE é regulamentado pelos artigos 45 e 46 do decreto nº 9.406/2018 referentes ao Decreto Federal n° 9.406 de 12 de junho de 2018. Para ler o decreto completo, acesse o link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9406.htm. A resolução ANM n° 24 de 2020 cita o regulamento completos referente ao sistema de leilão de terras públicas, acesse o link para ler na íntegra: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9406.htm

que a população estava atenta às atualizações acerca da situação de saúde pública dos estados e municípios. Nesse contexto, passa a circular na comunidade carros com o adesivo da empresa DaPaz em horários variados, além disso, é notado por moradores a circulação de drones em horários variados.

A inquietação começa pelos sinais nítidos de uma invasão. Aos poucos, os funcionários técnicos da empresa principiam as visitas às casas e a inserção de objetos estranhos destinados ao processo de mapeamento mineral território adentro[44]. Além disso, diversas marcações de cal no chão foram realizadas ao longo da comunidade, revelando nitidamente elementos de uma etapa de pesquisa geológica e reconhecimento territorial. Tudo isso, sem estabelecer qualquer diálogo com a comunidade.

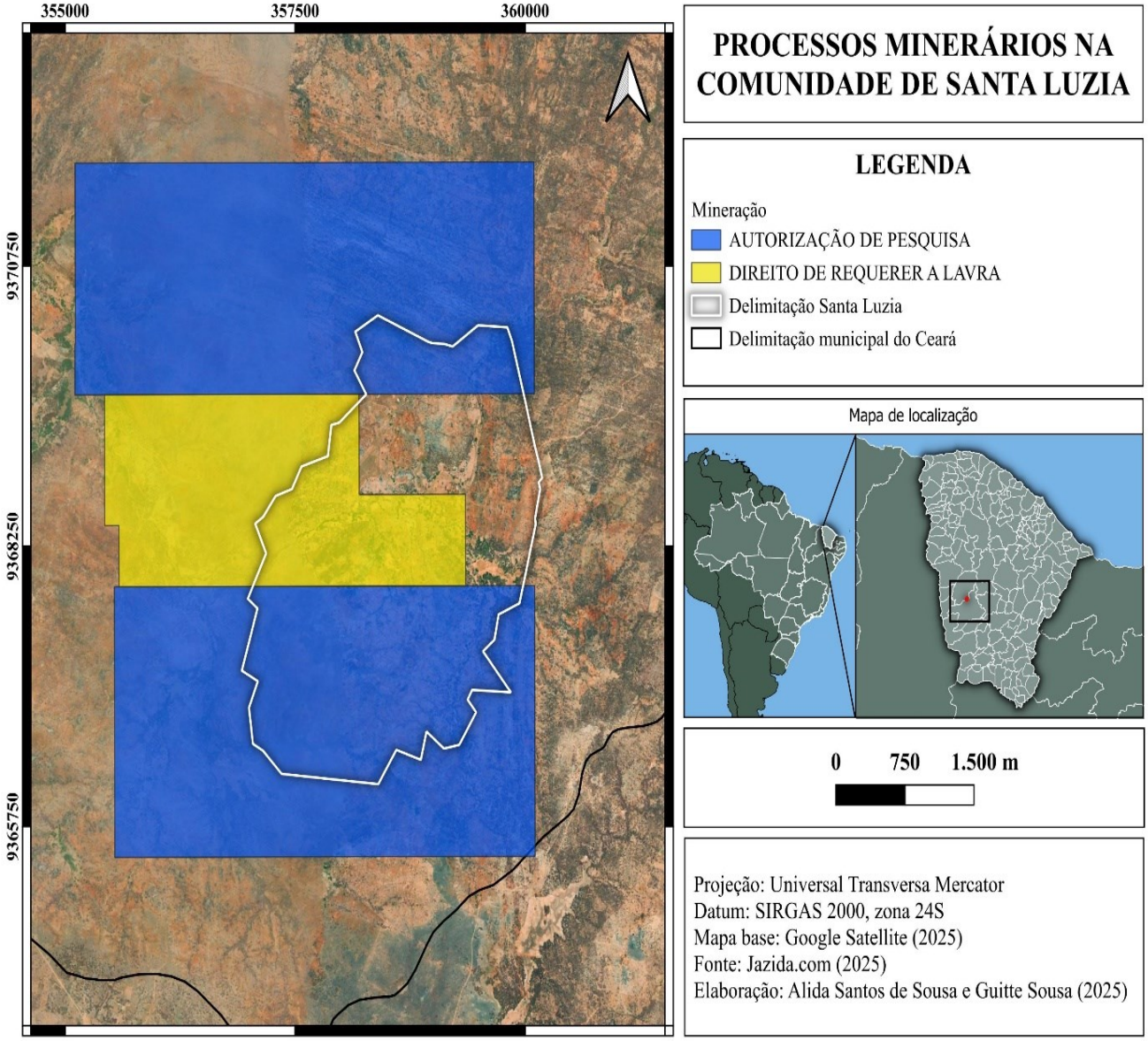
Por meio de pesquisas feitas nos portais da ANM e Jazida.com, conseguimos ter acesso ao Relatório Final de Pesquisa do processo n° 800052/2019[45], referente a extração de gabro nas regiões de Santa Luzia e adjacências. De acordo com o documento, o relatório foi protocolado em 05/03/2023. Neste ano de 2025, em novas atualizações, a aprovação total da pesquisa ficou condicionada a correção de tamanho de área, tendo em vista a ocorrência desregular de gabro em algumas porções, foi exigido pela a ANM a mudança de 854.69 há para 559.38 há (ver anexo B).

Durante a leitura do relatório, percebemos que a mineradora menciona apenas o território vizinho, a comunidade de Várzea do Toco como local de análise. Apesar disto, a comunidade de Santa Luzia está com uma grande parte de suas terras dentro do quadrante do empreendimento, como se pode visualizar na figura 25. A ocultação dos sujeitos ocupantes das áreas de projeto e suas demais informações fazem parte do *modus operandi* de diversas empresas neoextrativistas, evidenciando a total irresponsabilidade com a vida das populações dentro de seus negócios.

Figura 25 – Processos minerários na comunidade de Santa Luzia

[44] Tubos perfurando as rochas. Infelizmente não tiramos fotos pois as estruturas já não existiam mais no território de Santa Luzia, apenas em Várzea do Toco)

[45] Para acessar o Relatório Final de Pesquisa da mineradora DaPaz Natural Stones, acesse o link:



Fonte: Jazida (2025). Elaborado Souza e Guitte Sousa (2025).

Além disso, em nenhuma parte do relatório é dedicado algum tópico para relatar como será a viabilização do empreendimento levando em consideração a ocupação territorial. Ou seja, não é exposto um plano de mina, onde deve constar a localização real da mina, a sede do escritório, se há necessidade real de utilização de todos os hectares e se haverá desapropriação das comunidades em prol da extração. O que se pode ler no estudo são apenas os aspectos locacionais totais, as metodologias de análise geológica, a rentabilidade, duração da mina, quantidade de minério disponível na jazida, as marcações de pontos de estudo, pontos de sondagem e os caminhos circulados pela empresa (ver Quadro 7). O lucro bruto anual do empreendimento, de acordo com o relatório, ficará na média de 4.409.525,00 milhões de reais (ANM, 2025). Dessa forma, o mapeamento se impôs como algo forçado, que viola o território de Santa Luzia.

Quadro 7 – Informações básicas do relatório final de pesquisa (DAPAZ NATURAL STONES)

PONTOS DE PESQUISA MARCADOS	170 pontos
PONTOS DE SONDAGEM (AMOSTRAS)	13 pontos de amostragem
QUANTIDADE DE MINÉRIO DISPONÍVEL NA JAZIDA	135.373.510 toneladas
HECTARES	559.38 ha
INVESTIMENTO INICIAL (ESTIMATIVA)	2.982.780,00 (milhões)
LUCRO BRUTO ANUAL (ESTIMATIVA)	4.409.525,00 (milhões)

Fonte: ANM (2025). Organizado pela autora (2025).

Além do núcleo de base, entrevistamos outros três moradores da localidade: Mandacaru (ex-agente de saúde), Cumaru (ex-presidente da Associação de Moradores de Santa Luzia) e Carnaúba (dono de um espaço de lazer na comunidade). Todas as movimentações que nos foram informadas por meio das entrevistas condizem com os dados obtidos por meio do relatório da empresa. Informações essas no sentido de implantações de materiais no território, marcações no chão e as visitas e rondas recorrentes.

Ao ser questionado sobre como se dão os conflitos da comunidade a respeito do mapeamento da mineradora e quais são suas percepções acerca da implantação de uma possível mina na comunidade, Cumaru afirma que o primeiro impacto é causado pela divisão que a mineradora planta no seio da comunidade.

> *Deixa uma desunião entre os membros da comunidade, né? Porque parte da comunidade concorda e parte da comunidade não concorda. Aí daí começa, né? Não chega a ser atrito fisicamente, mas verbalmente sempre, e quando se faz reunião, e os apoios ficam, esses comentários, né? Já isso facilita para as empresas*

> *mineradoras, porque quando a comunidade está unida, todos dizem não, se 100% da comunidade não apoia, aí dificulta, né? A entrada de uma exploração de minero na comunidade*. (Cumaru, 2014).

O atrito após a chegada da mineradora no território sempre foi um dos pontos mais evidenciados durante as conversas ao longo do trabalho de campo. A ludibriação feita pelo setor neoextrativista com as comunidades rurais e urbanas é um marco forte da imbricação e alicerce de sua conquista territorial, pautada também na tentativa de uma aceitação comunitária. Perceberemos mais a frente, que a opinião de uma maioria contra a mineração se dá, justamente, pelo exercício político dos sindicatos e dos movimentos sociais presentes no território.

Ao refletir sobre o que foi visto por Cumaru no processo de mapeamento, percebemos que as informações passadas de alguma forma à comunidade ou as marcas deixadas pelas análises do subsolo fazem as dúvidas crescerem a tal ponto, que não se sabe mais o que de fato se pesquisa enquanto minério e qual é o real objetivo do empreendimento, pois os processos minerários, as informações sobre a geologia e seu andamento de pesquisa não são conhecimentos democratizados. A mineradora traz inseguranças sobre o futuro comunitário, pois em nada se encontra uma certeza sobre seus próximos passos

> *Lá aqui, em uma fazenda, entre a comunidade de Santa Luzia e Várzea do Toco, eles percuraram as rochas, né? E levavam material, acho que para fazer análise, né? E aqui também, na comunidade vizinha, também já andaram por aí. Aí, eu soube que o material que foi levado é mármore. Diz que existe um minério de mármore. Mas eu acho que sobre o mapeamento, é vários tipos de minério na região, né? Nos cânions a gente viu vários tipos. Acho que até ouro* (Cumaru, 2024).

Segundo o relatório de pesquisa final da mineradora DaPaz (ANM, 2025), os materiais colhidos na comunidade de Santa Luzia e adjacências foram analisados pela Faculdade Cachoeiro de Itapemirim (FACI), localizada no estado do Espírito Santo (ES). Algumas das amostras foram terceirizadas pela FACI, enviando-as para a instituição pública Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CEPED) do estado da Bahia.

Os assédios e aliciamentos da mineradora se deram de forma muito violenta. A entrevistada Mandacaru, afirma que a empresa, não conseguindo sua assinatura para a autorização de pesquisa em sua propriedade, invadiram seu quintal e terreiro e fizeram marcações de pesquisa com cal

> *[...] não foi repassado nada pra nós, né? Mas eu acho que tá incluído, porque a gente encontrou um X aqui, sem ver de quê, né? Só sabe que faz parte, né? Aí, assim, o nosso território aqui é muito bom de se viver. A gente planta aqui, tudo que a gente planta nasce. E depois que estourar essa mineração aqui, não vai nascer nada. Assim, eu sabia só por alto, que era de pessoal que tava pesquisando, assim. Mas, de repente, eu subi aqui pra casa da minha mãe [...] Quando eu passei, tinha um X branco que eu tinha encontrado já, mais embaixo, né? Aí, eu perguntei, olha, e*

> *aquele X ali em casa, né? A senhora ouviu falar alguma coisa? Ela disse, não, simplesmente, eu vi um pessoal lá em pé, mas eu pensei que eles estavam só em pé.* ***Não sabia nem o que era. Tipo, nunca soube o significado desse X. Nunca soube*** (Mandacaru, 2024. Grifo nosso).

Os pesquisadores também se mostraram extremamente hostis com os moradores que não aceitaram assinar o termo de autorização de pesquisa, principalmente com as mulheres. Sobre isso, algumas mulheres, além de terem sido intimidadas, foram abordadas em seus terrenos com propostas de trabalho, para lavar as roupas dos homens que viriam trabalhar nas minas.

As falas vão desde as ameaças que "de qualquer forma será minerado o território, porque o subsolo é da União" até dizer que os moradores mais informados sobre os malefícios da atividade estavam "sabendo coisa demais" por simplesmente se opor a este modelo destrutivo e ao processo de expulsão de suas próprias terras. Mandacaru nos informa sobre um caso desse tipo acontecido na comunidade de Santa Luzia, quando uma parente sua questionou o porquê de a empresa estar pesquisando no local onde sua família reside

> *[...] porque eles queriam pesquisar umas pedras, né? Que tem mais ali pra dentro. E ela foi fazer umas perguntas a eles, eles estavam parados em frente ali, lá em casa, parados, e ela foi fazer umas perguntas a eles, aí eles fizeram foi achar ruim, sabe? Porque ela tava perguntando demais, sabe****? Ela disse que eles falaram que ela tava muito bem informada, tava sabendo de coisa demais. E saíram.*** *[...] Porque parece que eles iam dizer que não era bem o que ela tava dizendo, que ia trazer benefício pra comunidade, né? Porque ela conhece um lugarzinho, né? Que é pro lado de Quiterianópolis, né? Ela conhece o de lá. E ela foi falar um pouquinho desse de lá, e disseram que era mentira* (Mandacaru, 2024. Grifo nosso).

Percebemos ao longo das poucas notícias e demais informações públicas sobre a empresa DaPaz, o seu modus operandi de mapeamento, assim como de outras mineradoras, se mostra muito similar principalmente no quesito de não levar em consideração a existência e opiniões dos sujeitos do território. Aconteceu em 2014 uma situação de crime ambiental e aliciamento mineral-corporativo no Bairro rural Bom Retiro, no município de Caldas, em Minas Gerais, relatado em matéria televisiva no Jornal EPTV MG[46]. Onde a mineradora DaPaz invadiu um território camponês que se localiza próximo de uma área de preservação ambiental chamada de Santuário Ecológico da Pedra Branca, onde cortou diversas árvores nativas em risco de extinção, como os jacarandás, ipês e bromélias. Existe um polo de atividade garimpeira exercido pela DaPaz próximo a essa área de invasão, sendo assim, percebemos isso como mais um episódio de expansão de seu mapeamento.

[46] Matéria disponível no Youtube com o seguinte título "Reportagem sobre a destruição da mineradora Fernando da Paz em Caldas/MG".

Além disso, o desmatamento massivo das áreas de preservação causou a expulsão da vida animal da região. Também foi aberta uma estrada de terra para dar acesso a área de preservação, sem autorização dos moradores e nem do poder público local. Os moradores de Bom Retiro após perceberem as movimentações, denunciaram a mineradora ao poder público, na qual teve metade do seu empreendimento embargado.

No Ceará, existe um caso similar a esse, retratado em uma matéria do Jornal OPovo em 15 de outubro de 2022, no município de Granja[47]. Aliciados por diversas mineradoras, a população do distrito de Timonha (zona rural) protestou pela proteção do Parque Estadual das Carnaúbas, uma das minerados à época, envolvida no processo de mapeamento mineral, era a Pedreira Timonha, que é propriedade de C. Fernando R. da Paz & CIA LTDA. Hoje, a empresa possui a Licença de Operação na zona de amortecimento [48]do parque, concedida em 2021 pela SEMACE. As principais acusações dos moradores, além da devastação ambiental, foi o intenso o uso de dinamites, ocasionando a migração de onças para dentro das comunidades e espaço urbano do distrito. O minério de exploração da empresa nessa região é o quartzito, em uma área de 180,46 hectares.

Em Santa Luzia, o uso de drones desde 2020 pela empresa foi uma realidade que deixou a comunidade intrigada e assustada, com alguns moradores afirmando terem visto essa movimentação aérea. Faveleira afirma que o sobrevoo de drones causa sensação de insegurança, sobretudo ao NB:

> *[...] uma outra coisa, a insegurança. Não me sinto mais segura aqui. Ficar só aqui. Qualquer hora, lá fora, estando sozinha. Porque a gente, já presenciou ano passado de novo, mas um drone muito baixo sobrevoou na comunidade, pousando uma na serra. A gente não sabe quem é. Então,* ***isso tem mudado o clima aqui****, né?* ***Para a gente, sobretudo, que é militante****. Essa sensação de insegurança, ela aumenta* (Faveleira, 2025. Grifos nossos).

A comunidade se encontra cercada pelos passos de alguém quase invisível até o momento. Segundo Svampa e Viale, os territórios que passam a ser efetivamente ocupados por atividades mineradoras tornam-se completas zonas de sacrifício, pois a convivência converte-se em insuportável, a qualidade de vida decai, os impactos socioambientais são extremos, as localidades passam a ser verdadeiras zonas de morte, pois nenhuma outra forma de vida ou de

---

[47] Link da matéria do OPovo+ com o seguinte título "A saga de uma comunidade contra ameaça de devastação ao Parque das Carnaúbas": https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2022/10/15/a-saga-de-uma-comunidade-contra-ameaca-de-devastacao-ao-parque-das-carnaubas.html

[48] A Zona de Amortecimento (ZA) faz referência ao entorno de uma UC, "onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade" (Artigo 2º, inciso XVIII da Lei nº 9.985/2000). A ZA, então, garante que os limites das UCs estejam protegidos de avanço imobiliário, de poluição, de espécies invasoras e da fragmentação de habitat. Ela não é compreendida pelos limites do parque, mas pode ser zoneada a partir dos planos de manejo ou decretos/leis (OPovo, 2022).

produção são respeitadas, aos poucos, os sujeitos são encurralados à sua própria sorte. Assim, essas localidades, de acordo com a lógica do modelo, podem ser sacrificadas em nome do mercado financeiro.

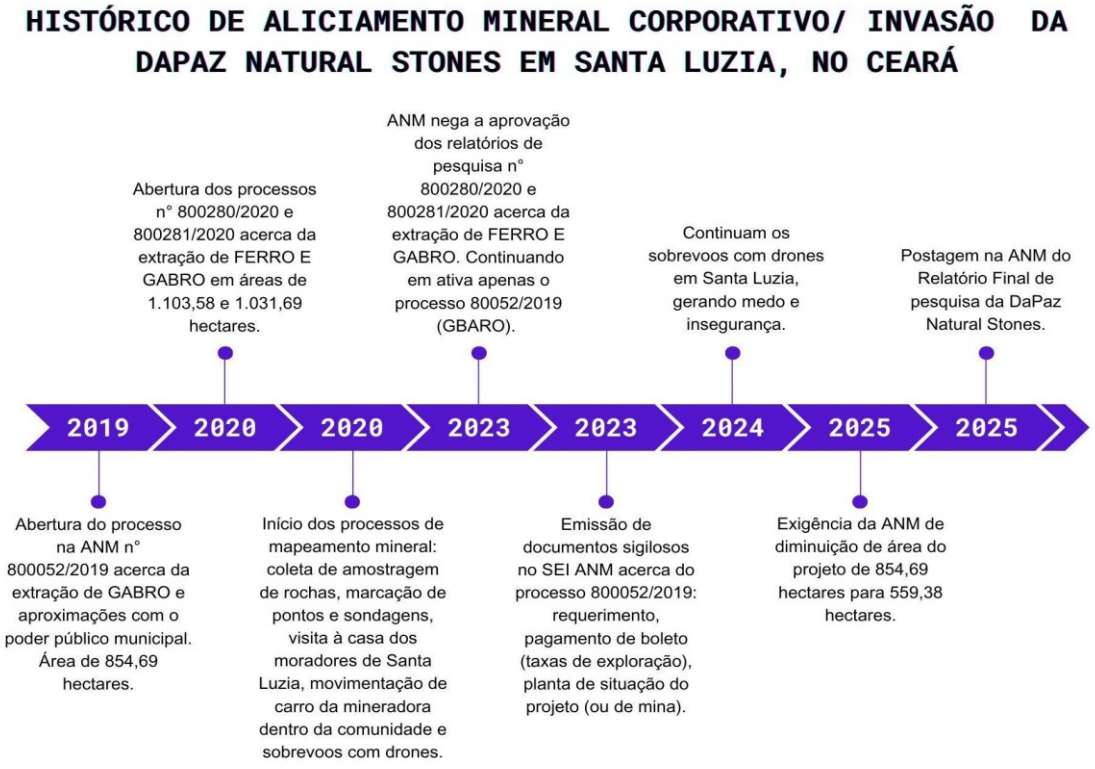
> Desde luego, la eficacia simbólica de esta estrategia está vinculada con la implantación geográfica de los proyectos mineros en zonas relativamente aisladas o caracterizadas por una escasa densidad poblacional, todo lo cual construye escenarios de fuerte asimetría social entre los actores en pugna (Svampa e Viale, 2014, p. 177).

Outro fator fundamental para o estabelecimento de empreendimentos neoextrativistas, evidenciado em duas de nossas entrevistas (com Cajueiro e NB), é a aproximação imediata entre mineradora e poder público municipal. Esse ponto também foi evidenciado pelo NB de Santa Luzia como recorrente no município no atual estágio de especulação na busca de subsolos mineráveis. A cooptação de lideranças, movimentos, sindicatos e associações também é um fator comum na territorialização das empresas

> *A primeira coisa no território, o que um operador faz quando chega é conversar com a presidenta ou o presidente da associação. E ele pode não oferecer nenhum dinheiro em primeiro lugar, naquele primeiro momento, porque eles podem ganhar também de graça. Se ele for oferecer grana, você pode ganhar de graça. [...] outra forma de modus operante deles, que é comum também em todos os lugares, é essa articulação com o Estado. Então, não tenha dúvida de que a mineradora não chega em um lugar sem antes ter dezenas de reuniões com o poder público local, seja ele de esquerda, seja ele de direita, seja ele de centro. Nós temos dito ultimamente que a mineração não explode com o partido, eles conversam com qualquer um e compram qualquer um, de alguma forma* (Cajueiro, 2025).

O perfil aqui sistematizado sobre o que seriam os territórios em aliciamento mineral corporativo foi baseado nas vivências destacadas pela comunidade de Santa Luzia, mas é inegável que as semelhanças ao processo vivido em outras comunidades e a fala da dirigência estadual do MAM (com experiência em outras localidades) e bibliografia utilizada formam um padrão de expropriação territorial típico de empresas mineradoras. Logo abaixo, na imagem da figura 26, apresentamos o percurso de 2019 até 2025 das ações da DaPaz em Santa Luzia. Sinteticamente, este é um quadro das violações e estratégias praticadas, assédios que comprovam o estabelecimento de um Território em Aliciamento Mineral.

Figura 26 – Histórico de Aliciamento Mineral Corporativo em Santa Luzia



Fonte: Sistematizado pela autora, (2025).

Como colocamos na metodologia deste trabalho, nossas principais fontes de informações sobre o trabalho da mineradora DaPaz, se deram a partir da preciosa fala dos sujeitos do território, de análises de documentos publicados pela ANM e do site oficial do empreendimento. As fontes são poucas, as pequenas e médias empresas do setor realmente não detém o costume de gerar forte marketing para si, preferem agir silenciosamente.

4.1.1 Estratégias comunitárias contra o avanço mineral

Enxergar o território
Enxergar a resistência
Pelo direito de ser e existir[49]

As articulações comunitárias iniciaram pela observação das mudanças cotidianas trazidas pelo fluxo de trânsito da mineradora, seja em conversas com moradores ou nas movimentações em busca de amostras para análise. O clima de tensão na comunidade fez com

[49] Canção composta em conjunto na I Escola de Arte e Cultura do MAM, em abril de 2025, em Fortaleza-CE, pela professora Ondò Mainumy Beijaflô de Mãe Preta e cursistas da oficina.

que o Coletivo Arteando (Ver Figura 27), ligado à PJR em Santa Luzia buscasse meios de alertar os demais moradores sobre o risco iminente.

Figura 27 – Bandeira e elementos do Coletivo Arteando

Fonte: Coletivo Arteando (2024). Adaptado pela autora (2025).

A movimentação política com foco no barramento da mineração em Santa Luzia começou e é mantida pela juventude. Os primeiros trabalhos de base comunitária se deram a partir do coletivo Arteando, ligado e criado pelo NB da PJR que abarca jovens de Santa Luzia e Várzea do Toco. São muitas questões que circundam um possível adormecimento da PJR enquanto movimento pastoral na comunidade de estudo. Consideramos que o foco em um problema muito específico e urgente demandou essa (des)articulação da PJR e (re)configuração com o MAM. É evidente, inclusive, pelo fato de os participantes do NB da PJR serem os mesmos após a reconfiguração para MAM.

O Coletivo Arteando nasceu em 27 de maio de 2018, como fruto do trabalho de jovens campesinos/as da PJR, que buscavam espaços artísticos como forma de mostrar sua resistência por meio também da cultura, tendo como base os princípios pastorais. Porém, o coletivo é multifacetado, não abarcando apenas as questões artísticas, mas continuando com as práticas da agricultura e debates em torno da questão política, na crítica aos latifúndios e à outros sistemas que usam a terra como meio de exploração ofensiva. Dessa forma, o coletivo

veio a ser um meio de sistematização das culturas locais e repasse das tradições aos mais jovens, como um meio de preservação das tradições artísticas, a exemplo do reisado, popular na região (na figura 27, percebemos a figura da máscara de reisado presente).

Figura 28 – Núcleo de Base do Coletivo Arteando

Fonte: Coletivo Arteando (2024). Adaptado pela autora (2025).

A PJR em Santa Luzia, que compreendemos aqui como espaço formativo da militância política da juventude camponesa por todo seu contexto envolto à Teologia da Libertação e na educação popular. Principiou a surgir como ideia no ano de 2013, mas só veio a consolidar-se de fato em 2018 na comunidade. A teologia da libertação, junto ao trabalho das CEBs e pastorais sociais apresentam outra dimensão da fé, segundo Santos e Cadena (2025, p. 123):

> [...] a partir de um processo de deselitização da figura de Jesus de Nazaré. Jesus tornou-se camponês, operário/a, negro/a, indígena, pobre, mulher, criança etc. As pessoas a partir da metodologia de educação popular das CEBs, não acreditavam mais que as mazelas sociais eram pela vontade de Deus, mas sim por conta das desigualdades estruturais pungentes.

Dessa forma, a ideia central que construímos durante as análises socioterritoriais correspondentes aos dois agentes territoriais (PJR e MAM) é que no jogo de inserção de militância, a prática pastoral se tornou uma facilitadora para a territorialização do MAM, já que,

os movimentos sociais da igreja seguem ideologias e posicionamentos similares aos dos movimentos sociais de esquerda. Sobre isso, Pedon (2013, p. 201) afirma: “A territorialização dos movimentos socioterritoriais corresponde ao movimento das *intencionalidades* dos indivíduos, produzidas na dialética entre demandas individuais e coletivas” (grifo do autor).

As principais questões acerca disso, resumem-se a entrada de perspectivas tradicionalistas na Diocese de Crateús após a mudança de bispado em 1998, mudança essa radical tendo em vista o trabalho de 34 anos de Dom Fragoso (1964-1998) com a lógica de uma religião que libertaria o povo dos cativeiros espirituais e sociais coronelistas. Pudemos perceber no capítulo dois, em seu primeiro tópico, que o campesinato possui sua própria mística espiritual e religiosa, inteiramente ligada a terra, as águas, a roça, ao trabalho e os demais elementos do seu cotidiano. Quando se tenta homogeneizar a religião, como ocorre em uma concepção de renovação carismática e tradicionalista, os abusos feitos à configuração da fé do outro, tendem a amputar suas pautas e visões de mundo. Realmente, é uma forma de ocultar a realidade em prol de visão fantasiosa de fé, de um misticismo elitista preso aos templos e que tem aversão às ruas e ao povo.

As entrevistadas afirmam que a repulsa das lideranças da diocese (bispo e padres) pelas pastorais sociais cresceu a tal ponto que os membros da PJR e de outras pastorais sociais passaram a ser ridicularizados em diversas ocasiões, percebendo, cada vez mais, que os espaços eclesiais estavam se tornando limitados. Essa afirmativa é interessante, pois, na entrevista realizada com a irmã Sabiá, questionamos se os movimentos e pastorais da Igreja eram limitados pelo seu caráter eclesial. A resposta foi a seguinte:

> *Dependendo da visão do que é religião, né? A religião como tal é fundamentalmente abertura. A religião não é nunca para amarrar a gente, nunca. Uma religião que amarra já não é religião. Porque a religião quer religar. Liga Deus com o povo, liga Deus conosco. Se a religião está sendo empecilho, é porque ela está fora do rumo. Não é essa religião que nos é pedida, né? Então, é ter muito cuidado. A religião é para retirar as amarras que impede a gente de se ligar a Deus.* ***Se eu estou ligada, estou amarrada, não posso viver o amor, a fraternidade, a justiça. Então, essa religião é falsa*** (Irmã Sabiá, 2025).

Para o NB, a busca por outros espaços se tornou imprescindível para a sobrevivência do grupo, principalmente com a chegada da mineração, já que suas questões sobre o problema não foram levadas em consideração pela cúria

pela própria estrutura da Igreja Católica, tem algumas, acho que visões de mundo, tem alguns jeitos de se fazer com o povo que acabam nos limitando. a gente não queria e não quer se limitar apenas a esse espaço da Igreja para a gente atuar como juventude, assim. Então, acho que o principal é aí, quando a gente começa a se deparar com esse nosso querer ser, querer

assumir a nossa identidade, mas também querer denunciar aquilo que a gente entende como opressão e a Igreja não concordar com tudo, com todas as nossas ideias, né? E esse acho que foi o principal embate, assim, nesse momento de afastamento mesmo, né? (Malva, 2025).

Mesmo assim, o NB afirma que o espírito pastoral continua, mas perceberam ao longo de seus percursos dentro da Igreja Católica, a falta de espaço para suas pautas específicas. A primeira estratégia comunitária foi assim, feita a partir do coletivo Arteando, em busca de compreender concretamente o que se instalava aos poucos no território, configurando o princípio da organização comunitária

> *Assim que a gente soube que a mineração estava chegando, foi em 2020, né? No momento da pandemia. Que foi quando eles chegaram aqui na nossa família pedindo assinatura de terra, que queriam fazer uma pesquisa. E aí, por esse conhecimento que a gente já teve com a EFA*[50] *de saber o que era a mineração lá, a nossa família não aceitou, né? E aí, nós, naquela época, não se reuníamos. Nós do Coletivo Arteando, a gente fazia reuniões virtuais. E aí, os meninos, que eram da Vaz do Toco, começaram a mandar mensagens no grupo, dizendo que lá tinha acontecido a mesma coisa, né? Que a mineração tinha chegado lá. E aí, a gente começou a se encontrar virtualmente, procurar o MAM para entender, enfim, essas coisas. Esse foi um momento bem desafiador, porque a gente não conseguiu, nessa época, reunir a comunidade* (Angico, 2025).

O trabalho de base feito pelo MAM em Quiterianópolis, no caso da extração de ferro e sua repercussão no âmbito cearense, e principalmente nas regiões dos Sertões de Crateús e Inhamuns fez com que, prontamente o NB procurasse a dirigência estadual, Cajueiro argumenta que muitas localidades se tornaram próximas do MAM no período da pandemia do COVID-19, com o crescimento do processo de aliciamento territorial minero-corporativo, a demanda pela formação de militantes crescia cada vez mais.

Sendo assim, a criação de um movimento social especializado traz refúgio aos territórios minerados e em aliciamento. Claro, existem espaços onde as articulações tornam-se difíceis, principalmente pela falta de um processo articulatório primário. Como percebemos até a presente escrita, esse caso não ocorreu em Santa Luzia, proporcionando uma territorialização do MAM com maior facilidade. E aqui, facilidade não significa temporalmente rápido, mas um alicerce firme de construção.

Após os contatos iniciais em 2020, o NB do MAM em Santa Luzia se solidificou apenas no ano de 2024, como foi informado pelas pessoas entrevistadas. Foram elencados pelas entrevistadas do NB, o passo a passo das estratégias para territorializar o MAM na comunidade.

[50] Escola Família Agrícola Dom Fragoso (EFA).

As estratégias vão desde a troca de informações dentro da comunidade até a articulação com outros agentes municipais e regionais, publicação de matéria jornalística no portal Brasil de Fato (“Mulheres e mineração: das afetações às resistências”) e formação contínua dos militantes.

Outro marco fundamental na luta foi a construção da I Assembleia Popular na Mineração na comunidade, em 2022. Foi o primeiro evento oficial do MAM na localidade, organizado pelo coletivo Arteando. Além disso, em 2024, foi iniciada a primeira turma do Formação de Educadores Populares em Saúde (AGPOP SUS) na comunidade. O programa foi lançado pelo Governo Federal e visa o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua democratização junto aos saberes populares. O AGPOP SUS nesse contexto, passou a ser local privilegiado de discussão sobre saúde e mineração (Figura 27).

Figura 29 – Histórico de principais estratégias de resistência de Santa Luzia

Fonte: Sistematizado pela autora (2025).

Aos poucos, um assunto que causava apreensão até mesmo em moradores que eram contra a mineração, tornou-se um debate essencial no território, por conta da insistência no trabalho de base. Claramente, no processo de aliciamento em Santa Luzia, existem famílias que se tornaram aliadas e assinaram os termos de autorização de pesquisa com convicção fantasiosa de uma suposta melhora de vida. Outros moradores também assinaram sem saber exatamente

com o que estavam concordando, as informações chegavam de forma tímida ao NB no início das mobilizações.

> *[...] em 2021, a gente começou a aproveitar dos espaços que a gente tinha. Então, chegava numa conversa ali com as pessoas, puxava assunto para entender, as pessoas chegavam falando também. No momento da igreja, assim, que eu lembro que teve até uma celebração que a gente começou a falar sobre isso, né? E a galera foi contando e tal. Que fulano tinha chegado lá e tinha feito a pesquisa e tinha assinado um documento que nem tinha lido o documento, que tinha chegado lá dizendo não, é só para nós passarmos no seu terreno. E aí, assinou um documento autorizando a pesquisa, né? E aí, a gente foi começando a conversar com as pessoas, né? Explicando que tinha sido uma mentira, que tinha sido enganado* (Malva, 2025).

Assim, como forma de contribuir com o fortalecimento da metodologia de luta comunitária e a reafirmação de um território ocupado, uma das propostas desta pesquisa foi construir uma cartografia social da comunidade, com o objetivo de reforçar cartograficamente seus usos múltiplos, tendo em vista que os empreendimentos os entendem enquanto "territórios vazios". Como percebemos no tópico anterior, Santa Luzia não foi mencionada no relatório final de pesquisa, apesar de existir há décadas no território. Reafirma-se através dessa inviabilização a noção empresarial sobre os espaços, vistos apenas como recursos comerciais vazios de sujeitos.

A atividade de cartografia social teve início no ano de 2024, no primeiro trabalho de campo a comunidade, onde foram mapeados cento e quatorze pontos nas seguintes categorias: áreas de roçado, espaços de cultura e lazer, áreas de saúde, serrotes, caldeirões, quintais produtivos, pontos históricos (patrimônios), açudes, riachos, igrejas e associação e sindicato dos agricultores (ver quadro com especificações no Apêndice E).

Foi compreendido por meio dessa atividade que a cartografia social é mais do que marcar pontos para defender um território, mas é também um espaço de escuta, diálogo, aprendizado e tecnologia política para o território. Nesse caso, a pesquisadora ou pesquisador aprende e reconhece de fato o objetivo desse método e a pesquisa ganha cada vez mais significado ao constatar a relevância para o local estudado, afinal, quem pesquisa aprende a observar melhor os muitos sentidos de uma paisagem camponesa, desde suas estruturas rochosas, até as suas lendas mais íntimas. Para Acselrad (2014, p.6-7) a cartografia social é construção histórica e coletiva, além disso, é forma de representar os conflitos pungentes

> [...] nos mapas que procuram incorporar a historicidade dos processos sociais, o espaço torna-se um vasto tabuleiro de xadrez sobre o qual os sujeitos sociais evoluem, se deslocam, se orientam. A delimitação do espaço torna-se, assim, não mais um meio de representá-lo simplesmente pelos objetos geográficos que o compõem, mas pelos

> conhecimentos associados a seu uso e pela intenção política que preside a sua apropriação.

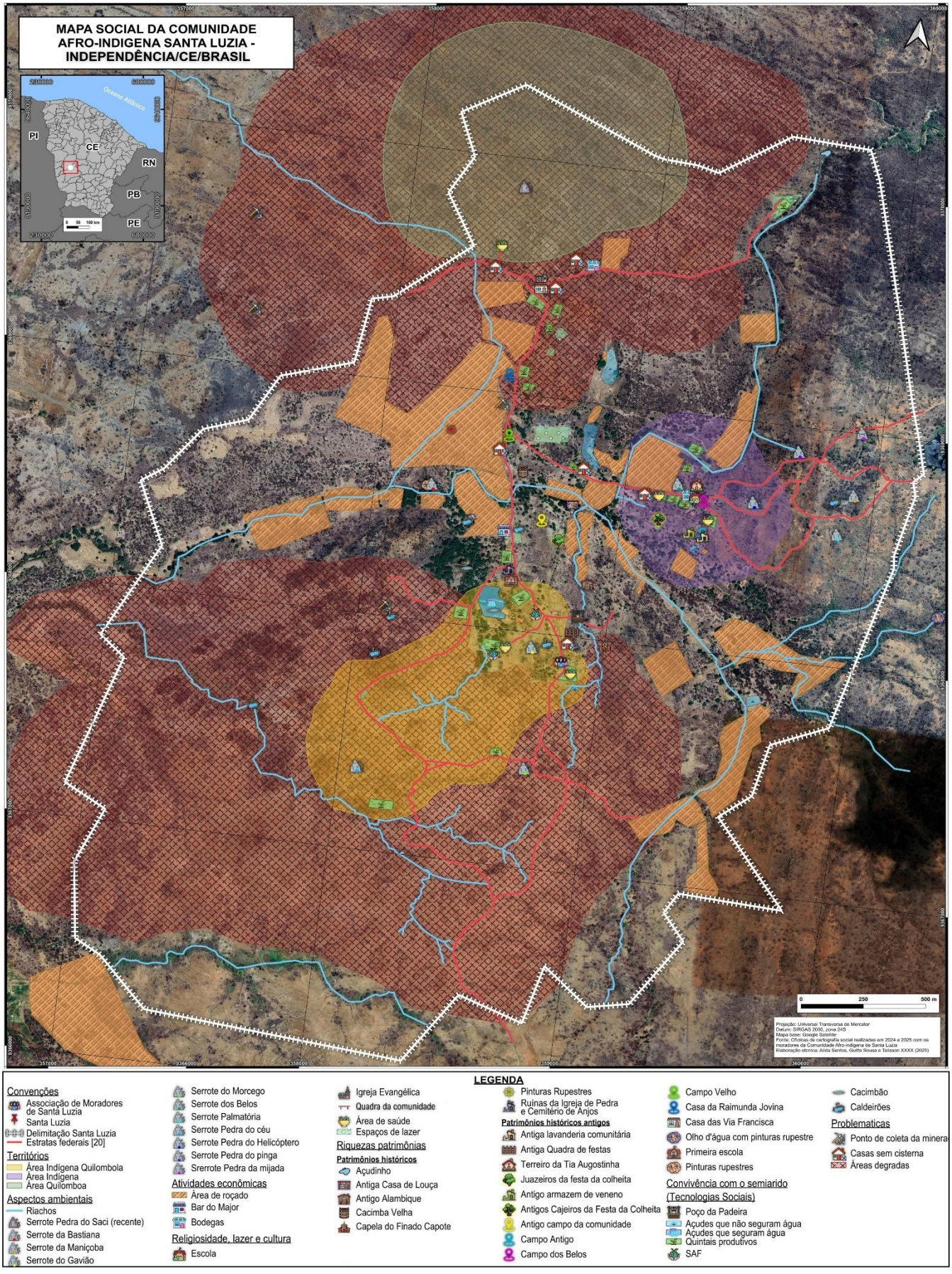
Essa metodologia se mostrou como uma estratégia que auxilia na afirmação das identidades territoriais e no exercício da espacialização dos objetos geográficos em uma base de dados de difícil entendimento no primeiro momento, devido à grande dimensão territorial. Mesmo com as dificuldades escalares, o reconhecimento intenso e cotidiano do território pelos sujeitos tornou o caminhar da atividade mais fácil a cada passo.

Afirmamos aqui que existiram múltiplas participações na elaboração desta cartografia, mas é inegável que a participação da juventude e a participação feminina foram massivas. As mulheres, jovens e adultas, deixaram suas casas e seus afazeres domésticos, seus quintais produtivos e demais trabalhos para construir conosco uma pesquisa que visa contribuir com um projeto de soberania popular na mineração em Santa Luzia. Essa cartografia social é a representação de um território que ousa afirmar querer ser livre de mineração, e por isso, mostra-se como grande espaço de cultura, produção, espiritualidade, identidade e afetividade. Dizer não à mineração é reafirmar todos os dias os símbolos territoriais, essa é a maior estratégia que Santa Luzia desenvolve.

Outro fator que torna a cartografia social como elemento interessante no processo de luta, é sua intencionalidade de evidenciar um diferente tipo de padrão cartográfico, tirando do foco o sentido único do lugar que é habitado e revelando suas facetas dos múltiplos sentidos e funções daqueles territórios que são considerados pelos saberes hegemônicos como vazios. Silva (2024, p. 33) afirma “A cartografia social, também conhecida na literatura internacional como contra-mapeamento, pode ser compreendida como uma abordagem crítica que desafia as normas estabelecidas e os preconceitos inerentes às práticas cartográficas tradicionais”.

Na etapa de validação de dados, ocorrida entre maio e junho de 2025, foram acrescentados mais alguns pontos e outros corrigidos, totalizando cento de cinquenta e três pontos cartografados. Em conjunto com os moradores, decidimos diversificar as categorias antes mencionadas, pois percebemos que a diversidade dos objetos territoriais estava ficando ocultada pelos enquadramentos dessa compartimentação. Dessa forma, para melhor visualização das especificidades dos pontos mapeados pela cartografia social, elencamos alguns pontos por seus nomes próprios (a particularidade de cada ponto está na quadro do apêndice E). No mapa final (Figura 30), as categorias ficaram divididas em: convenções, territórios, aspectos ambientais, aspectos econômicos, espaços de lazer, esporte e cultura, patrimônios históricos, convivência com o semiárido (tecnologias sociais) e fragilidades territoriais. Foram mapeados uma média de 147 pontos.

Figura 30 – Mapa social da comunidade camponesa de Santa Luzia – Independência



Fonte: Elaborado pela autora(2025).

A cartografia social dos usos múltiplos de Santa Luzia teve como pivô inicial perceber o que seria afetado com a instalação de atividades mineradoras, além de evidenciar um território que não é vazio. Relembramos a discussão do capítulo anterior. A comunidade não está presente, por nomenclatura, no relatório de pesquisa mineral, e isso indica a intencionalidade de afirmar um território como ausente de existir, uma ausência de territorialidade, passível a ser territorializado por outra que assuma o papel de poder, por meio de técnicas e tecnologias políticas de controle e medição (Elden, 2016).

As categorias foram pensadas no processo do fazer comunitário, pois foi avaliado que tudo seria afetado com a instalação da mina. Os ajustes e compactações em grupos orientaram-se à vista de organizar didaticamente os conjuntos de pontos.

A categoria "Territórios" foi demandada pela comunidade, devido a urgência e necessidade de delimitar os núcleos étnicos historicamente construídos e produtores de saberes e cultura. A demarcação no mapa, não significa que esses núcleos são isolados uns dos outros, pelo contrário, Santa Luzia, assim como em outras comunidades camponesas de pequena população, tem a particularidade de ter ramificações familiares com quase todos os moradores. Dessa maneira, existem os núcleos apontados como principais no aquilombamento, outro relacionado a miscigenação afro-indígena, e outro com maiores traços e ancestralidades indígena. Além disso, existe o núcleo de ramo português, com a presença da miscigenação com as outras populações.

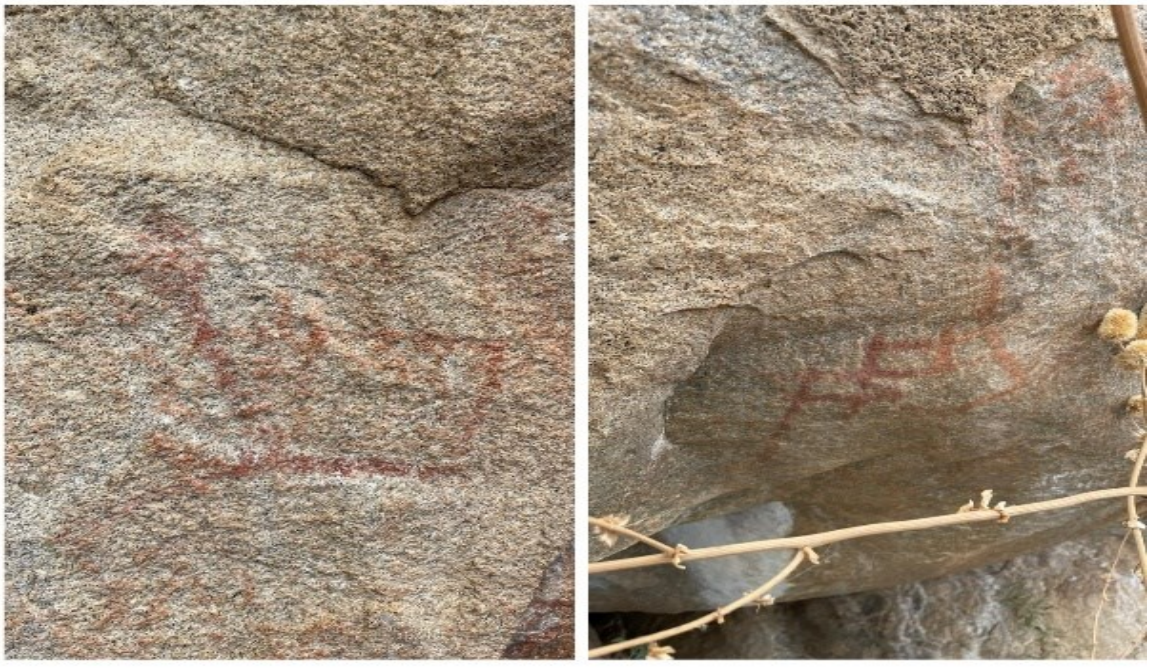
Os "Aspectos Ambientais" referem-se aos rios e as formações de aglomerados de rochas graníticas, nomeados pelos sujeitos como "Serrotes". Os serrotes, pelos debates durante a cartografia, podem ser categorizados de muitas formas (locais de lazer, espiritualidade, patrimônios/ memória...). Optamos por colocar em aspectos ambientais, pois assim não há anulação dos demais sentidos, fechando-os em outros grupos, assim como não há anulação nos múltiplos sentidos dos rios e riachos.

As "Atividades Econômicas" demonstram as potencialidades produtivas e comerciais comunitárias, com destaque para as áreas de roçado (36) dentro e fora da comunidade (área de arrendamento, em que a roça está fora do limite da cerca, na comunidade do sabonete). A produção é variada: milho, cana de açúcar, amendoim, palma, melancia, jerimum etc. Os produtos servem para consumo próprio (principal destino), consumo animal, trocas e comercialização. A instalação de pequenos comércios, bodegas e venda de lanches expande-se aos poucos, pela distância da comunidade ao centro do distrito de Iapi e da sede municipal.

Em “Espiritualidade, Lazer e Cultura” estão a Igreja Católica (a padroeira é Santa Luzia) e Igreja Evangélica Assembleia de Deus como representações da cultura e religiosidade cristã. O terreiro da Igreja Católica é visto também como espaço de lazer, local onde ocorrem as festas, sendo elas religiosas ou não, configurando-se como uma típica centralidade de ações no meio camponês. A “quadra da comunidade” é um local de festas, geralmente cimentado. Nas quadras, acontecem forrós e comemorações coletivas culturais. As “áreas de saúde” são lugares onde residem as meziheiras e rezadeiras, mulheres que atuam com a arte da medicina tradicional das ervas, por conta disso, algumas áreas de saúde estão dentro de quintais produtivos. Outras áreas de lazer, delimitadas pelo quadrante azul claro, são quadras de forró, campos de futebol e o Malhada do Poço.

Os “Patrimônios Históricos”, são destacados pela comunidade como espaços fundamentais para a compreensão histórica da formação territorial de Santa Luzia, por meio das marcas estruturais deixadas por algumas ruínas coloniais, locais onde existiam o alambique, a lavanderia comunitária, o armazém de veneno, acionam uma temporalidade que é relembrada e conservada principalmente pela oralidade em momentos coletivos. O termo “patrimônio” não foi indicado pelos pesquisadores, os próprios indivíduos demandam que esses lugares sejam referidos como tal. As pinturas rupestres (Figura 31) estão espalhadas por serrotes. Ainda não há estudos acerca dos grafismos em Santa Luzia, mas o processo de conservação e conscientização já caminha a partir dos moradores.

Figura 31 – Pinturas rupestres em Santa Luzia



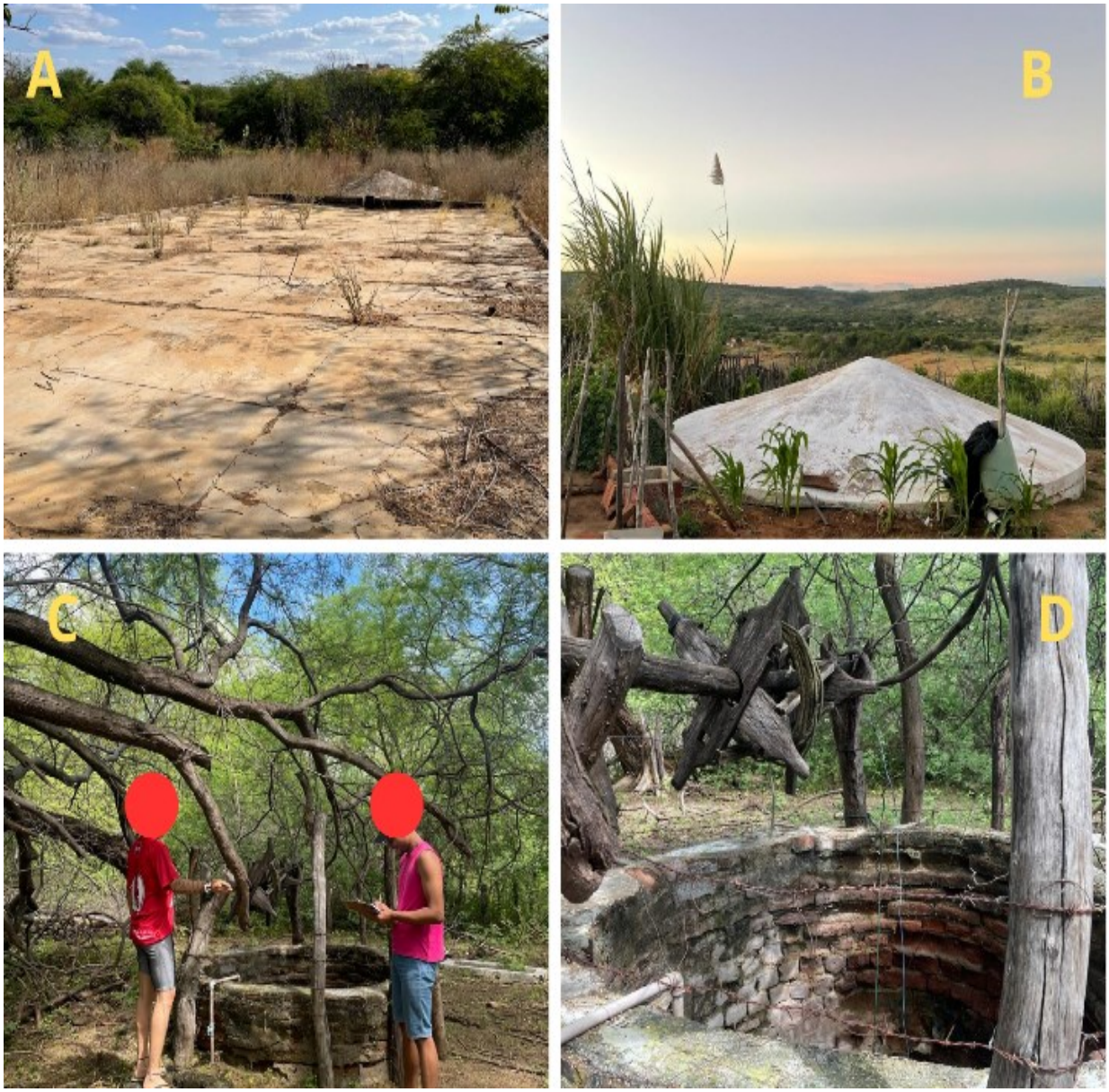
Fonte: acervo da autora (2024).

Em “Convivência Com o Semiárido (tecnologias sociais)”[51], apontamos as estruturas que auxiliam a permanência no campo. Segundo os relatos de moradores, a água encanada chegou em Santa Luzia apenas em 2017, assim, o uso das cisternas de placa e calçadão e dos poços foi primordial para o sustento das famílias, principalmente nos períodos de estiagem. Na figura 30, imagem A e B, temos a estrutura de duas cisternas de calçadão em duas residências visitadas, na imagem C e D, a estrutura do poço utilizado pela maioria da comunidade antes da chegada da água encanada, servia para banho, cozinhar alimentos, abastecimento animal e dos quintais produtivos.

Os caldeirões e cacimbões são espaços coletivos, sendo o primeiro uma estrutura natural, e o segundo com um porte e feitura similar ao poço profundo. Eram utilizados, principalmente para abastecimento animal e espaço coletivo de mulheres para a lavagem de roupas. Os dois Sistemas Agroflorestais mapeados foram implantados na comunidade por meio da parceria do Governo Federal junto à We Word (projeto Alimento no Semiárido) (ver Figura 32).

Figura 32 – Exemplos de tecnologias sociais em Santa Luzia

[51] Segundo Baptista e Campos (2014, p. 52-53) “Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo bem à natureza e cuidando de sua conservação. Conviver com o Semiárido não significa apenas empregar tecnologias diferentes, quer sejam baratas ou caras. Significa abraçar uma proposta de desenvolvimento que afirma ser o semiárido viável [...] e que haja políticas públicas adequadas”.



Fonte: Acervo da autora (2024 e 2025)

Figura 33 – Sistemas agroflorestais de Santa Luzia

Fonte: acervo da autora (2025).

Identificamos como “Fragilidades Territoriais” questões acerca do conflito com a mineração, casas sem cisterna (perda da autonomia produtiva e de consumo e vulnerabilidade social) e a intensa desertificação do solo, que impede a expansão das áreas de roçados individuais e comunitários, é por conta da desertificação, que uma boa porção de agricultores de Santa Luzia, buscam áreas de roçado via arrendamento na comunidade do Sabonete, na grande mancha de roçado fora dos limites da cerca, ilustrado na cartografia social. As áreas de mineração foram identificadas pelos moradores pelas marcas deixadas pela DaPaz no processo de pesquisa mineral.

A atividade encerrou de forma exitosa (figura 31), e avaliamos como positiva o seu desenvolvimento durante o tempo de pesquisa, além disso, a comunidade informou que desde 2024, após nossa primeira atividade de cartografia, se tornara muito mais fácil reunir os sujeitos para desenvolver outras ações acerca do tema e outros tipos de mapa comunitário, a exemplo dos mapas mentais.

Figura 34 - Término da atividade de cartografia social de Santa Luzia (validação, correção e adição de dados)

Fonte: Acervo da autora (2025).

Diante do exposto, analisamos que o percurso estratégico de formação do núcleo de base de Santa Luzia possui uma configuração interessante, inicialmente, pensávamos que a PJR estaria desarticulada ou quase inexistente no território, pois a pauta mineral tornou mais urgente a adoção de outros objetivos e movimentos para o NB e que a falta de identificação pastoral teria culminado em sua quase extinção na comunidade. Na verdade, chegamos a uma conclusão, pela fala dos sujeitos e por suas ações, que a única maneira encontrada para expor a questão de aliciamento mineral fora a alocar suas atenções e forças articulando-se inteiramente ao MAM. Além disso, não podemos afirmar a extinção da PJR em Santa Luzia, pois o coletivo Arteando continua sendo a maior representação de movimento juvenil da localidade.

Dessa forma, as estratégias territoriais apresentadas e refletidas, são apenas alguns poucos e principais pontos que podemos trazer aqui, diante da complexidade organização que vem ocorrendo desde 2020. A comunidade segue em ritmo de defesa em suas terras, territórios, rios, modos de existir e corpos-territórios (Haesbaert, 2023). Os camponeses e camponesas não fazem distinção entre si, e aquilo que é vivo na externalidade de seus corpos, tudo é uma

simbiose. Até mesmo o ato de caminhar entre as roças e matas da caatinga, apresentam de forma diferente, o respeito ao afastar o espinho, o galho e os bichos, pois aquilo é extensão de si. São elementos sagrados e cotidianos, independente de qual religião tenha, a Terra/terra é mãe e tudo oferece. Por este fato, as estratégias urgem por serem feitas logo, de serem expostos aqueles que afetam negativamente um ser que alimenta e abriga outros seres. Do que adianta controlar o território e não controlar o subsolo? Essa é a bandeira de luta urgente para que evitemos a criação de novas territorialidades em aliciamento mineral corporativo.

5 CONCLUSÃO

Nosso principal objetivo de pesquisa foi compreender a formação dos Territórios em Aliciamento Mineral Corporativo, considerando que a intencionalidade das práticas neoextrativistas já é produtora de conflitos nos territórios camponeses. Através de revisão bibliográfica, análise documental e trabalhos de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas, participação das atividades do MAM e PJR, observação da paisagem e construção de uma cartografia social, compreendemos que a PJR e o MAM se articulam para resistir à expansão da fronteira mineral em Santa Luzia.

A mineração no município de Independência já é uma realidade em outras regiões, inclusive, próximas à comunidade de Santa Luzia. Como foi analisado no capítulo 2, a expansão de atividades neoextrativistas nos sertões cearenses crescem a tal ponto, que 30% do território está mapeado por mineradoras nacionais e estrangeiras e a tendência tende a aumentar, tendo em vista a falsa transição da matriz energética e a posição de terceiro lugar no ranking nacional de exportações de rochas ornamentais que o estado ocupa. Dessa forma, o avanço de mineradoras, sertões e metrópoles adentro, cria espaços de desordem não analisados com atenção até o presente momento, ficando em destaque principal, pelo meio acadêmico, os territórios já minerados.

Estes espaços e territórios, antes já desorganizados por suas próprias matrizes de fundação espacial, alicerçadas no coronelismo e concentração fundiária, adentram em novos conflitos por não terem autonomia no controle do subsolo que estão inseridos. Apenas com a criação de movimentos sociais, que visam a criação dos contra-espaços hegemônicos, como é o caso do MAM e PJR, percebemos a urgência de expor, cientificamente, as espoliações ocorridas nos territórios aliciados por mineradoras, já que, historicamente, as pautas sociais trazidas para o âmbito acadêmico, nascem a partir das reivindicações populares.

Foi evidenciado ao longo da pesquisa que a padronização das operações da mineradora DaPaz Natural Stones na comunidade de Santa Luzia, após sistematizadas, apresentaram-se como modus operandi de empresas neoextrativistas em fase inicial de expropriação territorial. Nossa participação nos eventos formativos do MAM, ligada à vivência no lócus de estudo, ao longo dos dois anos de reflexão sobre o tema, salientaram as bases para a formação do conceito fundamentado, trazendo a urgência de uma discussão e firmação de uma padronagem acerca do tema de mapeamento mineral, a fim de percebê-lo como nocivo às territorialidades tradicionais que se encontram distantes dos centros urbanos, polarizadores das

decisões políticas e informacionais, revelando que a escolha locacional para a jazida, não é de todo aleatória.

Portanto, construímos uma caracterização do que seriam, em debate e reflexão inicial, os Territórios em Aliciamento Mineral Corporativo a partir de Santa Luzia. Desse modo, se constituem como territorialidades envoltas a uma fase inicial de introdução de novos objetos neoextrativistas em sua configuração territorial habitual, de matriz agropecuária ou proletária. Durante o processo são percebidos pela população violações que se transformam em frequentes e projetam-se, a cada dia, em verdadeiras desordens a favor da consolidação do empreendimento. Nesse contexto, não existem, de forma alguma, espaços de escuta democrática, tudo transita entre imposição, violência moral, simbólica e territorial.

Foi constatado que o maior impacto nesta fase é a divisão comunitária estabelecida propositalmente pela empresa mineradora, com o objetivo de criar aliados e isolar quaisquer movimentos que tentam unificar e organizar a população contra a extração em questão. Os artifícios utilizados pela DaPaz Natural Stones são comuns em outras regiões, como é o caso da falsa oferta de empregos e estabilidade após a alocação da laboração mineira. Como foi exposto, até mesmo às mulheres da comunidade foi oferecido o trabalho de lavar as roupas dos trabalhadores que iriam atuar na extração de gabro. Observa-se, assim, a constante prática de ofertas de emprego de baixa remuneração às populações em territórios em aliciamento mineral corporativo.

Nossa metodologia se mostrou satisfatória, pois a partir da abordagem qualitativa, evidenciada por meio das entrevistas pautadas nas experiências individuais e coletivas acerca da percepção sobre a infiltração e invasão da empresa na comunidade, conseguimos obter um outro padrão de aliciamento que nos pareceu bastante comum: a dúvida e incerteza sobre o futuro. No relatório final analisado, os pontos de sondagem e pesquisa mineral espalhados pela paisagem de Santa Luzia expressa a área de interesse, mas não apresenta um plano de manejo territorial ou plano de mina. Diante desse fato, não conseguimos constatar se haverá remoção da população. Porém, pela apresentação dos dados em relatório e com os mapas feitos nesta pesquisa, é perceptível a passagem do quadrante de espoliação por cima de todas as casas dentro da área de interesse, trazendo aos sujeitos a inquietação a respeito de uma expulsão de seu território ancestral.

Em meio a implantação forçosa desse padrão extrativista, consideramos a PJR – coletivo Arteando e o MAM como dois movimentos socioterritoriais essenciais no quesito organizativo popular contra o avanço da territorialização do empreendimento. A PJR enquanto formadora de militâncias políticas e eclesiais e o MAM como movimento específico e urgente

ao problema mineral em Santa Luzia. A combinação dos dois agentes a partir do trabalho de base apresentou-se como satisfatória pela comunidade em reuniões de avaliação coletiva, onde o MAM apareceu positivamente como parceiro de luta territorial.

Diante de todos os fatos e relatos informais que colhemos antes dos trabalhos de campo no lócus de estudo, no primeiro ano de pesquisa, sentimos a necessidade de transpassar a ideia de uma escrita meramente informativa e descritiva. Assim, decidimos propor uma cartografia social dos usos múltiplos da comunidade, a fim de contribuir epistemologicamente e cartograficamente com as pautas de reivindicação dos moradores, tendo em vista que o mapa social é um documento valioso em processos de conflitos territoriais. A proposta foi bem aceita e vista como ferramenta importante na luta contra-hegemônica, para que Santa Luzia seja um território livre de mineração.

Os discursos neoextrativistas apontam comunidades rurais e urbanas de seu interesse como "não desenvolvidas" e "vazias", podendo serem, facilmente, realocadas à espaços alheios às suas realidades com o consentimento dos estados e município em prol do desenvolvimento do setor de commodities minerais. A cartografia social como lócus privilegiado de íntima descrição das formas territoriais, eclode e esvazia o discurso neoliberal de saque, quando exprime o anúncio de desastre que será firmado caso o empreendimento seja aceito, pois todos os modos de vida podem ser potencialmente destruídos.

A presente pesquisa teve inúmeras limitações durante sua feitura, a principal foi a falta de dados sobre a mineradora em destaque, a DaPaz Natural Stones. Até mesmo em seu site oficial existem pouquíssimas informações sobre seu funcionamento, faturamentos anuais e destinos de exportações. Assim, nos limitamos aos dados encontrados no site Econodata e às poucas matérias jornalísticas. Outra limitação presente, foi a morosidade em localizar informações oficiais sobre o caso de pesquisa mineral nos órgãos governamentais. Procuramos um contato direto com a ANM e SEMACE, mas não obtivemos nenhum resultado. Só algum tempo depois, por meio de muitas pesquisas, conseguimos encontrar alguns documentos no site da ANM e na plataforma Jazida.com.

A proposta de reflexão a respeito dos territórios em aliciamento mineral corporativo segue em aberto a pesquisas que identificam os conflitos e criticam a invasão inicial de mineradoras a quaisquer comunidades que se sintam ameaçadas e violentadas pelo padrão do modelo mineral brasileiro vigente. Esse conceito não está acabado e talvez não consiga se adequar a todas as realidades, assumindo sua necessidade de lapidação e reorganização de ideias.

Por fim, tivemos a intenção de produzir uma pesquisa engajada junto à comunidade e aos movimentos que acolheram nossa proposta de trabalho, pois enxergamos a pesquisa acadêmica como instrumento ímpar na construção de um projeto de autonomia e exigência de direitos em territórios expropriados ou em processo de expropriação. Podemos constatar que a inserção de pesquisadoras/es em comunidades afetadas juntos aos movimentos sociais contribuem diretamente na eclosão das informações e dados dos padrões de violências sofridos pelos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.). **Neoextrativismo e Autoritarismo**: afinidades e convergências. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2022. 331 p.

ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas Territoriais, Empresas e Comunidades**: o neoextrativismo e a gestão empresarial do "social". Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2018. 287 p.

ACSELRAD, Henri. **Sobre os usos sociais da cartografia**. 2014. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf. Data de acesso: 20 jun. 2025.

ADECE, Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. **Panorama do setor mineral do estado do Ceará**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2022. 83 p.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **Encíclicas Sociais**: um guia de leitura. São Paulo: Paulinas, 2023. 376 p

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. **Comissão das Borboletas**: a ciência do império entre o Ceará e a corte 1856 - 1867. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003. 112 p. (Coleção Outras Histórias).

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. **Os Ziguezagues do Dr. Capanema**: ciência, cultura e política no século xix. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 372 p.

ALVES, Pe. Antonio Aparecido. **Doutrina Social da Igreja**: um guia prático para estudo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2020. 150 p.

ARAÓZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na américa como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020. 318 p.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO**: autonomia e protagonismo social. Brasília: Iabs, 2013. Cap. 4. p. 51-58.

BRASIL, Conferência Nacional dos Bispos do. **A Igreja e a Questão Agrária Brasileira no Início do Século XXI**. São Paulo: Paulinas, 2014. 128 p.

BRASIL *et al*. **Minerais estratégicos e elementos terras-raras são tema de palestra do Centro de Tecnologia Mineral**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2020/10/minerais-estrategicos-e-elementos-terras-raras-sao-tema-de-palestra-do-centro-de-tecnologia-mineral. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Nº 318. Relator: Consultoria Jurídica. Brasília, DF de 1967. **Decreto-Lei Nº 318, de 14 de Março de 1967**. Dá nova redação ao preâmbulo e a dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.. Brasília, 14 mar. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227compilado.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL DE FATO. **Movimento pela Soberania Popular na Mineração completa 10 anos e faz live nesta segunda (11)**: o mam surgiu no pará em luta contra a vale e hoje atua em 14 estados brasileiros; live ocorre às 20h pelo youtube. O MAM surgiu no Pará em luta contra a Vale e hoje atua em 14 estados brasileiros; live ocorre às 20h pelo YouTube. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/04/11/movimento-pela-soberania-popular-na-mineracao-completa-10-anos-e-faz-live-nesta-segunda-11/. Acesso em: 20 abr. 2025.

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativeiro e da Libertação**. Lisboa: Multinova, 1976. 255 p.

CARVALHO, Abdias Vilar de. **A Igreja Católica e a Questão Agrária**. In: PAIVA, Vanilda Pereira (org.). **Igreja e Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1983. Cap. 3. p. 68-109. (Seminários Especiais).

CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamnuns**: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil - 1700 - 1930. Fortaleza: Edições UFC, 1980. 213 p. (Retratos do Brasil).

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. 2. ed. Marabá: Iguana Editorial, 2017. 158 p. (A Questão Mineral no Brasil Vol 1).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Brasil) (org.). **A Missão da Pastoral Social**. 2. ed. Brasília: Edições CNBB, 2008. 135 p.

CORRÊA, Roberto Lobato et al (org.). **Geografia Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 352 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre, Artmed, 2007.

DINIZ, Aldiva Sales. Contribuições teóricas para a compreensão do campesinato. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 12, n. 01, p. 35-46, 2010. Disponível em: https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/29. Acesso em: 05 mar. 2025.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015. Disponível em: https://www.furb.br/_upl/files/ppgdr/Territorios%20de%20diferena.pdf Acesso em: 21 jun. 2025.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; FERREIRA, Natália Moreira; MIFARREG, Iesmy Elisa Gomes. Território da mineração: uma contribuição teórica. **Revista Brasileira de Geografia**, [S.L.], v. 62, n. 2, p. 67-93, 16 abr. 2018. IBGE. http://dx.doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2017_n2_p67-93. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330569112_Territorio_da_mineracao_uma_contribuicao_teorica. Acesso em: 02 mar. 2024.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo Rural e Geografia**: geografia agrária no brasil: 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2002. 462 p.

FIOCRUZ. **PA – Perversidades sociais e ambientais no caminho da Estrada de Ferro Carajás**. 2019. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-perversidades-sociais-e-ambientais-no-caminho-da-estrada-de-ferro-carajas/ . Acesso em: 10 out. 2024.

FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante; SETTE JUNIOR, Luiz Machado. Estágio e Grau de Internacionalização de Empresas: Um Estudo no Setor de Rochas Ornamentais e de Revestimento no Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 382-397, 01 out. 2024.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terra Plural**, [*s. l*], v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/download/6155/4366/24183. Acesso em: 05 mar. 2025.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado**: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia, v. 14, n. 28, p. 139-152. mai./ago 2004.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 128 p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Lpm Pocket, 2016. 396 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. A GEOGRAFIA E A PESQUISA CRÍTICA DO MODELO DE MINERAÇÃO NO BRASIL. **Revista Mutirõ**: Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, Recife, v. 2, n. 2, p. 66-87, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/mutiro/article/view/252021. Acesso em: 01 mar. 2024.

GUIMARÃES, Luiz Ernesto; LANZA, Fabio. **A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O CONTEXTO LATINO-AMERICANO**. VII Sepech-Seminário de Pesquisa Ciências Humanas, Londrina, 2008. Disponível em: http://www.pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/enfojan_2015/DOC-7-A TEOLOGIADA-LIBERTACAO-E-O-CONTEXTO-LATINO-AMERICANO.pdf. Acesso em: 08 dez. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.USP, Departamento de Geografia, 20-26 de março de 2005.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari**. GEOgraphia, 4(7), 7-22. 2002. https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/ de(s)colonial na "américa latina". Buenos Aires: Clacso, 2021. 396 p.

HÖNKE, Jana. As multinacionais e a governança da segurança nas comunidades: participação, disciplina e governo indireto. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades**: o neoextrativismo e a gestão empresarial do social. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2018. Cap. 4. p. 107-130.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Os territórios da mineração sob a lógica da acumulação financeira no capitalismo contemporâneo. **Geousp**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 718-736, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/ article/view/123788> . doi: 10.11606/issn.2179-0892. geousp.2017.123788>. Acesso em: 25 fev. 2024.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Quadro natural e a ocupação do territorio cearense**. REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, v. 1, p. 93-121, 2017.

MACHADO, Manoel. **Buscando o Tesouro Escondido**. Fortaleza: Gráfica Lrc, 2020. 212 p.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimento socioterritorial: a materialização do conceito**. In: Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2013, pp. 195-233. ISBN: 978-85-393-0418-9.

PENIDO, Mariana Oliveira; IORIO, Gustavo Soares; MAGNO, Lucas. Desastre da Samarco: Desterritorialização e controle territorial em Bento Rodrigues, Mariana/MG. **Ambientes**: Revista de Geografia e Ecologia política, [*s. l*], v. 6, n. 1, p. 225-258, 2024.

PINTO, Raquel Giffoni. Apropriações empresariais das ciências sociais: o caso da responsabilidade social corporativa no setor extrativo. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades**: o neoextrativismo e a gestão empresarial do social. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2018. Cap. 5. p. 131-157.

LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum**: Sobre a Condição dos Operários. 1981. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 10 maio 2024.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo:** a teologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Caderno Crh, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, ago. 2007.

MELO, C. C. F. **A MEMÓRIA DOS CONFLITOS TERRITORIAIS ENTRE FAMÍLIAS NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE NOS SERTÕES DOS INHAMUNS**. In: I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação, 2012, Fortaleza. Educação, Memória e Sociedade. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012. v. 10.

Moreira, Ruy. **SOCIEDADE E ESPAÇO NO BRASIL (AS FASES DA FORMAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA**: HEGEMONIAS E CONFLITOS). *Boletim Paulista De Geografia*. 2017. https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/760

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980. 281 p. Disponível em: https://estudosetnicosraciaisufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/02/09-b-nascimento-o-quilombismo-pag-1-280-1.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL (Brasil). **Relatório Anual Conflitos da Mineração no Brasil 2020**. 2021. 15 p.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL (Brasil). **Relatório Anual Conflitos da Mineração no Brasil 2021**. 2022. 20 p.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL (Brasil). **Relatório Anual Conflitos da Mineração no Brasil 2022**. 2023. 33 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Território e campesinato:** da teoria à práxis. Terra Plural, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 199-211, 2008. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1174. Acesso em: 25 fev. 2024.

PEREIRA, Lorena Iza. A estrangeirização da terra na Paraíba: territorialidades, agentes e dinâmicas. **Revista de Geografia**, [S.L.], v. 38, n. 4, p. 13, 24 nov. 2021. Universidade Federal de Pernambuco. http://dx.doi.org/10.51359/2238-6211.2021.250609. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/250609. Acesso em: 10 jul. 2024.

SAUER, Sérgio; CASTRO, Luis Felipe Perdigao de; ALBUQUERQUE, Ralph de Medeiros. Terra e juventude na América Latina: entre lutas, violências e conflitos. **Eutopía, Revista de Desarrollo Económico Territorial**, Ecuador, v. 19, n., p. 21-53, jun. 2021

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**.2014. ed 01. Cortez editora.

SILVA, Erivan; D'ANDREA, Pedro. **O problema mineral no Ceará**: onde não tem mineração no Ceará? Fortaleza: Lc Gráfica e Editora, 2023. 86 p.

SILVA, Erivan Camelo da. **A GEOPOLÍTICA DO SAQUE MINERAL**: CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO DE FERRO EM QUITERIANÓPOLIS-CE. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia (Mag), Universidade Estadual Vale do Acaraú (Uva), Sobral, 2020.

SILVA, Regina Balbino da. **Cartografia social do mar do Ceará**: perspectivas da pesca artesanal e os potenciais conflitos com a energia eólica offshore. 2024. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/78324. Acesso em: 10 maio 2025.

SIMMEL, Georg. O Conflito como Sociação. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção.** João Pessoa, v. 10, n. 30, p. 568-574, dez. 2011. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/rbse/SimmelTrad.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

SOUSA, Álida Santos de; CADENA, Dirceu. **FACES RELIGIOSAS DO CAMPESINATO CEARENSE**: A GEOGRAFIA AGRÁRIA NO DEBATE DA LIBERTAÇÃO. *In*: XXVI Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), 2024, São Luís-MA. Anais. EDUFMA, 2025, p. 115-128.

SOUSA, Álida Santos de. **Cenário da concentração da renda mineral no país é discutido no I Seminário Nacional sobre a CFEM**. 2024. Disponível em:

https://www.brasildefato.com.br/2024/08/23/cenario-da-concentracao-da-renda-mineral-no-pais-e-discutido-no-i-seminario-nacional-sobre-a-cfem/. Acesso em: 23 ago. 2024.

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. **Maldesarrollo**: la argentina del extractivismo y el despojo. Buenos Aires: Katz Editores, 2014. 427 p.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependencias. São Paulo: Elefante, 2019. 192 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro**: uma história de resistência. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 25-43, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/. Acesso em: 25 fev. 2024.

WANDERLEY, L. J. W. GONÇALVES, R. J. A. F. **Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro**. Conflitos no Campo Brasil, v. 1, p. 132-141, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Wanderley/publication/333115918_Mineracao_e_as_escalas_dos_conflitos_no_espaco_agrario_brasileiro/links/5cdc397f458515712ead4f73/Mineracao-e-as-escalas-dos-conflitos-no-espaco-agrario-brasileiro.pdf. Acesso: 03 mar. 2024.

APÊNDICE A - QUADRO DE TERMOS REFERENTES A MINERAÇÃO (MENÇÃO A LEGENDA DO MAPA 3 – PROCESSOS MINERÁRIOS NO CEARÁ)

Processo	**Número de processos no Ceará**	**Definição**
Lavra Garimpeira	8	A lavra garimpeira é o mesmo que garimpagem, de acordo com a Lei nº 7.805, no art. 10: Considera-se garimpagem a atividade de aproveitamento de substâncias minerais garimpáveis, executadas no interior de áreas estabelecidas para este fim, exercida por brasileiro (pessoa física) ou cooperativa de garimpeiros, autorizada a funcionar como empresa de mineração, sob o regime de permissão de lavra garimpeira
Apto para disponibilidade[52]	165	Fase do processo inaugurada quando a área foi desonerada por ato da ANM ou extinção do título e ficará disponível para fins de pesquisa ou lavra garimpeira, conforme edital.
Autorização de pesquisa	2459	Consiste em uma autorização para a execução da pesquisa mineral. Segundo o Código de Mineração, a pesquisa mineral tem como objetivo a Definição da jazida e sua avaliação [...] diversas são as atividades associadas à pesquisa mineral, dentre elas, destacam-se os levantamentos geológicos

[52] Fonte: https://anmlegis.datalegis.net/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=INM&num_ato=00000002&seq_ato=INT&vlr_ano=2021&sgl_orgao=SPM/ANM/MME&cod_tipo=&des_item=&des_item_fim=&num_linha=&cod_modulo=566&cod_menu=8303&iframe=true

		detalhados envolvendo sondagens do corpo mineral e análises físicas e químicas com o objetivo de estabelecer a viabilidade econômica da atividade de mineração naquela localidade.
Concessão de lavra	239	Título que concede (permite) o aproveitamento do recurso mineral através da atividade minerária. Essa concessão consiste em uma portaria assinada pelo ministro de Minas e Energia e é denominada popularmente por Portaria de Lavra, assim como descrito no Art. 43, do Código de Mineração. A área máxima destinada à atividade depende do tipo de substância mineral a ser explorada.
Direito de requerer a lavra	91	Solicitação inicial de lavra-requerimento de lavra.
Disponibilidade de áreas	556	Uma área deve ser categorizada como livre para que seja objeto de requerimento tanto para uma [autorização de pesquisa] mineral como para um [Requerimento de licenciamento]. O Art. 18, do Código de Mineração, enquadra todas as possíveis hipóteses que descartam uma área de ser considerada livre. No geral, para serem consideradas livres não podem estar vinculadas à nenhuma autorização de pesquisa, registro de licença, concessão da lavra, manifesto de mina ou permissão de reconhecimento

		geológico, seja um pedido atual, anterior ou de renovação.
Licenciamento	894	Licenciamento ou Regime de Licenciamento consiste em registrar junto ao DNPM (atualmente Agência Nacional de Mineração) licença expedida pela prefeitura do município onde se localiza a área a ser minerada. O licenciamento é destinado ao aproveitamento mineral de substâncias empregadas de imediato na construção civil. Tais como areias, cascalhos, saibros, argilas e calcários corretivo de solos (entre outros citados no Art. 1º da Lei no 6.567/78).
Registro de extração	7	O registro de extração é uma declaração fornecida pelo DNPM (atualmente Agência Nacional de Mineração) que permite a extração de substâncias de uso imediato na construção civil, para que sejam utilizados somente em obras públicas, sendo proibida sua venda, lavra por terceiros ou transferência para empresas privadas. A área para tal extração não poderá exceder cinco hectares e a atividade terá um prazo máximo de cinco anos [...].
Requerimento de lavra	374	O requerimento da concessão de lavra consiste no passo seguinte a pesquisa mineral, marcando o fim da etapa de [autorização de pesquisa] e antecede a [Concessão de lavra]. Nessa fase, a

		reserva mineral já se encontra identificada e caracterizada, e como próximo passo o empreendedor busca uma autorização do Ministro de Minas e Energia para que se possa extrair, beneficiar e comercializar o minério.
Requerimento de lavra garimpeira	40	Consiste no pedido de permissão para a execução da [lavra garimpeira]. A permissão de lavra garimpeira pode ser requerida por brasileiros, pessoa física, cooperativa de garimpeiros ou firma individual.
Requerimento de licenciamento	446	Requerimento de Licença ou Requerimento de Registro de Licença consiste na solicitação formal do processo de [Licenciamento]. O Registro de Licença deverá ser pleiteado através de um formulário que deverá ser protocolado junto ao DNPM (atualmente Agência Nacional de Mineração) e deverá conter: comprovação de nacionalidade brasileira (em caso de pessoa física) ou comprovação do número de registro da sociedade no Órgão de Registro do Comércio de sua sede e do CNPJ [...].
Requerimento de pesquisa[53]	1016	Requerimento que pleiteia a autorização para pesquisa mineral, o qual é o regime de aproveitamento mineral em que são executados os trabalhos preliminares de pesquisa voltados

[53] Fonte: https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-autorizacao-de-pesquisa-mineral

		à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exequibilidade de seu aproveitamento econômico, para posterior solicitação da concessão de lavra.
Requerimento de registro de extração	20	Consiste na solicitação do Registro de Extração, a mesma pode ser requerida por órgãos da administração direta e autarquias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Fonte: Dicionário Crítico da Mineração (2018). Quadro sistematizada pela autora (2025).

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 1: NÚCLEO DE BASE PJR E MAM, COMUNIDADE SANTA LUZIA, INDEPENDÊNCIA-CE

1. Como se formou a comunidade de Santa Luzia? (Verificar questão étnica) Como vocês enquanto comunidade camponesa se autodeclaram?
2. Como é a organização territorial da comunidade? (Famílias, criações, produção agrícola)
3. Quando a PJR se insere em Independência (Santa luzia especificamente)?
4. Como a PJR agia (antes da chegada do MAM) e age em relação a mineração no município e na comunidade? Quais são as estratégias políticas?
5. Vocês percebem a PJR, apesar de ser um espaço pastoral militante, como um movimento limitado pela questão religiosa?
6. Como o MAM surge no território? Quais as estratégias utilizadas pelo movimento?
7. Qual é o papel político do MAM no território?
8. Há alguma diferença entre ser militante do MAM e militante da PJR? Qual foi/é a experiência de ter dois núcleos de base apenas em um núcleo de base? Quando vocês optaram pelo MAM?
9. Quais outros movimentos se interligam e contribuem para o debate e militância sobre a questão mineral em Independência ou na comunidade?
10. Como iniciou o processo de mapeamento das mineradoras?
11. Quais foram as primeiras percepções da comunidade em relação a mineração na região e agora após os trabalhos de base?
12. O que já mudou na comunidade somente pela etapa de mapeamento?
13. O que é a mineração para vocês?
14. O que é o Bem Viver para vocês?

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 2: DIRECIONADO ÀS PESSOAS DA COMUNIDADE SANTA LUZIA, INDEPENDÊNCIA-CE

1. A quanto tempo sua família está na comunidade? O que você produz?
2. O que é mineração para você?
3. Como está funcionando o processo de mapeamento? Você já foi abordado sobre essa questão?
4. Dentro desse processo, você já percebe alguma mudança no cotidiano da comunidade?
5. Qual a sua relação com o território e o que em sua visão mudaria com a instalação da mineradora?
6. Você é uma pessoa engajada na luta contra a chegada da mineração?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRECIONADO À IRMÃ SABIÁ

1. Qual é a sua ordem? E como iniciou seu serviço na diocese de Crateús?
2. Quais as principais mudanças sentidas pelo povo de Crateús após a chegada de Dom Fragoso como bispo da Diocese?
3. Quais eram os conflitos presentes no território diocesano? E quais ações eram feitas a fim de combatê-los?
4. Quais desafios você enfrentou enquanto uma religiosa engajada nas lutas populares?
5. Quais eram as ações que mobilizavam a juventude diocesana antes da PJR?
6. Quais estratégias e motivações resultaram na territorialização da PJR na diocese de Crateús?
7. Como você enxerga a PJR na contemporaneidade? Está desarticulada, se sim, por quais motivos de acordo com sua análise?
8. O caráter religioso da PJR faz com que ela seja e tenha as suas ações limitadas?
9. Já havia conflitos relacionados a processos minerário nos territórios de sua atuação?
10. O que é mineração para você
11. Para você o Bem Viver?

APÊNDICE E – QUADRO DE PONTOS MAPEADOS NA CARTOGRAFIA SOCIAL DO TERRITÓRIO DE SANTA LUZIA

-	ELEMENTO INDIVIDUAL MAPEADO	BREVE DESCRIÇÃO DOS PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1	Estradas	Estrada principal (percorre toda a comunidade)	Via de acesso
2	Açude do Neto	Açude que segura água	Corpos Hídricos (seguram água)
3	Açude dos Belos	Açude que não segura água	Corpos Hídricos (não seguram água)
4	Açude do		Corpos Hídricos
5	Açude da Pigainha	Açude que não segura água	Corpos Hídricos (não seguram água)
6	Riacho Verde	Riacho	Corpos Hídricos
7	Grota	Grotas que são alimentadas pelo riacho principal.	Corpos Hídricos
8	Riacho da Padeira	Riacho.	Corpos Hídricos
9	Riacho do Peba	Riacho	Corpos Hídricos
10	Serrote da Bastiana	Pequeno relevo residual/ aglomerado de rochas/conjunto de matacões.	Serrotes/rochas
11	Serrote do Morcego	Pequeno relevo residual/ aglomerado de rochas	Serrotes/rochas
12	Pedra do Céu	Pequeno relevo residual/ aglomerado de rochas	Serrotes/rochas
13	Serrote da cruz	Pequeno relevo residual/ aglomerado de rochas	Serrotes/rochas
14	Pedra da Mijada	Pequeno relevo residual/ aglomerado de rochas	Serrotes/rochas
15	Pedra do Pinga	Pequeno relevo residual/ aglomerado de rochas	Serrotes/rochas
16	Pedra do helicóptero	Pequeno relevo residual/ aglomerado de rochas com formato similar a um helicóptero	Serrotes/rochas
17	Pedra do Saci	Pequeno relevo residual/ aglomerado de rochas	Serrotes/rochas
18	Caldeirão do Juá	Tanque natural de rochas, desempenhava importante papel para as mulheres da comunidade por sua serventia na lavagem de roupas.	Corpo Hídrico Rochoso. Tecnologias Sociais
19	Caldeirãozinho	Tanque natural de rochas, desempenhava importante papel para as mulheres da comunidade por sua serventia na lavagem de roupas.	Corpo Hídrico Rochoso. Tecnologias Sociais
20	Caldeirão da Alaide	Tanque natural de rochas, desempenhava importante papel para	Corpo Hídrico Rochoso.

		as mulheres da comunidade por sua serventia na lavagem de roupas.	Tecnologias Sociais
21	Lagoa de Pedra	Lagoa de uso múltiplo.	Corpo Hídrico
22 23 24	Caldeirão; Caldeirão; Caldeirão	Tanque natural de rochas, desempenhava importante papel para as mulheres da comunidade por sua serventia na lavagem de roupas.	Corpo Hídrico Rochoso. Tecnologias Sociais
25	Malhada do Poço		Espaços de Lazer
26	Poço da Favela		Espaços de Lazer
27	Poço da Dodô		Espaços de Lazer
28	Poço da Raposa		Espaços de Lazer
29	Poço da Padeira		Espaços Culturais de Lazer
30	Açude	Açude que não segura água	Tecnologias Sociais
31	Serrote da Maniçoba		Serrote/rochas
32	Serrote da Cruz		Serrote/rochas
33	Serrote dos Belos		Serrote/rochas
34	Cânion Purão		Espaços de lazer/corpos hídricos
35	Poço Velho		Tecnologias Sociais
36	Poço dos Nobres		Tecnologias Sociais
37	Poço da Piranha		Tecnologias Sociais
38	Campo dos Homens	Campo de futebol	Esporte
39	Campo das Mulheres	Campo de futebol	Esporte
40	Campo do Major	Campo de futebol	Esporte
41	Bar do Major	Bar de venda de bebidas e variedades	Lazer e comércio
42	Campo do Natan	Campo de futebol	Esporte
43	Quadra de forró da Erivanda	-	Lazer e cultura
44	Igreja Católica e terreiro da igreja	-	Igreja Católica e Lazer
45	Assembleia de Deus	-	Igreja
46	Bar do Movimento	-	Lazer
47	Terreiro da Tia Agostinha	-	Pontos históricos
48	Campo dos Belos	-	Pontos históricos

49	Campo	-	Pontos históricos
50	Antiga lavanderia comunitária	-	Pontos históricos
51	Antigo armazém de veneno	Produção de veneno	Pontos históricos
52	Campo antigo da comunidade	-	Patrimônios Históricos
53 e 54	Antigos Juazeiros da Festa da Colheita	-	Patrimônios Históricos
55	Antiga quadra de festa	-	Patrimônios Históricos
56	Campo Velho	-	Patrimônios Históricos
57	Casa da Raimunda Javina	-	Patrimônios Históricos
58	Antigo Alambique	Produção de Cachaça	Patrimônios históricos
59	Capela do finado Capote		Patrimônios históricos
60	Ruinas da Igreja de Pedra e cemitério de anjos	Primeira igreja da comunidade, construída pelos escravizados da fazenda no século XIX. O Cemitério de anjos recebe as crianças falecidas da comunidade.	Patrimônios históricos
61	Ruínas da Casa de Louça	-	Patrimônios históricos
62	Curralinho de Pedras	-	Patrimônios históricos
63	Pinturas Rupestres	-	Patrimônios históricos
64	Fazenda Velha	-	Patrimônios históricos
65	Açudinho	-	Patrimônios históricos
66	Cacimba Velha	-	Patrimônios históricos
67	Roçado do Manel	-	Áreas de Roçado
68	Roçado do Alfredo	-	Áreas de Roçado
69	Roçado Comunitário	-	Áreas de Roçado
70	Roçado do Gilson	-	Áreas de Roçado
71 e 72	Roçado não especificado	-	Áreas de Roçado

73	Roçado ao lado do açude	-	Áreas de Roçado
74	Roçado dos Jovinos	-	Áreas de Roçado
75	Roçado não especificado	-	Áreas de Roçado
76	Roçado do Raimundo Jovino	-	Áreas de Roçado
77	Roçado não especificado	-	Áreas de Roçado
78 e 79	Roçado do Neto	-	Áreas de Roçado
80	Roçado do Miguel e Ana	-	Áreas de Roçado
81	Roçado do Gilvan	-	Áreas de Roçado
82	Início da comunidade de Sabonete – roçados arrendados	-	Áreas de Roçado arrendadas
83	Roçado dos Cruz	-	Áreas de Roçado arrendadas
84	Roçado da Baixa Grande	-	Áreas de Roçado arrendadas
85	Roçada da Baixa Grande	-	Áreas de Roçado
86	Quintal da Tia Lenita	-	Quintais Produtivos
87	Quintal do Tio Dedé	-	Quintais Produtivos
88	Quintal da Socorro	-	Quintais Produtivos
89	Quintal do Lucio e Ana	-	Quintais Produtivos
90	Quintal da Maria e Viola	-	Quintais Produtivos
91	Quintal do Peba	-	Quintais Produtivos
92	Quintal da Erivanda	-	Quintais Produtivos
93	Quintal Aldenira	-	Quintais Produtivos
94	Quintal da De Jesus	-	Quintais Produtivos
95	Quintal do Manel	-	Quintais Produtivos

96	Quintal do Manel (outro Manel)	-	Quintais Produtivos
97	Quintal da Cremilda	-	Quintais Produtivos
98	Quintal da Socorrinha	-	Quintais Produtivos
99	Quintal do Zequinha	-	Quintais Produtivos
100	Quintal da Nonata	-	Quintais Produtivos
101	Quintal do Bosco	-	Quintais Produtivos
102	Quintal da Edilsa	-	Quintais Produtivos
103	Quintal da Marta		Quintais Produtivos
104	Quintal da Nonô	-	Quintais Produtivos
105	Quintal do Marciano	-	Quintais Produtivos
106	Quintal da Nazira	-	Quintais Produtivos
107	Quintal da Zeta	-	Quintais Produtivos
108	Quintal da Mazé	-	Quintais Produtivos
109	Malhada do Poço	-	Quintais Produtivos, Lazer e Cultura
110	Área de Pastejo	-	Área de pastejo de animais
111	Área de Caminhada	-	Áreas de Saúde/ Esporte
112	Os Cruz	-	Áreas de Saúde
113	Associação de Moradores de Santa Luzia	-	Associação de Moradores
114	Escola	-	Escola
115	Primeira Escola da Comunidade	-	Patrimônios Históricos
116	Casa da Tia Francisca	-	Patrimônios Históricos
117	Riacho do Zé	-	Riachos
118	Serrote da Cruz		Aspectos ambientais
119	Roçado do Alfredo	-	Atividades econômicas

120	Roçado do Manel	-	Atividades econômicas
121	Roça	-	Atividades econômicas
122	Roça	-	Atividades econômicas
123	Roça	-	Atividades econômicas
124	Roça do Doga	-	Atividades Econômicas
125	Roçado Perto do Rio	-	Atividades econômicas
126 127	Roça Roça	-	Atividades econômicas
128	Parede do açude	-	Açude que segura água
129,130 e 131	Roça	-	Atividades econômicas
134	Área degradada/desertificada	-	Fragilidades
135	Olho d'água com pintura rupestre	-	Patrimônios históricos
136	Riacho	-	Aspectos ambientais
137	Área Quilombola	Porção comunitária quilombola	Área quilombola
138	Área Afroindígena	Porção comunitária afroíndígena	Área afroindígena
139	Área Indígena	Porção comunitária indígena	Área Indígena
140	Mezinheiras	Mulheres que utilizam a medicina das ervas	Áreas de saúde
141 e 142	Sistemas agroflorestais (SAFs)	-	Sistemas agroflorestais
143	Bodega do Elder	Pequeno comércio de produtos básicos	Atividades comerciais
144	Bodega do Chico	Pequeno comércio de produtos básicos	Atividades comerciais
145	Bodega do Alberto	Pequeno comércio de produtos básicos	Atividades comerciais
146 e 147	Cacimbão	-	Cacimbões

ANEXO A – SUBSTÂNCIAS MINERAIS QUE GERARAM ARRECADAÇÃO DA CFEM NO CEARÁ

Substâncias minerais que geraram arrecadação da CFEM no Ceará – 2023					
Arrecadador (Substância)			Valor		
		Qtde de títulos	Operação	Recolhimento CFEM	% Recolhimento CFEM
1	Água Mineral	18	281.498.219,34	2.794.477,48	0,99%
2	Granito	28	268.612.363,87	2.789.013,82	1,03%
3	Quartzito	23	251.314.984,19	2.320.344,08	0,92%
4	Calcário	16	172.856.049,25	3.250.181,16	1,88%
5	Granito Ornamental	2	31.829.447,88	296.110,64	0,93%
6	Calcário Dolomítico	7	27.771.124,97	524.391,35	1,88%
7	Gnaisse	8	25.288.919,91	358.936,58	1,41%
8	Dacito	1	23.231.177,80	209.669,02	0,90%
9	Traquito	3	22.964.254,96	214.434,19	0,93%
10	Calcário Calcítico	2	18.642.772,65	371.306,85	1,99%
11	Areia	118	12.055.351,82	158.154,66	1,31%
12	Magnesita	118	11.224.191,29	192.688,12	1,71%
13	Argila	74	9.396.926,98	181.873,79	1,93%
14	Granito P/ Brita	2	2.462.646,50	101.180,95	4,10
15	Siltito	1	2.409.880,10	23.507,01	0,97
16	Gipsita	2	2.244.224,94	40.933,08	1,82%
17	Argilito	1	1.255.985,22	25.119,72	2,00%
18	Minério de Ferro	1	1.123.008,44	39,609,19	3,52%
19	Quartzo	1	906.359,00	18.263,58	2,01%
20	Sienito	1	779.214,60	7.533,87	0,96%
21	Mármore	2	422.954,21	4.175,04	0,98%
22	Saibro	9	337.555,30	6.246,55	1,85%
23	Arenito	1	209.038,18	1.772,39	0,84%

24	Fonólito	1	206.642,70	3.238,09	1,56%
25	Cascalho	1	130.242,00	1.623,50	1,24%
26	Filito	1	126.688,78	2.197,60	1,73%
27	Migmatito	1	22.470,00	480,48	2,13%
28	Conglomerado	1	12.640,00	126,4	1,00%
TOTAL		**330**	**1.169.335.334,88**	**13.937.559,19**	**1,19%**

Fonte: NAM (2024, p. 15-16). Adaptado pela autora (2025).

ANEXO B – REDUÇÃO DE ÁREA DO PROJETO EM SANTA LUZIA E VÁRZEA DO TOCO - MINERADORA DAPAZ NATURAL STONES

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)
Avenida Padre Antônio Tomás, 2110, - Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60140-160
Telefone: (85) 3388-1301 - http://www.gov.br/anm

EXTRATO

Referência: Processo n.º 48410800052/2019-00

Alvará de Pesquisa nº 5023/2019 **D.O.U.:** 29/08/2019

Titular: C. Fernando R. da Paz & Cia Ltda.

Município(s)/UF: INDEPENDÊNCIA /CE.

Tendo em vista que o Relatório Final de Pesquisa apresentado demonstrar a existência de jazida, com fundamento no inciso I, do artigo 30, do Código de Mineração; e com base na competência delegada pela Portaria ANM Nº 1.713, de 12 de novembro de 2024, **APROVO** o Relatório Final de Pesquisa apresentado, consignando a(s) seguinte(s) reserva(s) abaixo descriminada(s):

Descrição da área: em virtude de não se encontrar totalmente mineralizada, fica a área reduzida de 854,69 ha, para 559.38 ha, cujos vértices da poligonal são os seguintes:

ANM Agência Nacional de Mineração

REDUÇÃO DE ÁREA

Técnico Responsável: Jairo Eberson Azevedo de Andrade

Processo Estudado: 48410.800052/2019-00

Data de Prioridade: 20/03/2019 09:36:51

RESULTADO

PROCESSO : 48410.800052/2019-00

ID ÁREA: 866b1536-c4c3-4dda-9574-48d41dedb476

PONTO DE AMARRAÇÃO: LATITUDE: -5° 42' 06" 303 LONGITUDE: -40° 16' 50" 016

DESCRIÇÃO DO PA: Ponto de Amarração coincidente com o primeiro vértice VETOR DE AMARRAÇÃO: 0.0 metros

RUMO: S ÁREA EM HECTARES : 559.38 ha

PORCENTAGENS ENTRE ESTA ÁREA E A ÁREA ORIGINAL DO PROCESSO: 65.448 %

VÉRTICES DA POLIGONAL:

LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
-5° 42' 06" 303	-40° 16' 50" 016	-5° 43' 02" 013	-40° 16' 12" 487	-5° 42' 44" 246	-40° 18' 19" 950
-5° 42' 35" 448	-40° 16' 50" 016	-5° 43' 02" 013	-40° 18' 14" 940	-5° 42' 06" 303	-40° 18' 19" 950
-5° 42' 35" 448	-40° 16' 12" 487	-5° 42' 44" 246	-40° 18' 14" 940		

Fonte: Agência Nacional de Mineração (2025). Adaptado pela autora (2025).